



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCELA SILVA DE SANTANA

**UM GOLPE QUADRO A QUADRO: a cobertura do impeachment de Dilma
Rousseff no Jornal Nacional**

Recife

2022

MARCELA SILVA DE SANTANA

**UM GOLPE QUADRO A QUADRO: a cobertura do impeachment de Dilma
Rousseff no Jornal Nacional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Sociologia, na área de concentração mudança social.

Orientador (a): Maria Eduarda da Mota Rocha

Recife

2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S232g Santana, Marcela Silva de.
Um golpe quadro a quadro : a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff no Jornal Nacional / Marcela Silva de Santana. – 2022.
205 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Maria Eduarda da Mota Rocha.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Rousseff, Dilma, 1947- . 3. Golpes de Estado. 4. Impeachment. 5. Enquadramento (Televisão). 6. Jornal Nacional (Programa de televisão). I. Rocha, Maria Eduarda da Mota (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-211)

MARCELA SILVA DE SANTANA

**UM GOLPE QUADRO A QUADRO: A cobertura do impeachment de Dilma
Rousseff no Jornal Nacional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Sociologia, na área de concentração mudança social

Aprovada em: 30/11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha (Presidente/Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À Dona Mariinha. Este trabalho carrega
teu sorriso e teu colo, vóinha.

AGRADECIMENTOS

A tese que se segue é fruto não apenas de um trabalho pessoal, pois só se tornou possível a partir do apoio construído em torno dele, ainda mais nesses anos tão difíceis. O esforço coletivo teve tanto rostos, aqui registro a gratidão a alguns dos infinitos que são necessários para realizar uma pesquisa científica no nosso país.

Muito obrigada a todas às relações que diante da morte tornaram a vida possível.

Primeiramente, muito obrigada meu filho, que tem aproximadamente a mesma idade que este doutorado, e quase nasceu no meio das páginas da disciplina de teoria sociológica! Martin foram seus pequenos bracinhos que me acolheram nos momentos mais difíceis. Agradeço a Lucas, companheiro de todos os dias, meu amor, sem ele pouco disso seria possível. Isso aqui tem muito de vocês.

Agradeço a meu pai Cristóvão e minha mãe Lúcia. Mainha, que além do suporte histórico que possibilitou minha existência no mundo, foi por tantos dias a rede de apoio necessária no cuidado de mim e do meu filho. A meus irmãos, Manuela e Beto, meus companheiros de jornada, minha turma.

Deixo aqui meu agradecimento estendido a toda minha família, que de tão grande e de tanto amor não cabe nessas páginas. Os últimos anos levaram muita gente querida da nossa convivência e aqui registro agradecimentos que vem com o peito cheio de saudade: ao meu tio Chico e à minha “vóinha”: Maria Antônia da Silva. Como tantas outras “silvas” desse nordeste, mulher, analfabeta, das mãos do campo e da natureza, a mais forte sabida e carinhosa que conheci. Vóinha, de tanto que você me nutriu, me fez capaz de dar saltos, obrigada.

A toda família Bezerra Tiburtino, meus cunhados e cunhadas. Em especial meu sogro, Antônio, e minha sogra, Josina, minha gratidão eterna.

A todos os professores e colegas do Programa de Pós Graduação de Sociologia da UFPE que fizeram parte da minha trajetória desde o início e constroem este lugar de que tenho tanto orgulho em fazer parte. Em especial,

agradeço a minha orientadora Maria Eduarda, que foi por muitas vezes a ponte que me fazer ir do medo imenso à coragem necessária para escrever essa tese. Os anos que se passaram não tem sido fáceis, e ter uma orientadora como Eduarda tornou o impossível, possível.

Aos amigos de sempre, aos amigos de hoje. A todos que de forma direta ou indireta participaram deste processo, seja no acolhimento ou na leitura das páginas, eu seria incapaz de citar todo mundo.

Muito obrigada a todos os amigos que encontrei no PPGS. Ao meu trio sociológico “*pero no mucho*” que me acompanha desde o mestrado: Aristeu, Rafaela e Teresa, que sorte a minha poder contar com vocês. A Laura Patrício, um amor cotidiano, minha companheira de tudo, de afeto, festa e de trabalho. Agradeço a meu compadre Leonardo Nóbrega, amor de tantas vidas, sociólogo inspirador e amigo afetuoso. Às amigas Nathalia e Natalia, que com tão pouco tempo ocuparam um espaço imenso, muito obrigada pelas risadas e pela rede de apoio que vocês são desde sempre. Ao pessoal da “sala baleia”, companhia no dia a dia de trabalho, foi massa fazer isso junto, obrigada.

Agradeço às profissionais de saúde mental que me acompanharam nesses últimos anos e tornaram possível eu estar aqui hoje, viva.

Aos membros da banca, que gentilmente aceitaram o pedido e puderam fazer parte deste momento tão importante de construção e aprendizado coletivo.

Agradeço a CAPES por fornecer os subsídios financeiros tão necessários à consecução desta pesquisa, um investimento público que tem sido tão atacado. Aqui registro meu desejo intenso de que a pesquisa brasileira resista a este momento de sucateamento em que tanto desacreditam a ciência e o pensamento crítico.

Muito obrigada a todas.

RESUMO

A presente tese se insere no conjunto de trabalhos que procuram compreender o contexto político do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. A presente investigação aborda a forma com que esse acontecimento foi construído na cobertura jornalística, em especial no Jornal Nacional, compreendendo como central o papel do campo jornalístico no conflito político que tomou forma naquele contexto. Para construção deste trabalho a investigação se estruturou a partir de uma análise de enquadramento, envolvendo um corpus de 110 matérias de 26 edições do Jornal Nacional (JN), compreendendo o período do protocolo de impeachment na Câmara dos deputados até o momento do afastamento definitivo da então presidenta Dilma Rousseff. Recuperamos aqui a noção de enquadramento como ferramenta teórico-metodológica, na medida em que esta busca destacar a partir da análise do texto jornalístico os processos de seleção, ênfase e hierarquização presentes no discurso midiático, e que constroem um quadro geral que sugere como intenta ser lido aquele acontecimento público. Assim, objetivamos entender quais as ideias organizadoras que estão na base do enquadramento dado pelo JN ao impeachment, quais problemas são levantados como centrais, bem como quais causas, consequências e soluções foram apontadas. Por fim, neste meandro, buscamos entender também qual tratamento foi dado ao contratema do golpe no Jornal Nacional. Dessa forma, a partir da análise de enquadramento das edições do JN, contamos como foi se construindo a destituição do capital simbólico de Dilma no espaço do JN e como, durante aquele período, o telejornal enquadrou o acontecimento político de forma a dar legitimidade ao impeachment e deslegitimidade ao contratema do *golpe*, produzindo um efeito de coerência que buscou dar à saída de Dilma um verniz de normalidade democrática.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; golpe; impeachment; enquadramento; Jornal Nacional

ABSTRACT

This thesis is part of the context of works that seek to understand the political context of Dilma Rousseff's impeachment in 2016. In this context, this investigation addresses the way in which this event was constructed in journalistic discourse during the period, especially in *Jornal Nacional*, understanding as central the role of the journalistic field in the political conflict that took shape in that context. For the construction of this work, the investigation was structured from a framework analysis, involving a corpus of 110 articles from 26 editions of *Jornal Nacional* (JN), comprising the period of the impeachment protocol in the Chamber of Deputies until the moment of the definitive removal of the President Dilma Rousseff. We recovered the notion of framing as a theoretical-methodological tool, as it seeks to highlight, from the analysis of the journalistic text, the processes of selection, emphasis and hierarchy present in the media discourse, and which build a general framework that suggests how it intends to be read that public event. Thus, we aim to understand which organizing ideas are at the base of the framework given by the JN to impeachment, which problems are raised as central, as well as which causes, consequences and solutions were pointed out. Finally, we also seek to understand what treatment was given to the coup's counter-theme in *Jornal Nacional*. In this way, from the analysis of the framing of the JN editions, we tell how the destitution of Dilma's symbolic capital was built in the JN space and how during the period the television news framed the political event in order to give legitimacy to the impeachment and delegitimacy to the coup's counter-theme, producing an effect of coherence that sought to give Dilma's departure a veneer of democratic normality

Keywords: Dilma Rousseff; coup; impeachment; framing; *Jornal Nacional*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Interface QDA Miner Lite	56
Figura 2	Os bastidores da notícia (12/05/2016)	85
Figura 3	Correndo atrás da notícia (12/05/2016)	86
Figura 4	William Bonner e Renata Vasconcelos na bancada do JN em verde e amarelo (14/03/2016)	93
Figura 5	Abertura da matéria sobre manifestações contra o impeachment (18/03/2016)	94
Figura 6	Frame inicial matéria de cobertura das manifestações a favor do impeachment – 14/03/2016	97
Figura 7	Frame inicial matéria de cobertura das manifestações a favor do impeachment – 14/03/2016	97
Figuras 8	Frame inicial da matéria que narra trajetória do impeachment (12/05/2016)	98
Figuras 9	Frame inicial da matéria que narra trajetória do impeachment (12/05/2016)	98
Figura 10	Impeachment já (12/05/2016)	99
Figura 11	Manifestações pró-impeachment (14/03/2016)	100
Figura 12	Manifestações pró-impeachment (14/03/2016)	100
Figura 13	Família reunida no sofá da sala (18/04/16)	103
Figura 14	“Recém-mamães preocupadas com o Brasil” (18/04/16)	104
Figura 15	“Domingo foi invadido por uma vontade tão grande de fazer parte” (18/04/16)	105
Figura 16	Carta de Michel Temer à Dilma Rousseff (08/12/15)	107

Figura 17	Capa da Revista IstoÉ – Edição de 29 de Julho de 2015	108
Figura 18	Matéria “O papel de Temer”- Revista IstoÉ – Edição de 29 de Julho de 2015	109
Figura 19	Frame de trecho do discurso de Temer (11/04/16)	110
Figura 20	Dilma sai de cena na bancada do JN (12/05/2016)	111
Figura 21	Dilma sai de cena na bancada do JN (12/05/2016)	111
Figura 22	O que dizem os números (12/05/16)	117
Figura 23	O Brasil desce a ladeira (12/05/16)	117
Figura 24	O Brasil desce a ladeira (12/05/16)	117
Figura 25	O Brasil desce a ladeira (12/05/16)	117
Figura 26	O plenário da câmara virou um ringue (17/04/2016)	129
Figura 27	Brigas no plenário da Câmara (cabeçada entre deputados) (17/04/2016)	129
Figura 28	Brigas no plenário da Câmara (cabeçada entre deputados) (17/04/2016)	129
Figura 29	STF: O fiel da balança	130
Figura 30	O Brasil apóia Sergio Moro (14/03/2016)	134
Figura 31	Morobloco (14/03/2016)	134
Figura 32	País rico é país sem corrupção	137
Figura 33	Edição de 12 de Abril de 2016	138
Figura 34	Edição de 18 de Abril de 2016	139
Figura 35	Posse da equipe ministerial de Michel Temer 12/05/2016	141
Figura 36	Capa da edição da revista IstoÉ de 06/04/2016	147

Figura 37	O Criador e a Criatura	148
Figura 38	Capas das vitórias eleitorais de Dilma	149
Figura 39	Dilma, “uma espécie de mãe do PAC” (12/05/16)	150
Figura 40	Trajetória de Dilma Rousseff (12/05/2016)	151
Figura 41	Trajetória de Michel Temer (12/05/2016)	151
Figura 42	A presidente “fez questão de defender Lula”	154
Gráfico 1	Pessoas mais citadas na cobertura	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Interface QDA Miner Lite	56
Tabela 2	Cronologia dos eventos – nexos entre as esferas institucionais e contestatórias	81
Tabela 3	Mulheres citadas na cobertura do impeachment	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Penal
AGU	Advocacia geral da União
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
EBC	Empresa Brasileira de Comunicações
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
JN	Jornal Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra
NME	Nova Matriz Econômica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressistas
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
QDA	Qualitative Data Analysis
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	UM TELEJORNAL NACIONAL	24
3	UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DO SIMBÓLICO	32
3.1	UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DO SIMBÓLICO	32
3.2	O CAMPO JORNALÍSTICO	37
4	FRAME ANALYSIS E OS ESTUDOS DE MÍDIA	45
5	O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL NACIONAL: NOTAS METODOLÓGICAS	52
5.1	A PESQUISA E SEU TEMPO	49
5.2	A CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA	50
5.3	ENQUADRAMENTO E CAMINHOS DA ANÁLISE	55
6	O GOLPE DE 2016 E A DISPUTA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE	61
6.1	O GOLPE DE 2016	62
6.2	DILMA ROUSSEFF, A NOVA MATRIZ ECONÔMICA E OS LIMITES DO LULISMO	65
6.3	AS “JORNADAS DE JUNHO”: DESCAPILARIZAÇÃO DA BASE SOCIAL LULISTA E A REAÇÃO NEOLIBERAL	70
6.4	ERA PRECISO “SANGRAR A DILMA”- O “TERCEIRO TURNO” DE DILMA ROUSSEFF	75
6.5	O COMPONENTE JURÍDICO DO GOLPE DE 2016	78
7	O JORNAL NACIONAL E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:	81

UM GOLPE QUADRO A QUADRO

7.1	“O PRINCIPAL PEDIDO VEIO DAS RUAS”	88
7.2	“O BRASIL QUER DIZER BASTA, CHEGA!”	95
7.3	O TITANIC: O DIAGNÓSTICO DA CRISE	112
7.4	“AS INSTITUIÇÕES ESTÃO FUNCIONANDO”: A RUPTURA QUE NÃO QUIS PARECER RUPTURA	122
7.5	DILMA ROUSSEFF: UMA MULHER DURA CERCADA DE HOMENS MEIGOS	138
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS	167
	APÊNDICE A - SÍNTESE CRONOLÓGICA DO IMPEACHMENT	176
	APÊNDICE B - EDIÇÕES E MATÉRIAS ANALISADAS	179
	APÊNDICE C - LISTA DE PERSONAGENS CITADOS NA COBERTURA	198

1 INTRODUÇÃO

A saída da primeira mulher presidenta da República no Brasil em 2016 após um processo de impeachment tem levantado uma série de questões acerca da dinâmica política do país, dos limites e possibilidades do seu modelo democrático e de suas instituições fundamentais. Nesse contexto, autores e autoras têm se debruçado em entender como o cenário da primeira década do século XXI foi na direção de uma conjuntura política que extrapola a saída de Dilma Rousseff e tem suas consequências até hoje. Aqui, argumento ao lado de contribuições que, mesmo com pontos divergentes, entendem a saída de Dilma Rousseff como parte de uma reação à experiência que se inaugura em 2003 com a eleição de Luiz Inácio à presidência do país e produz uma ruptura política que trouxe implicações até os dias atuais, não se restringindo ao processo institucional do impeachment que teve lugar no Congresso Nacional naquele ano. Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir a esse esforço partindo da premissa que qualquer análise do processo daquele impeachment não pode ser feita a despeito da relação entre os meios de comunicação de massa e o conflito político recente no Brasil, sobretudo pelo papel central daqueles na disputa sobre em que termos se define o mundo social.

Nesta direção, entendo que a saída da presidenta Dilma Rousseff de seu cargo não remonta apenas a uma teia de acontecimentos que se encerrariam em seu aspecto ritual-legal, mas a como esse processo é parte de uma disputa política, então simbólica, na qual a cobertura midiática assume papel central. Assim, como em outros momentos da histórica política brasileira, o evento político possui uma carga simbólica que não pode ser ignorada, e a presente tese trabalha com a compreensão fundamental de que o discurso jornalístico não pode ser identificado ao que o próprio campo construiu como sua mitologia - como neutro e mediador dos acontecimentos políticos - mas como arena central na disputa por poder simbólico.

A centralidade possuída pelos meios de comunicação na contemporaneidade tem transformado a vida dos sujeitos e a lógica de diversos campos, dentre eles o campo político. Assim, atores do campo jornalístico que

antes poderiam aparentemente ser compreendidos como apenas espectadores passaram a produzir efeitos no campo político, em um contexto onde a visibilidade na mídia se tornou cada vez mais importante para a conformação do capital próprio ao campo político. Dado que o capital político é uma forma de capital simbólico, de reputação, e o jornalista detentor de um poder sobre os instrumentos de difusão massiva, o jornalista possui esse poder de fazer e desfazer reputações, e assim de controlar o acesso de atores políticos ao reconhecimento, ao crédito, fundamental ao capital político (ou ao menos a evitar o descrédito) (BOURDIEU 2007, p.189).

A partir desta compreensão não só no campo jornalístico, mas os demais atores que lidam no campo da produção ideológica (cientistas sociais, políticos, por exemplo) disputam em seus campos e entre eles para estabelecer e impor seus princípios práticos de visão e divisão em nossa sociedade, e assim tê-los reconhecidos como legítimos - como categorias legítimas de construção do mundo social - em outras palavras, lutam pelo monopólio legítimo da violência simbólica. (BOURDIEU, 2013a , p.37). Dessa forma, a imposição de uma definição de mundo social é nela mesma uma mobilização que tende a transformações das relações de poder, e nesse sentido é ela mesma política. Logo, pensar o discurso jornalístico a partir destas referências é ter em mente que o poder que um enunciado possui engloba um conjunto de relações de poder simbólico que envolve a posição ocupada pelos agentes no espaço social, na disputa pelo monopólio de fazer ver e crer de uma maneira ou de outra (BOURDIEU, 2007).

Dito isto, considerando o campo jornalístico como arena da luta simbólica pela definição do mundo social, entendo ser parte do papel das ciências sociais a análise do discurso jornalístico na medida em que é através dele que boa parte da população se informa e interage de forma a construir seu conhecimento cotidiano. No contexto brasileiro, a televisão ainda ocupa o lugar de uma das principais fontes de entretenimento e informação para grande parte da população, concentrando a maior parte da verba destinada pelas empresas à publicidade. Segundo a última Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) 89% dos brasileiros afirmaram utilizar a TV

para se informar¹, o que aponta em razão numérica para a importância do meio televisivo no país naquele contexto.

No Brasil, o telejornal mais assistido e que ocupa historicamente posição central no campo jornalístico e na constituição do telejornalismo no país, é o Jornal Nacional (JN) da Rede Globo de Televisão, segundo programa de maior audiência da emissora, com índice de aproximadamente 28% de domicílios assistindo ao programa, com diferentes perfis de classe. O Jornal Nacional é hoje o programa mais antigo no ar na televisão aberta, e ao longo dos anos se tornou referência na conformação do telejornalismo no país, ocupando lugar fundamental no campo. Assim, entendemos que partir de procedimentos característicos da prática jornalística - seleção e ênfase ou exclusão de determinadas informações, imagens, quadros de câmera, textos, dados, depoimentos, etc. —, o telejornal comunica os acontecimentos, buscando garantir uma pretensa objetividade e neutralidade da notícia, o que busca produzir um efeito de verossimilhança, encenando o real e permitindo dizer o que existe e o que não existe para sua audiência (BECKER, 2005). Dessa forma, buscaremos compreender em que bases se deu essa construção simbólica do Jornal Nacional em torno do impeachment, a qual sugere à sua audiência uma leitura particular daquele contexto.

Ainda, é importante destacar que este trabalho entende que campo jornalístico é permeado por hierarquias e diferentes atores, não se resumindo apenas aos grandes veículos que concentram a maior parte do capital do campo, e nem que por sua posição hegemônica possua controle completo do fluxo comunicativo. Este campo, em constante disputa, vem sofrendo mudanças, inclusive com uma redução da hegemonia da Rede Globo e entrada de novos veículos e atores como a Rede Record e inserção de novas mídias digitais. Assim, destacar a importância de compreender a construção de estratégias do campo jornalístico para enunciar narrativas não pode automaticamente cair em uma visão determinista da influência midiática na forma com que os sujeitos significam os processos políticos, mesmo entendendo que a dinâmica da recepção não é dada em um mundo simbólico paralelo dos valores hegemônicos. Nesse sentido,

¹ “Praticamente nove de cada dez entrevistados fizeram menção em primeiro ou segundo lugar à TV como o veículo preferido para obter informações.” (PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2016, p.16)

destaco que a centralidade do Jornal Nacional no seu campo é um poder, aqui no sentido mesmo de uma potência para fazer ver e fazer crer de determinada forma. O presente trabalho busca dar conta da construção do acontecimento do impeachment feita pelo Jornal Nacional e direcionada para sua audiência, porém, entender como os sujeitos em sua prática cotidiana interagem com esse discurso é uma pergunta - importante e fundamental - que essa tese não é capaz de responder a partir do que se propõe e de suas ferramentas teórico-metodológicas².

Nesta direção, para compreender como o processo de impeachment foi sendo construído no espaço do Jornal Nacional, recupero a noção de enquadramento como ferramenta teórico-metodológica, bastante utilizada nos estudos com foco na relação entre mídia e política. Aqui, a noção de enquadramento contribui com o trabalho na medida em que busca destacar, a partir da análise do texto jornalístico, os processos de seleção, ênfase e hierarquização presentes no discurso midiático, construindo um quadro geral que sugere como intenta ser lido determinado acontecimento público.

Sendo assim, a presente tese tem como objetivo central compreender como o acontecimento político do impeachment de Dilma Rousseff foi enquadrado no Jornal Nacional. Assim, objetivamos entender quais as ideias organizadoras que estão na base deste enquadramento, quais problemas são levantados como centrais, bem como quais causas, consequências e soluções foram apontadas. Por fim, neste meandro, buscamos entender também qual tratamento foi dado ao *contratema* do golpe no Jornal Nacional, tendo em vista que uma das disputas que permeou o contexto foi de intitular a retirada de Dilma Rousseff como um *golpe* ao invés de um *impeachment*, entendida a destituição como parte de um contexto internacional de derrubadas de governos eleitos, como Manuel Zelaya em Honduras e de Fernando Lugo no Paraguai (JINKINGS, 2016).

Para construir esta análise, o *corpus* da pesquisa compreendeu 110 matérias de 26 edições do Jornal Nacional (JN), envolvendo o período do protocolo

² Como tratarei na seção que trata da metodologia da tese, a presente pesquisa sofreu algumas alterações no período em que transcorreu, assim, o que antes intentava ser um estudo para compreender o diálogo entre o discurso jornalístico acerca do impeachment e a prática dos sujeitos que interagem com ele (e que já havia iniciado seu campo), precisou por conta da pandemia de COVID-19 e o isolamento imperativo do contexto, limitar-se à dimensão da emissão.

de impeachment na Câmara dos deputados (Outubro de 2015) até o momento do afastamento definitivo da então presidenta Dilma Rousseff (31 de agosto de 2016). Assim, de acordo com as escolhas metodológicas deste trabalho analisamos como o Jornal Nacional acompanhou o impeachment ao longo dos oito meses que se estendeu o processo. A partir da análise de enquadramento, buscamos identificar como era construída a lógica em torno daqueles acontecimentos, percebendo o destaque dado ao impeachment na estrutura da edição (escalada, abertura e fechamento das matérias) e quais possíveis argumentos de causalidade, atribuições de responsabilidade, julgamentos morais, indicação de soluções, compunham o enquadramento dado ao impeachment.

A partir da análise do material em questão, entendo que o enquadramento dado ao impeachment no Jornal Nacional se relaciona com as mudanças que se estabeleceram na dinâmica política recente desde o governo Lula. Nesse sentido, entendo que o enquadramento dado pelo telejornal se relaciona com sua própria posição e pertença ao campo jornalístico, como um ator situado no campo das relações sociais e em constante disputa por sua credibilidade, pelo reconhecimento de sua voz como legítima, ainda, por poder simbólico.

Dessa forma, é a partir da sua posição no espaço social que o Jornal Nacional produz suas representações sobre o mundo. Nesse sentido, enquadramentos existem no espaço social e respondem as hierarquias de poder que o organizam. Aqui trago a hipótese de que a forma com que o Jornal Nacional enquadrou o processo de impeachment em 2016 possui uma posição ativa no conflito político recente, ao conferir legitimidade ao projeto político-econômico derrotado nas urnas e assim contribuir para o contexto da primeira década do século desembocar em uma conjuntura de esvaziamento da vontade eleitoral, que chamamos de *golpe de 2016*.

No primeiro capítulo desta tese, tento apresentar um pouco do nosso objeto, entendendo que o Jornal Nacional foi parte fundamental para que um acontecimento político como o impeachment pudesse ser vivido como *nacional*, isto é, de forma compartilhada, mesmo em um espaço diverso e de dimensões continentais como o Brasil. Assim, recupero brevemente as contribuições de Benedict Anderson, para fundamentar como no JN é possível que o impeachment

de Dilma Rousseff possa ser compreendido como uma experiência coletiva de nação, na qual se constrói o sentido do nacional enquanto ritual diário, compartilhado (BECKER, 2005, p.16). Assim, tendo em vista o espaço que o JN ocupa na televisão brasileira e o lugar central que o discurso telejornalístico possui na conformação da experiência coletiva no Brasil, procuro apresentar como o Jornal Nacional constituiu historicamente sua posição no campo jornalístico, e o poder necessário para ser reconhecido como este espaço legítimo de imaginação da nação.

No segundo capítulo da tese, recupero a teoria bourdieusiana do simbólico na medida em que traz um olhar para o jornalismo que foca no seu papel na dinâmica de dominação, ocupando lugar central na disputa pelo poder simbólico. Aqui recuperamos a noção de campo jornalístico e campo político na direção de fornecer as bases teóricas fundamentais para compreender o jornal nacional como participante ativo no golpe 2016, na destituição do capital simbólico de Dilma Rousseff (ROCHA, 2019) e instituição do Governo Temer.

No Capítulo 3, apresento a noção de enquadramento que serviu de base para a análise do conteúdo jornalístico na qual me debrucei. A teoria goffmaniana do enquadramento deu fundamento para que diversos pesquisadores da comunicação investigassem como os enquadramentos organizam tanto a prática dos jornalistas que escrevem sobre os acontecimentos, como das pessoas que tomam esses relatos como base para construir a sua própria relação com a vivência de determinados eventos. Assim, a noção de enquadramento nos fornece as bases para que possamos analisar como o discurso jornalístico constrói “o que estava acontecendo ali”, no impeachment de Dilma Rousseff.

No Capítulo 4 serão desenhadas as estratégias metodológicas para a análise das edições do Jornal Nacional nas quais me debrucei, o que envolve uma aproximação com a análise de enquadramento proposta por William Gamson e seus associados. Nesta seção exibirei como foi construído meu corpus de pesquisa e como construí a análise deste material.

No Capítulo 5, tentarei costurar a exposição a partir da análise das dimensões do conflito político, e, portanto simbólico, já destacadas na literatura

sobre o golpe, as quais na minha compreensão se articulam com a atuação da mídia tradicional pela deslegitimação do governo Dilma Rousseff, sendo recuperadas na análise do material com o qual me defronto. Ainda, se o enquadramento produzido pelo Jornal Nacional no material analisado passa por uma leitura particular do conflito político que se pretende universal, esse capítulo busca, a partir de uma revisão da bibliografia produzida acerca daquele contexto, trazer um pouco das disputas envolvendo esse passado recente, pano de fundo para essa construção discursiva.

No sexto capítulo, de acordo com as escolhas metodológicas deste trabalho analisei como Jornal Nacional enquadrou o impeachment nas edições analisadas. Nele exponho os principais pacotes interpretativos articulados para compor o enquadramento dado ao impeachment no telejornal.

Por fim, exibirei brevemente os achados dessa análise, minhas conclusões e contribuições ao tema, bem como os limites da presente pesquisa e o que esta deixará em aberto para investigações futuras.

2 UM TELEJORNAL NACIONAL

Renata Vasconcelos (bancada): Esse domingo foi muito parecido para milhões de brasileiros, muitos milhões. para quem estava em casa ou não, era preciso ter uma televisão por perto, era preciso acompanhar o que estava acontecendo em Brasília” (JORNAL NACIONAL, 18 de Abril de 2016)

No contexto brasileiro a televisão ainda ocupa o lugar de uma das principais fontes de entretenimento e informação para grande parte da população, concentrando, ainda, a maior parte da verba destinada pelas empresas à publicidade³. Como dito anteriormente, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, 9 entre cada 10 brasileiros afirmaram utilizar a televisão para se informar, o que aponta para a importância do meio televisivo no país. Assim, compreendo que a televisão parece fazer parte fundamental para que um acontecimento político como o *impeachment* possa ser vivido como *nacional*, de forma compartilhada. Aqui, recupero Benedict Anderson (2008), que tem como ponto de partida uma compreensão de *nação* como produto cultural bastante específico, entendendo-a inclusive, como parte fundamental das disputas político-simbólicas: “a condição nacional é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos.” (ANDERSON, 2008, p.28).

A partir da compreensão de Anderson, a conformação do Brasil como uma nação apenas seria possível na medida em que a esta se constitui como comunidade política imaginada, “imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente uma imagem viva da comunhão entre eles.” (ANDERSON, 2008, p.32).

A abordagem já clássica de Anderson se estabeleceu como uma importante inflexão teórica que sai de um entendimento da nação como uma entidade autônoma dotada de uma essência em si, na direção de uma compreensão da

³ Segundo o IBOPE/KantarMedia em 2017 a TV concentrou 72% da verba destinada para compra de mídia, enquanto a mídia digital expressou 9% e o rádio 4% do valor total voltado para tal. (KANTAR IBOPE MEDIA, 2018)

nação enquanto um construto sócio-cultural caracteristicamente moderno, orientando-se para uma investigação de suas origens históricas específicas; as transformações dos significados ao longo do tempo e porque dispõem de uma legitimidade emocional tão profunda. Dessa forma, Anderson tentará demonstrar como a criação desses produtos culturais no fim do século XVIII foi resultado do cruzamento de forças históricas complexas. Porém, depois de estabelecidos, esses produtos extrapolaram este tempo, se tornando ‘modulares’ e sendo capazes de transitar em diversos terrenos sociais, para incorporarem e serem incorporados por uma variedade de constelações políticas e ideológicas.

Para identificar as bases históricas desse fenômeno o autor recuperou o “capitalismo editorial”, relacionado especificamente à expansão do mercado editorial a partir do romance e do jornal, após o século XVIII. Benedict Anderson identifica nessas duas formas os meios técnicos fundamentais para representar o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação, o elemento central que forneceu a estrutura básica para que “as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesma e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas.” (ANDERSON, 2008, p.70)⁴. Analisando a prática da leitura do jornal, o autor destaca:

“E, no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida” (ANDERSON, 2008, p.69).

⁴ Ambas as formas estão relacionadas a uma mudança na percepção temporal típica da modernidade: o abandono da percepção medieval de simultaneidade ao-longo-do-tempo por uma simultaneidade transversal, que cruza o tempo, agora um “tempo vazio e homogêneo” marcado pela coincidência temporal e medido pelo relógio e pelo calendário (ANDERSON, 2008, p.54). Para o autor, a estrutura do romance - com uma cadeia causal de fatos e consequências, com membros que se cruzam sem nunca se conhecerem e estão ligados entre si - apresenta uma narrativa na qual a sociedade emerge como uma “entidade sociológica de realidade sólida e estável (...) enquanto organismo que atravessa um tempo vazio e homogêneo”, o que é similar à ideia de nação, que “também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente” (ANDERSON, 2008, p.56). Já o jornal não é muito diferente, pois também tem um caráter profundamente ficcional, na medida em que justapõe arbitrariamente fatos e estabelece entre eles um vínculo imaginado, a partir de uma coincidência cronológica (data do jornal) e da efemeridade dada pela relação entre o jornal e o mercado, a obsolescência diária do jornal que cria uma “extraordinária cerimônia de massa: o consumo (a “criação de imagens”) quase totalmente simultâneo do jornal-como-ficção” (ANDERSON, 2008, p.67-68)

Dessa forma, se Benedict Anderson identifica, em meados do século XVIII, a partir do jornal impresso esta força de relacionar um infinito e diverso número de pessoas em torno de uma ideia, então o que podemos dizer da televisão contemporaneamente? A descrição dada pelo autor, relativa ao jornal impresso séculos antes, parece ser muito presente quando pensamos na televisão. Segundo Wolton, a TV enquanto veículo de massa pode ser compreendida como ambiente de articulação da experiência individual e coletiva e, assim, como articulador de construções coletivas, como “o sentimento e reconhecimento como brasileiro” (WOLTON, 1996). Sendo assim, a televisão se conforma como muito mais que um produto tecnológico, ou um aglomerado de produtos de entretenimento, mas como um sistema de construção simbólica do mundo social, e que nessa medida é decisivo na conformação de um acontecimento político como nacional, assim como no impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

No cenário brasileiro, a consolidação da televisão como meio popular esteve ligada à estratégia do governo militar nos anos 1960 que, a partir de sua Doutrina de Segurança Nacional, investiu na TV como espaço privilegiado de difusão da ideia de integração nacional. Naquele contexto, militares e empresários atuavam lado a lado na integração de um público que se tornava cada vez maior, em decorrência do desenvolvimento de um mercado de bens culturais com volume e escala nacionais (ORTIZ, 2001). A parceria entre o Estado brasileiro e as empresas privadas viria a se fortalecer nas telecomunicações com a criação da Embratel em 1965 e a associação do Brasil ao sistema internacional de satélites INTELSAT - um aparelhamento tecnológico e institucional que viabilizou a integração de todo território nacional a partir do sistema de redes, o que permitiu uma integração nacional no nível do simbólico que tem como esteio a ideologia da segurança nacional.

“a noção de integração estabelece uma ponte entre os interesses dos empresários e dos militares (...) enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado. O discurso dos grandes empreendedores da comunicação associa sempre a integração nacional ao desenvolvimento do mercado” (ORTIZ, 2001, p.118).

“A indústria cultural adquire, portanto, a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos mercadológicos; a ideia de “nação integrada” passa a representar a

interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional. Nesse sentido se pode afirmar que o nacional se identifica ao mercado; à correspondência que se fazia anteriormente, cultura nacional-popular, substitui-se uma outra, cultura mercado-consumo.” (ORTIZ, 2001, p.165)

Dessa forma, o surgimento de uma cultura de massa no Brasil redefine o nacional e o popular: é popular na medida em que atinge um grande público, que é consumido largamente, e é nacional na medida em que está integrado a um mercado de consumo de bens simbólicos. Nesse contexto, em um país em que a expansão do ensino básico ocorreu simultaneamente à expansão da indústria cultural na segunda metade do século XX, mídias como o cinema, a rádio e a televisão com uma difusão de programação de caráter policlassista, ocuparam o espaço no qual a nação é imaginada.

Naquele contexto, a Rede Globo teve lugar central na expansão da televisão no Brasil: inaugurada em 1965, com base na aliança com o Estado brasileiro, e com a associação com a empresa americana *Time-Life*⁵, vai a partir dos anos 1970 se afirmando como a principal emissora de televisão do país. O desenvolvimento da emissora ocorreu em paralelo à expansão do capital estrangeiro na economia e a introdução da alta tecnologia e modernos padrões de gerenciamento no processo de industrialização brasileiro (JAMBEIRO, 2001). Naquele momento, o Estado forneceu a infra-estrutura técnica necessária para a interligação de todo o território nacional, fundamental para a consolidação da Rede Globo e condição essencial para o lançamento e sucesso do seu telejornal do horário nobre, o Jornal Nacional.

“O Jornal Nacional foi o primeiro programa em rede nacional gerado no Rio e retransmitido para todas as emissoras da rede. A equipe de jornalistas do JN conseguiu, em pouco tempo, transformá-lo no mais importante noticiário brasileiro, alcançando altos índices de audiência. Hilton Gomes, ao lado de Cid Moreira, abriu a primeira edição do JN anunciando: ‘O Jornal Nacional, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o país’. Cid Moreira encerrou: ‘É o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite’.”⁶

⁵ O acordo - depois considerado irregular segundo as leis nacionais e desfeito - foi estabelecido como um contrato de uma assessoria técnica, com implantação dos equipamentos, treinamento de pessoal, etc, sendo fundamental para o estabelecimento da Globo e na constituição do que ficou conhecido como “padrão Globo de qualidade”.

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/04/confira-historia-do-jn.html>> Acesso em: Junho de 2018.

A chamada de voz da primeira edição transcrita acima anunciava como o Jornal Nacional desde o início se anunciava como instrumento de integração nacional, viabilizado pela infra-estrutura tecnológica de transmissão em rede, pioneira no Brasil. O contexto de criação do JN se deu em meio a uma mudança de orientação na Rede Globo que, consolidada como rede nacional, naquele ponto decidiu que em vez de concorrer a todo custo por 90% da audiência nacional, a melhor estratégia seria a construção de uma imagem de prestígio, que além de evitar conflito com os militares⁷ era capaz de atingir um público mais qualificado – mantendo, claro, o público já conquistado (os 60% das classes C/D) (FREIRE FILHO, 2004). Assim, no decorrer dos anos 1970, na direção da constituição de uma imagem de confiabilidade e prestígio, a Globo sedimentou uma concepção de qualidade que envolvia diferentes critérios de excelência, como uma estratégia comercial modernizante e a ênfase na “dimensão artística” a partir de um apuro técnico, que foi sendo legitimada a partir de prêmios e pela reverência da imprensa (FREIRE FILHO, 2004, p.102). Nascia desde aquele momento o “padrão Globo de qualidade”, simultaneamente à criação do Jornal Nacional, símbolo e veículo desta marca.

O Jornal Nacional nasceu como símbolo e modelo do “padrão globo de qualidade”, e a partir de um maciço investimento tecnológico foi construindo uma qualidade e confiabilidade no campo jornalístico, e no decorrer da sua trajetória se estabelecendo como referência no telejornalismo brasileiro. Um exemplo de uma importante ferramenta que esse investimento tecnológico proporcionará na época são as entradas “ao vivo”, marca privilegiada do jornal e que vai ser essencial para a construção da credibilidade do Jornal Nacional junto à audiência, tendo como base a retórica da notícia imparcial e atual (GOMES, 2012). Desta feita, o Jornal Nacional foi construindo sua atuação baseada no ganho de credibilidade a partir de uma pretensa imparcialidade e objetividade, com uma narrativa que usa a apresentação da informação a partir de dados estatísticos, com a chancela de comentaristas e “autoridades” nos tópicos tratados. Apesar das importantes

⁷A aliança entre o empresariado da Rede Globo e o governo militar traziam limitações claras ao conteúdo jornalístico, desta feita, em 1973 a TV Globo e a TV Tupi firmaram um protocolo de autocensura, no qual se comprometem a regular internamente a produção de conteúdos, buscando evitar a necessidade da intervenção direta dos militares na programação.

mudanças que o programa vai sofrendo durante todos os anos que esteve no ar, essas referências vão se firmando e sendo centrais para a identidade do programa, além de ser modelo de referência para todos os outros telejornais no Brasil. Assim, a forma com que o telejornal vai construindo seu discurso acerca da política em seu sentido estrito faz parte dos valores constituídos historicamente no próprio campo jornalístico. Em resumo, o Jornal Nacional, programa mais antigo no ar na televisão brasileira, se estabeleceu como central na constituição do telejornalismo no Brasil, seja quantitativa ou qualitativamente falando, estabelecendo uma mudança na técnica e na linguagem do telejornalismo, que até ali ainda era marcado pela estrutura vinda da rádio e das primeiras experiências provocadas pelo uso do videoteipe (BECKER, 2005).

Segundo Becker (2005), os telejornais hoje ocupam um lugar estratégico nas programações televisivas, pois, constroem naquele espaço a experiência da vida social, vendem credibilidade e atraem recursos financeiros, concentrando uma grande quantia de investimentos publicitários em seus intervalos. Atualmente o Jornal Nacional é o segundo programa de maior audiência da Rede Globo (com índice de aproximadamente 28% de domicílios assistindo ao programa⁸), e seu intervalo possui uma das mais caras inserções comerciais da televisão brasileira.

“o telejornalismo funciona como experiência única, cotidiana e coletiva, de representação e construção da realidade, refletindo e interferindo na expressão da(s) identidade(s) nacional(is). O telejornal é o produto de informação de maior impacto na atualidade. Pelo jornal, a TV cria e procura dar visibilidade a uma experiência coletiva de nação. É um espaço importante de construção de sentidos do nacional como ritual diário.” (BECKER, 2005, p.16)

A partir de procedimentos diversos, envolvendo a seleção e ênfase ou exclusão de determinadas informações, imagens, quadros de câmera, textos, dados, depoimentos, etc, as narrativas vão sendo construídas no interior do Jornal Nacional compondo uma perspectiva geral para a compreensão dos acontecimentos. A partir desses procedimentos o telejornal vai buscar garantir uma objetividade e neutralidade da notícia, o que busca produzir um efeito de

⁸Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com>> Acesso em: 10 de Junho de 2018

verossimilhança, encenando o real e permitindo dizer o que existe e o que não existe (BECKER, 2005).

Ainda, como aponta Traquina (2005), somada às regras profissionais de objetividade, as práticas jornalísticas se estabelecem em uma cultura profissional compartilhada estruturada a qual dá destaque a organizar o mundo a partir de princípios de divisão estabelecidos em oposição, como bem/mal; governo x oposição; pró x contra, etc, na direção de produzir uma descrição simplificada do mundo para a audiência, estruturada nesta visão bipolar de mundo.

Os estudos do jornalismo costumam localizar a genealogia das práticas que hoje permeiam as escolas e são referência para a profissão, sobretudo no modelo que se consolidou nos Estados Unidos a partir do século XIX, marcadamente associado a uma centralidade do factual, com predominância de valores profissionais fincados na transparência e objetividade, ou seja, na capacidade daquele profissional específico de reconstituir objetivamente os fatos, separando informação de comentário (NEVEU, 2001).

Assim, a partir de uma ética e cultura compartilhada, muitos jornalistas vêem seu trabalho como uma missão de serviço à população, como um mediador, com função pedagógica de organizar, dar clareza ao caos dos acontecimentos (NEVEU, 2001). Nesse sentido, a profissão vai se alinhando à imagem do cão de guarda da democracia, a qual se conforma nas práticas do profissional desde as escolas de jornalismo, entendido como aquele representante legítimo do interesse público cujo principal papel é fiscalizar o sistema político. Dessa forma, com base nos valores profissionais a partir dos quais se estabelece o campo, como porta-voz do interesse público e fundamental para fiscalizar os governos em democracias avançadas, o jornalismo constrói sua credibilidade e legitimidade, seu poder simbólico.

Em pesquisa com jornalistas da redação do Jornal Nacional, Guazina (2011) destaca que aquele é um espaço onde a subcultura profissional citada acima é bem definida, e a prática de seus profissionais baseada especialmente nesse modelo no qual os jornalistas são entendidos em seu papel como investigadores, fiscais do governo, e orientada por normas de objetividade e neutralidade. Sendo

assim, sublinho que neste trabalho considero a construção do acontecimento do impeachment no Jornal Nacional não como fruto de um cálculo racional intencional de propaganda, mas envolvida em num sistema de posições e hierarquias do qual este ator faz parte. Entendo que é a partir de uma posição historicamente conformada que o JN produz seu discurso, e essa posição e seu capital simbólico que permite o telejornal ser espaço daquele ritual nacional. Dito isto, acredito ser de suma importância compreender, no caso do impeachment de Dilma Rousseff, de que maneira foi construída essa oferta discursiva, esse vínculo pretendido entre o telejornal de maior audiência do país e seu público. Como será que esse acontecimento político foi construído no Jornal Nacional?

3 UMA TEORIA SOCIOLOGICA DO SIMBÓLICO

Como dito anteriormente, a vivência dos acontecimentos políticos têm sido cada vez mais permeada pela dinâmica dos meios de comunicação de massa, o que parece ser o caso do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O presente trabalho tem como ponto de partida fundamental ao refletir sobre o golpe de 2016 que este não pode ser analisado propriamente sem levar em conta sua dimensão simbólica. Antes de partir pra uma reflexão acerca do jornalismo no contexto do golpe de 2016, aqui lanço mão da teoria das formas simbólicas de Pierre Bourdieu que a partir de uma compreensão relacional e agonística do social dá ferramentas que apontam caminhos pra compreendermos a dinâmica de dominação que atravessa a compreensão deste objeto.

Dito isto, antes de chegar à noção fundamental de campo jornalístico e de como o autor compreende o seu papel na modernidade em sua relação com o campo político, se faz necessário entender o que possibilita a conformação desse conceito, que pressupõe uma teoria do simbólico atravessada por uma crítica da dominação e das formas modernas que ela assume, sobretudo no discurso midiático.

3.1 UMA TEORIA SOCIOLOGICA DO SIMBÓLICO

Dentro da sociologia contemporânea a obra de Pierre Bourdieu emerge como referencia fundamental a colocar os sistemas simbólicos no centro do debate teórico sobre a ordem social a partir de uma síntese de contribuições teóricas já clássicas. O autor estabelece como ponto de partida de sua reflexão a pergunta clássica sobre como se dá a possibilidade da manutenção da ordem social, ou ainda, como é possível que essa ordem, atravessada por relações de dominação e desigualdade, seja produzida e reproduzida com a cumplicidade dos atores sociais (BOURDIEU, 2014, p.224). Nesse contexto, a análise das formas simbólicas a que se dedicou Bourdieu forneceu um pilar teórico importante na sociologia, onde o autor tem a preocupação central em desvelar os mecanismos de ação do poder

simbólico, os processos a partir dos quais relações de dominação são percebidas e reproduzidas como legítimas no mundo social (BOURDIEU, 2001).

“Parece-me que não é possível compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações: se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e fáceis de inverter. No fundo, é esse o ponto de partida de muitas de minhas reflexões. Ao longo de todo o meu trabalho tentei reintroduzir esse paradoxo da força simbólica, do poder simbólico, esse poder que se exerce de maneira tão invisível que até nos esquecemos de sua existência e que aqueles que o sofrem são os primeiros a ignorar sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência.” (BOURDIEU, 2014, p.224)

É nesse sentido que simultaneamente ao seu empreendimento geral de síntese teórica na sociologia, a conformação de uma teoria do simbólico é um pilar fundamental da obra de Pierre Bourdieu, na medida em que insere a dimensão simbólica no centro da compreensão das relações de força nas quais se baseia a ordem social. Diante de abordagens que outrora davam primado à compreensão dos sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e construção do mundo (identificadas às abordagens neo-kantistas como a de Ernest Cassirer), ou àquelas no qual o foco estava nas funções desses como instrumentos de comunicação (a exemplo do estruturalismo saussureano), Bourdieu sugere algumas sínteses que intentam fugir da dicotomia entre uma análise demasiada internalista ou externalista das formas simbólicas.

É a partir dessa primeira síntese que o autor busca responder a pergunta anterior, de como essa ordem social é capaz de ser produzida e reproduzida com a cumplicidade dos atores sociais. Aqui, o autor recupera a obra de Durkheim para contribuir na reflexão com uma compreensão do simbólico que não se reduz a sua dimensão comunicacional como nos neo-kantianos, trazendo a contribuição estruturalista para explicitar a sua função política de integração, de produção do consenso acerca do sentido do mundo social, tendo papel fundamental na sua reprodução: “a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’.” (BOURDIEU, 2017, p.10). Desta forma, o autor destaca como as formas de classificação, de construção da realidade social, são historicamente constituídas e arbitrárias, apontando, assim, sua função de dominação. Nesse sentido, se destaca a

importância do papel do sistema escolar, na tarefa de incorporar estruturas comuns de conhecimento, cognição e dominação e nesse sentido fundar um consenso sobre o sentido do próprio mundo (BOURDIEU, 2014, p.230).

“relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *polatch*, podem acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem sua função política de instrumentos de legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) reforçando as relações de força que as fundamentam e contribuindo para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 2007, p.11)

Ainda, a partir da síntese da contribuição durkheimiana com a inspiração da teoria marxiana da ideologia, Bourdieu aponta para como os esquemas de percepção pelos quais os agentes conhecem e reconhecem o mundo social são fundamentais para que as relações de desigualdade e dominação de classe que perpassam o social não sejam percebidas como relações arbitrárias, de força, mas como naturais e universais.

A este respeito, Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (1986), apresentam a base da idéia de universalização como estratégia ideológica de uma classe, tese que vai permear boa parte da teoria da ideologia desde então. A universalização fixa a idéia de que o domínio de classe, após a conquista do poder político, passa por apresentar interesses particulares, específicos de determinada classe ou época, como gerais, ou seja, os únicos racionais e universalmente válidos. Naqueles termos, valores particulares devem ser desistoricizados e naturalizados, de forma a parecer como válidos para todos e para qualquer tempo histórico. Após a conquista do poder político, a classe que vise a posição dominante deve fazer com que seus interesses pareçam não mais se identificar com esse grupo, moldando-se para aparecer como interesse geral. Isso já aponta para uma estratégia apresentada por Marx e Engels, muito próxima da universalização, que é a naturalização. Para os autores, a ideologia “separa as idéias dominantes destes próprios dominantes”, apresentando suas crenças como o “senso comum” de uma sociedade (EAGLETON, 1997).

Na teoria bourdieusiana é a noção de violência simbólica que aparece como central em sua análise da dominação de classe na sociedade moderna, como uma violência que se exerce na medida em que não a percebemos como tal, se exercendo sobre um agente social com a sua cumplicidade (BOURDIEU & WACQUANT, 2005). Neste ponto, o autor procura destacar o poder simbólico como aquele poder que se exerce só se for reconhecido, no sentido de ignorado como arbitrário, e aqui a noção de *habitus* é fundamental:

“O que denomino pelo termo 'reconhecimento', então, é o conjunto de pressupostos pré-reflexivos fundamentais com os quais o agente se compromete no simples ato de tomar o mundo como certo, de aceitar o mundo como ele é e de considerá-lo natural porque suas mentes são construídas de acordo com estruturas cognitivas saídas das próprias estruturas deste mundo.

(...) tendo nascido em um mundo social, aceitamos uma ampla gama de postulados e axiomas tácitos que não precisam ser inculcados. É por isso que a análise da aceitação dóxica do mundo, pela concordância imediata das estruturas objetivas e cognitivas, é o verdadeiro fundamento de uma teoria realista da opressão e da política. De todas as formas de "persuasão oculta", a mais implacável é aquela exercida, simplesmente, pela ordem das coisas.” (BOURDIEU & WACQUANT, 2005, p.240-241 *tradução nossa*)

Assim, enquanto as análises externalistas destacariam os sistemas simbólicos como estrutura estruturada, e as internalistas como estrutura estruturante, Bourdieu vai buscar conectar esta dimensão cognitiva e comunicativa dos sistemas simbólicos a partir da sua teoria do *habitus*, essa “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”. Logo, o *habitus* atua como essa ferramenta teórica mediadora da oposição indivíduo/sociedade, é o social incorporado no sujeito através dos diversos processos de socialização; é estruturado e estruturante - estruturado pelas forças sociais que o produziram, e estruturante, no sentido de que dá forma e coerência pras práticas de um sujeito (PETERS, 2013). Nesse sentido, a compreensão bourdieusiana se afasta da teoria da ideologia e da hegemonia, na medida em que para a segunda a legitimação da ordem implicaria um aspecto ativo, no sentido de um trabalho de persuasão, quando que pra o autor francês a legitimidade da ordem social não é produto de uma ação intencional de propaganda, mas do fato de que os agentes aplicam às

estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção saídas delas mesmas e que tendem a representar o mundo como óbvio.

Assim, além de relacional a perspectiva que Bourdieu possui do mundo social é profundamente agonística, ou seja, para o autor, sobretudo a disputa e não a reprodução o motor tanto dos movimentos de ruptura como dos de continuidade social (WACQUANT, 2013, p.89). Aqui, a luta de classes encarna a forma de uma disputa pela maneira de fazer crer e fazer ver o mundo, pela imposição da sua definição do mundo social. Dessa forma, as classes poderão conduzir essa luta diretamente nos conflitos da vida cotidiana, ou através de procuração, por meio da luta travada por especialistas da produção simbólica, como jornalistas e cientistas sociais, por exemplo. Nesta disputa está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, o poder de impor (e inculcar) instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social.

Em sua análise da gênese do Estado, em crítica a autores que caracterizavam-no a partir do monopólio fiscal, militar e policial como Taylor e Elias, Bourdieu vai, então, focar nos poderes de violência simbólica exercidos pelo Estado, entendido por ele como esse “banco central do poder simbólico”, por cujo controle e apropriação se defrontam os atores capazes de atuar no campo político. Assim, em última instância, o Estado é pra Bourdieu o lugar dessas lutas, nas quais o que está em jogo é o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, o poder de constituir e impor como universal e universalmente aplicável dentro das fronteiras de um determinado território, um conjunto comum de normas coercitivas (BOURDIEU, 2014).

“O poder simbólico, como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e

daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.” (BOURDIEU, 2007, p.14-15)

Logo, a luta de classes assume a dimensão de uma luta pela classificação: “o que esta em disputa no jogo político e o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra.” (BOURDIEU, 2011). Assim, as lutas políticas aparecem como lutas entre responsáveis políticos, que vão opor atores dotados de poderes simbólicos desiguais em direção a um objeto comum em disputa: o poder sobre o Estado. Neste ponto, Bourdieu destaca como o capital político é um capital de reputação, de credibilidade, ligado ao fato de ser notável, e por isso hoje o papel de destaque da televisão e do campo jornalístico com relação à credibilidade dos atores da esfera política.

3.2 O CAMPO JORNALÍSTICO

A reflexão de Pierre Bourdieu sobre a relação entre os meios de comunicação e os demais espaços sociais não foi protagonista de trabalhos empíricos que tratassem da estrutura e gênese do campo com a mesma extensão que em outros objetos, mas emerge dentro de seu projeto teórico mais amplo, sofrendo formulações variadas e trazendo importantes reflexões. Assim, podemos elencar algumas contribuições do autor francês para uma compreensão que envolva os meios de comunicação como objeto: 1) Os textos que refletem o campo da produção cultural, a exemplo de *As Regras da Arte* e *Campo da Produção Cultural*, elaboraram importantes reflexões relacionadas ao processo de produção cultural que são fundamentais pra pensarmos a produção da notícia; 2) ainda, em *A Distinção*, de 1979, onde a partir de sua pesquisa empírica situada na França, o autor reflete sobre a relação entre o campo das classes sociais e o campo da oferta e demanda de opiniões ideológicas; 3) uma das mais polêmicas formulações está presente no livreto *Sobre a televisão*, publicado na década de 1990, no qual o autor – focando em um público não-acadêmico – levanta provocações sobre os efeitos da mídia comercial nos campos da produção cultural e nos modos usuais

de enquadramento midiático⁹; 4) já no fim da década de 1990 Bourdieu escreveu um artigo intitulado *The political field, the social field and the journalistic field*, no qual contribuiu com reflexões propriamente sobre a mídia, analisando a relação entre campo político, o campo das ciências sociais e o campo jornalístico, destacando o último como um campo de crescente heteronomia, mais comercializado e mais sujeito aos constrangimentos da economia e da política (BOURDIEU 2005; BENSON & NEVEU, 2005)

“Uma das transformações mais importantes da política, de uns vinte anos para cá, está ligada ao fato de que agentes que podiam considerar-se, ou ser considerados, como espectadores do campo político, tornaram-se agentes em primeira pessoa. Quero referir-me aos jornalistas e, especialmente, aos jornalistas de televisão e, também, aos especialistas em pesquisa de opinião. Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo. Perguntam-me frequentemente o que me faz reconhecer que uma instituição ou um agente faz parte de um campo. A resposta é simples: reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente).” (BOURDIEU, 2011, p.201)

Nas últimas décadas a noção bourdieusiana de *campo* tem cada vez mais se firmado como um conceito fundamental nas pesquisas de mídia e utilizar este referencial para investigar a produção jornalística nos traz uma alternativa às análises puramente internalistas e ou externalistas do texto noticioso (BENSON 1998; NEVEU, 2008). Assim, pensar o discurso jornalístico a partir destas referências é ter em mente que o poder que um enunciado possui engloba um conjunto de relações de poder simbólico que envolvem a posição ocupada pelos

⁹ A publicação de *Sobre a Televisão* levou a uma série de desentendimentos e severas críticas ao autor no espaço acadêmico. Segundo Neveu isto se deu principalmente por um mal-entendido envolvendo a recepção do livro, pois ali não estava em questão a produção de uma robusta teoria da televisão, e sim uma provocação a um público mais amplo, de fora dos ambientes acadêmicos, sobre os efeitos dos enquadramentos midiáticos (NEVEU, 2005). Segundo Neveu (2008), boa parte da leitura limitada da análise bourdieusiana da mídia (as quais chegam a argumentar que o lugar do receptor em Bourdieu seria o do “idiota cultural”), se deu em parte pela equivocada identificação de Bourdieu como sucessor da Escola de Frankfurt após a publicação de *Sobre a Televisão* em 1996, a qual levou a uma leitura vazia da teoria do autor, não dando atenção a sua crítica anterior às teorias da cultura de massa, nem para a sensibilidade deste à diversidade da recepção dos conteúdos, como nos seus escritos de meados da década de 1960, quando em texto de parceria com Passeron (1963), o autor já levantava críticas com relação ao conceito de mídia de massa, denunciando uma visão depreciativa do popular como passivo.

agentes no espaço social, na disputa política pelo monopólio de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra.

Para Bourdieu, o fundamento da sociedade consiste em relações e não em indivíduos em rede, sendo os laços materiais e simbólicos a base da desigualdade e da heterogeneidade existente (WACQUANT, 2013, p.88). O autor considera a sociedade como existindo a partir de duas formas relacionais: uma objetiva, o *campo*; e outra subjetiva, o *habitus*, conceitos que se estabelecem lado a lado, possuindo uma “cumplicidade ontológica” entre si, no intento do autor em lidar com o desafio da dicotomia entre as dimensões objetivas e subjetivas na explicação do social. A noção de *campo* de Bourdieu recupera a teoria weberiana, a qual destaca a autonomização das esferas de valor como uma das consequências do processo de racionalização, característico do desenvolvimento da modernidade, ponto onde estas esferas vão se estabelecendo como um domínio social próprio, regido por uma lógica própria. Assim, o conceito de campo remete à compreensão deste espaço social como um domínio relativamente autônomo, estruturado em torno de posições diferenciadas e hierarquizadas, um campo de forças no qual a distribuição desigual de capitais opera como meio de exercício do poder, ou seja, no interior dessas esferas as relações de poder vão fundamentar e estruturar a ação (BOURDIEU, 2003). O ajuste entre as práticas e as estruturas objetivas seria fundamentalmente dado pelo *habitus*, conceito que busca dar conta de como subjetividades são moldadas pelas trajetórias dos agentes no interior de contextos sociais específicos, tanto no que diz respeito aos aspectos motivacionais quanto recursivos destas subjetividades. Segundo Bourdieu, o *habitus* seria exatamente o princípio gerador de práticas distintas e distintivas, características (intrínsecas) à posição social do ator dentro de um determinado campo - é ao mesmo tempo condição de funcionamento do campo e produto desse funcionamento (BOURDIEU, 2001a ; BOURDIEU, 2003).

Sendo relativamente autônomos os campos estabelecem regras particulares, mas são organizados em oposições que são homólogas à hierarquia de poder estabelecida historicamente na sociedade; se organizando a partir de uma mesma lógica geral (segundo o volume de capital possuído e antiguidade da posse); e as oposições estabelecidas internamente tendem a ser homólogas entre

elas (ricos e menos ricos, dominantes e dominados, antigos e recém-chegados, heterodoxia e ortodoxia, retaguarda e vanguarda, etc.) e homólogas às oposições que organizam o campo das classes sociais (entre os dominantes e dominados) ou o campo da classe dominante (entre fração dominante e dominada) (BOURDIEU, 2013^a, p.217). Logo, a distribuição das posições no campo vai se organizar em torno do mesmo princípio de diferenciação que se organiza no espaço da sociedade - capital econômico e cultural – mas, a forma específica que estes capitais assumem vai variar entre os campos. No caso do campo jornalístico, por exemplo, o capital econômico pode ser expresso pelo volume de circulação ou de propaganda, enquanto o capital cultural pode tomar forma de comentários inteligentes em debates, reportagens investigativas, etc. (o tipo de práticas que o campo usualmente recompensa os agentes a cada ano em forma de prêmios, por exemplo) (BENSON & NEVEU, 2005, p.4).

Na sociologia relacional bourdieusiana a organização do campo jornalístico, dos demais campos e do espaço social mais amplo, toma a forma simplificada de uma estrutura em quiasma na qual o eixo vertical mede o volume geral de capital, enquanto o eixo horizontal mede a proporção de capital cultural e econômico (estando o pólo cultural à esquerda e econômico à direita), por exemplo, na medida em que a posição dos agentes se move da esquerda para direita no espaço social a proporção de capital cultural (dominado) cai e a de capital econômico (dominante) aumenta (BOURDIEU, 2013a). Logo, no espaço das classes sociais de baixo pra cima o volume geral de todas as formas de capital vai ser relativamente maior, estando no topo do espaço social o campo do poder, do qual faz parte o campo da produção cultural, na medida em que tende a se relacionar principalmente com agentes que possuem altos volumes de capital. Porém, o campo de produção cultural vai se situar no pólo dominado do campo do poder, mais à direita da estrutura de posições, tendendo assim a possuir menos autonomia em relação aos campos mais próximos do pólo com maior volume de capital econômico, como os campos econômico e político.

O campo jornalístico, que Bourdieu prefere tratar como um microcosmo dentro do campo da produção cultural (BOURDIEU, 2005), estaria dividido entre o campo da produção restrita - a parte do campo jornalístico situada no pólo cultural

à direita da estrutura de posições (uma produção jornalística mais independente, que possui uma maior autonomia relativa e respeito pelas regras internas ao campo) -; e o campo da produção em larga escala, onde situa-se a maior parte do campo jornalístico (produção jornalística bastante influenciada pelos critérios do campo econômico, a exemplo das grandes empresas de comunicação). Por exemplo, a produção jornalística como a da Rede Globo estaria localizada exatamente neste campo de produção cultural em larga escala, no pólo à esquerda da estrutura de posições, ou seja, no pólo com menos autonomia com relação ao poder político e econômico que o campo da produção restrita. Esta diferenciação entre produção de larga-escala/restrita seria homóloga a que organiza a própria sociedade em um sentido mais amplo (capital econômico/cultural), assim, vai estar presente não só no campo jornalístico, mas entre os diferentes meios de comunicação e no interior das próprias empresas de mídia e jornais e das práticas de consumo dos agentes individuais e coletivos.

Os campos podem variar um em relação ao outro de acordo com seu grau de autonomia, ou seja, com a capacidade que desenvolveram de refratar as influências externas, respeitando seus próprios critérios de avaliação em relação aos campos vizinhos (BOURDIEU, 2004b). Logo, os campos eles mesmos serão locais de disputa para conservá-lo ou transformá-lo, locais de conflito entre aqueles que defendem princípios de julgamento autônomos particulares àquele campo e aqueles que buscam intervir a partir de princípios heterônomos, de fora do campo: o campo é ele mesmo objeto de luta, “um jogo no qual as regras do jogo estão elas própriasostas em jogo” (BOURDIEU, 2004b, p.29). Por sua posição no campo do poder, a autonomia do campo jornalístico estaria sempre tensionada pela sua posição em relação ao campo econômico, logo, se por um lado a produção de uma empresa de jornalismo precisa obedecer aos códigos próprios ao seu campo, por outro vai precisar operar na lógica econômica da ampliação da audiência e do lucro. Assim, a força da heteronomia comercial encarnada no jornalismo televisivo de larga escala têm tido grande espaço no campo, sendo governada por uma lógica onde pesa cada vez mais a lógica comercial e os índices de audiência. A prática pode sofrer variações, por exemplo, nas chamadas “empresas de produção de informação”, onde os jornalistas se organizam dentro de uma sociedade de

redatores que controlam linha editorial, os imperativos da produção da informação teriam uma maior chance de governar sua prática, diferente das “empresas de jornalismo”, onde a produção de informação é pensada como uma atividade econômica, sem grande particularidade, mercantilizada e normatizada, e que um outro jornalismo se desenvolve (NEVEU, 2006).

Os campos se caracterizam pela competição para apropriação legítima do que está em jogo na luta naquele campo, e no caso do campo jornalístico se estabelece uma permanente disputa pra se apropriar do público leitor, mas também para se apropriar do que é pensado para garantir esse público (BOURDIEU, 2005). Desta feita, um dos paradoxos deste campo seria que essa competição no campo jornalístico sob controle comercial tem o efeito de produzir uniformidade, censura e conservadorismo, o que vai contra a existência das premissas internas ao próprio campo. Assim, a pressão dos índices de audiência e o próprio aumento da competitividade por trabalhos escassos no campo jornalístico também pode influenciar para uma prática mais conformista, contribuindo para a reprodução do campo, e implicar em uma produção jornalística mais conservadora. Dessa forma, pensar na produção das notícias em torno do impeachment a partir de determinados enquadramentos é ter em mente a posição daquele veículo no campo do poder, a partir do qual constrói uma história particular daquele evento.

Não só no campo jornalístico, mas os demais sujeitos do campo da produção ideológica (cientistas sociais, filósofos, ou os políticos, por exemplo) lutam em seus campos e entre si para estabelecer e impor seus princípios práticos de visão e divisão em nossa sociedade, e assim tê-los reconhecidos como categorias legítimas de construção do mundo social, em outras palavras, disputam pelo monopólio legítimo da violência simbólica. (BOURDIEU, 2013a, p.37). Em outras palavras, o campo de produção ideológica, é mesmo esse universo relativamente autônomo, em que a partir da concorrência e disputa, se elaboram os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis para os atores em determinado momento histórico e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, a problemática legítima (BOURDIEU 2007, p.372). Dessa forma, a imposição de uma definição de mundo social é nela

mesma uma mobilização que tende a transformações da relação de poder, e nesse sentido é ela mesma política (BOURDIEU, 2005, p.39)

Nesta direção, é interessante apontar que na medida em que o campo jornalístico fica mais heterônomo, mais comercializado e mais sujeito aos constrangimentos da economia e política, leva-o a impor cada vez mais restrições também aos outros campos de produção cultural e também ao campo político (BENSON & NEVEU, 2005). Cada vez mais, a visibilidade nos meios de comunicação se torna a condição essencial para produção de capital político ou para a perda deste¹⁰, porém, isto não acontece sem tensão, na medida em que o campo político também possui sua dinâmica própria. Mesmo em espaços onde é perceptível a influência elevada da mídia, o detentor do monopólio de produção e distribuição do capital político é o próprio campo político, assim, as regras próprias ao campo também darão limites pra conversão da visibilidade midiática em capital político. É importante ter em mente que a forte relação entre o campo político e o campo jornalístico não significa um enfraquecimento do primeiro na definição da problemática política legítima; para Bourdieu, o jornalismo não chega a desafiar a problemática política legítima, muito mais frequentemente reconhece a legitimidade desta tarefa aos próprios agentes do campo político (MIGUEL, 2002).

Logo, de uma forma ou de outra, a autonomia do campo jornalístico está sempre em jogo, o que deve ser entendido como uma tensão permanente nas práticas e não como uma ausência geral de autonomia seja por agentes individuais ou coletivos. Mesmo que seja em um grau muito baixo, jornalistas precisam orientar sua ação a partir dos códigos internos ao campo, sob pena de perda de legitimidade da sua posição e do próprio campo. No caso do campo jornalístico, a centralidade factual, a predominância de um discurso de aparente objetividade e de reconstituição dos fatos foram se estabelecendo como normas profissionais do campo, produzindo efeitos práticos no fazer jornalístico (NEVEU, 2006).

¹⁰ Bourdieu tipifica duas formas de capital político, o capital político pessoal e o capital delegado (BOURDIEU, 2007, p.190-194). O capital político pessoal é firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa – possuindo nome, reputação, etc. – e também nas suas qualificações próprias, fruto de uma acumulação lenta e contínua e desaparece com a pessoa do seu portador. Já o capital político delegado, é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido por uma instituição e só por ela: é o caso, por exemplo, da ocupação de um mandato, um cargo na estrutura partidária, ou um cargo comissionado e/ou “de confiança” em alguma gestão.

Nesse sentido, o autor destaca como o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político, o que encontra seu princípio na estrutura própria do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas. Assim, em uma prática permanentemente tensionada por sua relação com campo econômico e, nesse sentido, voltada para a ampliação das audiências, os jornalistas recorrem a enquadramentos como o dos escândalos político-midiáticos, sob a justificativa das expectativas de seu público, quando não fazem mais que projetar sobre ele sua própria visão (BOURDIEU, 1998).

Dito isto, recuperei aqui a teoria bourdieusiana do simbólico na medida em que esta traz um olhar para o jornalismo que foca no seu papel na dinâmica de dominação, na disputa pelo monopólio das formas de fazer ver e fazer crer na nossa sociedade, pelo poder simbólico. Aqui recuperamos a noção de campo jornalístico e campo político na direção de fornecer as bases teóricas fundamentais para compreender o Jornal Nacional como participante ativo no golpe 2016, na destituição do capital simbólico de Dilma Rousseff (ROCHA, 2019) e instituição do Governo Temer. Desta forma, é a partir dessas bases que entendo que o discurso produzido no espaço do telejornal. É a partir da sua posição no espaço social que o Jornal Nacional estrutura suas representações sobre o mundo que tomam forma no texto jornalístico. No capítulo que se segue, buscaremos dar conta dessa dimensão da análise voltada para o texto jornalístico, lançando mão da noção de enquadramento como ferramenta metodológica para sua análise.

4 FRAME ANALYSIS E OS ESTUDOS DE MÍDIA

A noção de enquadramento tem se popularizado cada vez mais em investigações de diferentes naturezas empíricas, na direção de captar a dimensão simbólica das relações sociais, seja no campo da sociologia, dos estudos de comunicação, da psicologia, ou da ciência política, sendo utilizado desde a análise de produtos televisivos, campanhas publicitárias, movimentos sociais, ou mesmo conversas cotidianas.

O conceito de enquadramento - que hoje aparece como uma noção bastante popularizada nos estudos de mídia - tem sua origem na metade do século XX. A genealogia deste conceito remete à pesquisa do teórico Gregory Bateson (1950) e toma força com os estudos de Erving Goffman, em 1974. A partir da observação de animais em um zoológico, Bateson percebeu que eles não apenas brigam, mas “brincam de brigar”, ou seja, um mesmo fragmento de atividade tanto poderia ser compreendido em uma chave de conflito como de brincadeira, sendo assim, as ações não seriam por si só dotadas de significados, mas o quadro (*frame*) mobilizado naquela interação é o que permitiria compreender o que estaria acontecendo naquela situação específica. É com base nesta primeira noção batesoniana de quadro com foco comunicacional, que Goffman busca complexificar a sua força analítica, na direção de desenvolver as bases do que ficou conhecido como *frame analysis*. Neste ensaio o autor argumenta que para compreendermos a experiência dos indivíduos precisamos entender como ela se organiza e adquire significado para os atores: “Pressuponho que, quando os indivíduos se interessam por qualquer situação usual, eles se confrontam com a pergunta: **O que é que está acontecendo aqui?**” (GOFFMAN, 2012, p.30 *grifo nosso*)

Por trás desta questão em Goffman está o debate de como produzimos a realidade do mundo em que vivemos, e deixando claro que a própria formulação da pergunta implica limites e vieses específicos direcionando a uma exposição unitária e simples, o autor no limite do seu exercício teórico realiza uma escolha temporária de perspectiva, que é como os participantes reconhecem como válida, consensual, uma compreensão do que estaria acontecendo ali. No que consiste esse consenso,

como ele se estabelece? Para Goffman, os atores dão sentido à experiência cotidiana a partir de esquemas fundamentais de compreensão que estão disponíveis e são compartilhados em nossa sociedade, para assim poderem entender “o que estaria acontecendo ali”. Nesse sentido, para Goffman, esta pergunta tácita seria o ponto de partida fundamental para que, em qualquer situação, o indivíduo dê sentido àquele evento, e os quadros (*frames*) seriam os elementos que permitem a ele responder a esta questão, os princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjetivo neles (GOFFMAN, 2012, p.34). Por conseguinte, esses esquemas serão o foco do ensaio de Goffman, que busca investigar como eles organizam o conhecimento do mundo, analisando as vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos esses quadros de referência.

Em resumo, Goffman vai tipificar alguns quadros essenciais, organizando-os em alguns esquemas fundamentais: os esquemas primários (naturais ou sociais) e suas transformações, o tom (*key*) e a maquinação (*fabrication*). Os esquemas primários seriam os esquemas interpretativos mais básicos que dão inteligibilidade a um fragmento de atividade, permitindo o sujeito localizar, perceber, identificar e rotular inúmeros acontecimentos concretos, e que vão dando forma à experiência cognitiva no mundo social. O que Goffman quer marcar é que na maioria das vezes tendemos a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários e o tipo de esquema que vamos utilizar vai proporcionar uma maneira de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado. Dessa forma, o autor compreende os esquemas primários como a base fundamental de uma cultura, a qual possui um estoque de quadros comuns que podem se manifestar na experiência através dos discursos.

Tomados em conjunto, os esquemas primários de um determinado grupo social constituem um elemento central de sua cultura, especialmente na medida em que surgem compreensões relativas aos principais tipos de esquemas (*schemata*), às relações destes tipos entre si e à soma total de forças e agentes que esses modelos interpretativos reconhecem estarem soltos no mundo. (GOFFMAN, 2012, p.51)

Assim, os acontecimentos são inteligíveis a partir destes esquemas primários mas essa inteligibilidade poder ser transformada, não é inviolável. A maior parte do ensaio de Goffman diz respeito às questões que envolvem a transformação de quadros (*keys/tons* ou *fabrications/maquinações*), suas tipificações e às vulnerabilidades a que eles estão sujeitos.

Se a obra de Goffman foi importante ao destacar como na vida cotidiana os agentes enquadram o que acontece, na direção de organizar, compreender, e dar sentido à vida; esta teoria também forneceu as bases para que diversos pesquisadores da comunicação investigassem como os enquadramentos organizam tanto a prática dos jornalistas que escrevem sobre os acontecimentos, como das pessoas que tomam esses relatos como base para construir a sua própria relação com a vivência de determinados eventos. Assim, na medida em que contemporaneamente os meios de comunicação de massa tem sido um importante ator na construção de uma experiência coletiva dos acontecimentos sociais, diversos autores seguiram a questionar-se como as produções jornalísticas organizam o “que estaria acontecendo ali” em determinados eventos, como os *enquadram*, e de que forma isso dialoga com a interpretação da audiência em torno desses acontecimentos. Assim, é nesta direção que surge a pergunta de como o discurso jornalístico constrói “o que estava acontecendo” no período do impeachment de Dilma Rousseff.

Um dos primeiros autores a ganhar largo destaque a partir do uso da noção de *enquadramento* foi Todd Gitlin (1980), a partir de sua pesquisa que buscou analisar a disputa entre os movimentos sociais nos anos 1960 e a imprensa de massa americana. Nesta ocasião, o autor apresentou a primeira definição mais clara e sistemática do conceito de quadro (frame):

Frames são **princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que importa.** (...)

Os *media frames* são **padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão**, pelos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual. Os frames permitem que os jornalistas processem grandes quantidades de informação rapidamente e rotineiramente: reconhecê-la como informação, atribuí-la a categorias cognitivas e empacotá-la para

retransmissão eficiente para seu público. (GITLIN, 1980, p.7 *tradução nossa*)

A definição de Gitlin operacionaliza a noção de quadro enquanto recurso de organização do discurso, como uma prática socialmente determinada e capaz de construir uma interpretação específica dos acontecimentos. A análise do autor traz importantes contribuições no que diz respeito ao funcionamento rotineiro do jornalismo, em como as práticas na produção cotidiana da notícia têm importante impacto na hora de definir “o que existe, o que aconteceu e o que importa” (GITLIN, 1980, p.6). Em seu estudo, realizado nos Estados Unidos na década de 1960, o autor demonstra como as práticas de enquadramento da mídia americana (trivialização, polarização, foco nas disputas internas, marginalização, etc.) moldaram a interpretação coletiva do movimento social “SDS” (Student for a Democratic Society), contribuindo para legitimar determinados líderes, transformando-os em verdadeiras celebridades e para suprimir e “abrandar” as mensagens originais do movimento, que era taxado como caótico, sem liderança, radical, e em desesperada necessidade de uma alternativa moderada (GITLIN, 1980).

Neste contexto, ainda não havia estudos de enquadramento que realizassem pesquisas empíricas com a audiência. O interesse na relação entre os enquadramentos da notícia e a ressonância deles na opinião política da população ganharam destaque principalmente com os estudos como os de William Gamson e seu grupo, nos quais buscaram compreender como as ações coletivas são apresentadas no discurso midiático e na conversação cotidiana. Segundo Gamson & Modigliani (1989, p.2-3), podemos entender os enquadramentos a partir de *pacotes interpretativos* que caracterizam os discursos e conferem sentido a determinado evento ou série de eventos, promovendo uma conexão entre eles e sugerindo qual a essência do que está em questão. Nesta direção, na pesquisa publicada em *Talking Politics* (1992) Gamson buscou entender quais recursos os indivíduos utilizam para dar sentido às questões políticas, discutindo, assim, sobre os fatores que afetam a ressonância dos quadros na experiência dos indivíduos: “The story of how people construct meaning is, in fact, a series of parallel stories in

which patterns emerge through juxtaposing the process on different issues." (GAMSON, 1992, p.8).

Nesta ocasião, o autor e seus associados construíram extensa pesquisa em torno do conteúdo televisivo paralela à realização de uma série de grupos focais, a fim de identificar a partir de quais quadros diferentes temas, com dinâmicas particulares de recepção, eram tratados (GAMSON, 1992, p.8). O autor chegou a três tipos de enquadramentos essenciais no tratamento das questões políticas analisadas (ações afirmativas, energia nuclear, políticas industriais e o conflito árabe-israelense): a) *frames* de injustiça, referindo-se à indignação moral no discurso e mobilizada em denúncias; b) *frames* de agência, referindo-se à ideia de possibilidade de transformação dos problemas sociais a partir da ação coletiva; c) os *frames* de identidade referem-se à definição de um "nós" que se opõe a um "eles" nas questões políticas.

Assim, o autor buscou compreender como questões controversas eram enquadradas nos meios de comunicação e na conversação entre diferentes sujeitos, buscando uma articulação entre diferentes níveis de análise. Sua conclusão mais impactante à época foi a do papel relativo que o discurso midiático pode ter na compreensão dos indivíduos acerca de determinados temas políticos, na medida em que são negociados e rearticulados no cotidiano a partir de variadas fontes que não só a mídia de massa, mas, que inclui a sabedoria popular e o conhecimento adquirido na experiência cotidiana dos indivíduos.

A tendência do uso do conceito de enquadramento para análise dos discursos midiáticos vai ganhar força principalmente a partir da primeira síntese teórica da ideia de *frame* dentro da disciplina da Comunicação, realizada por Robert Entman:

Framing envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma determinada definição de problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p.52. tradução nossa)

Aqui, a noção de seleção e saliência é essencial para a definição do enquadramento, designando como os *frames* destacam pedaços de informação

sobre algo, e no caso da mídia fazendo-os mais noticiáveis, significativos ou memoráveis às audiências. Entman demarca que a *saliência* vai ser produto de uma interação entre o texto e o receptor – como as pesquisas anteriores já mostraram – e a presença de determinados quadros não determinaria por si só a influência no pensamento da audiência. Nesse sentido, para o autor a noção de *framing* pode implicar que o quadro tem a **potencialidade** de produzir efeitos comuns, mas não é um efeito universal: “*frames* chamam atenção para alguns aspectos da realidade enquanto obscurecem outros, o que pode levar o público a diferentes reações.” (ENTMAN, 1993, p.54-55). Assim, aqui a noção de quadro vai se aproximar da ideia de esquema (*schemata*), como categorias capazes dar sentido a ideias que guiam o processo de informação dos indivíduos. Dessa forma, o poder do enquadramento estaria exatamente na capacidade de destacar algumas características da realidade e omitir outras, o que na dinâmica política adquire papel central. Para Entman o quadro em um notícia constituiria a real impressão (registrada) do poder (ENTMAN, 1993, p.55).

A noção de enquadramento também deu origem a uma linha nos estudos de comunicação que se afasta ainda mais das abordagens iniciais de Goffman e está ligada aos estudos de *agenda setting* e *priming*¹¹. Esta abordagem coloca o foco nos efeitos do enquadramento na “opinião pública”, compreendendo-o como estratégico, intencional, um instrumento capaz de influenciar a opinião da audiência¹². Dessa forma, é uma noção de *frame* que se aproxima da noção de agendamento, o que sugere uma estrutura linear de comunicação, hipodérmica, negligenciando a noção de cultura que está na base da teoria batesoniana e goffmaniana dos quadros. Esta linha de análise se referencia mais aos estudos interacionistas de Goffman – onde o sentido resulta das interações e das negociações individuais -, e busca grande parte de suas ferramentas

¹¹ A noção de agenda setting se relaciona a compreensão de que pesquisas quantitativas apontam para uma forte correlação entre a ênfase que a mídia de massa dá a certos temas e a importância atribuída pelas audiências a esses temas. A noção de priming se relaciona à função a partir da qual a mídia de massa intenciona mudança nos padrões usados pelas pessoas para avaliações políticas, quando o conteúdo das notícias sugere ao público que eles devem usar questões específicas como referências para avaliar determinados líderes e governos.

¹² Para uma sistematização dessa bibliografia, ver: WEAVER, David H. Thoughts on Agenda Setting, Framing, and Priming. Journal of Communication, nº57, p.42-147, 2007.

metodológicas na psicologia cognitiva. Nesse sentido, suas premissas teóricas se distanciam de uma noção sociológica de enquadramento construída na direção oposta à abordagem voluntarista do individualismo metodológico, a qual conferia demasiado poder ao agente no processo comunicativo, colocando o controle do uso e construção dos *frames* nos indivíduos.

Como tratarei posteriormente, no presente trabalho utilizaremos a noção de enquadramento como um importante operador para uma análise do conteúdo jornalístico, buscando compreender como o discurso jornalístico constrói molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de uma perspectiva particular, que se apresenta como universal. Diante de diferentes referências e caminhos metodológicos, construímos uma análise baseada sobretudo na compreensão de enquadramento fruto das pesquisas de William Gamson e seus associados, da qual tratarei no capítulo a seguir.

5 O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL NACIONAL: NOTAS METODOLÓGICAS

5.1 A PESQUISA E SEU TEMPO

Antes de partirmos para uma exposição dos caminhos metodológicos da presente tese, é importante destacar que qualquer processo de construção de dados em uma pesquisa qualitativa está envolvido com a posição do próprio pesquisador e os problemas específicos que ele deseja debater, com concepções específicas acerca do “eu” e do “outro” deste processo interpretativo. Dessa forma, é necessário ter em vista que durante todo o processo de pesquisa, o pesquisador será o portador de uma história complexa e contraditória que está envolvida com a sua posição na teia discursiva e ético-política daquele campo (DENZIN & LINCOLN, 2006). Dito isto, destaco que realizar a análise deste material foi um esforço complexo, assim como escolher o caminho para ela.

Em 2015, momento em que decidi fazer a seleção para o doutorado, olhávamos para o futuro. Estávamos em um período de consolidação de tantas conquistas e avanço de tantas outras que de forma alguma trocaram um olhar crítico por um otimista bobo, pelo contrário. Aquele era o tempo do olhar sociológico para as desigualdades, de estimular ainda mais visão crítica e aprofundada do mundo social, e esse contexto carregava nossas reflexões e projetos. No ano que ingressei, Dilma Rousseff sofreu o golpe tema desta tese, saiu da presidência, e pouco a pouco vivemos subjetivamente o luto desse período ao mesmo tempo em que apanhávamos e lutávamos diante da conjuntura que se seguia. Nesse contexto, mudei meu projeto, que carregava uma visão crítica do que havia sido a atuação do governo de Dilma Rousseff nas políticas culturais, em direção a buscar conferir algum sentido para aquele vivido. Assim, o percurso da tese faz parte de um percurso maior atravessado pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff e que seguiu de suas consequências imediatas (o governo de Michel Temer, os cortes orçamentários na educação, as ocupações realizadas nas escolas e universidades, a eleição de Jair Bolsonaro, etc); e foi embebida do

sentimento e das leituras da época que o projeto de pesquisa foi se desenhando em direção a esse acontecimento.

Assim, construí um projeto voltado a compreender a dimensão simbólica do golpe, o diálogo entre o discurso jornalístico acerca do impeachment e a prática dos sujeitos que interagem com ele. Iniciadas as reflexões e o campo, fomos todos abalados pela pandemia mundial da COVID-19, e o isolamento imperativo do contexto demandou uma reorientação nas estratégias do projeto. A pandemia gerou e ampliou os lutos, de familiares, amigos, o luto em torno dos desmontes da pós-graduação e da ciência no país, e o luto da própria pesquisa tal qual ela havia sido projetada e estava sendo executada. Em casa, trancados, era hora de reorganizar as rotas e dar espaço para que outras coisas nascessem, e foi assim que veio essa tese. É uma tese que contribui com um nascimento no meio do luto, com o respiro da possibilidade da crítica no meio do aprofundamento de uma política que busca sua anulação, uma contribuição-fagulha que olha para um período chave de nossa história recente.

Assim, destaco que realizar a análise deste material foi um esforço complexo, assim como escolher o caminho para ela. Não só pelo volume do material, ou pela complexidade que os temas levantados possuem, mas na relação de pesquisadora com o texto, sobretudo para que a discordância que eu tinha diante do que era trazido pelo Jornal Nacional não me impedisse de perceber as nuances que compunha a construção daquele enquadramento e que o estudo não fosse capaz de captá-las. Digo isso sem nenhuma pretensão de neutralidade, mas para, pelo contrário, demarcar de antemão que a reflexão que realizo parte também de uma posição que não está desprovida de envolvimento com o aquele tempo.

5.2 A CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

A construção dos caminhos para essa pesquisa parte da preocupação em entender como o golpe de 2016 foi construído no espaço do simbólico. Nesse sentido escolhemos o telejornal de maior audiência do país, na medida em que, na

dinâmica do campo jornalístico e de sua relação com a audiência a televisão ainda ocupa espaço fundamental não só no agendamento do que é importante ser tematizado acerca das questões políticas, mas de que forma, fornecendo uma das bases nas quais é definido o que é propriamente político e como lidar com isto. Assim, compreendemos que a partir de procedimentos diversos usualmente tidos como elementos tácitos da prática jornalística foi sendo construída no interior do Jornal Nacional uma perspectiva geral para a compreensão do golpe de 2016¹³, o que é objeto de análise da presente pesquisa.

A pesquisa que orientou as análises presentes nesta tese tem como base um universo de notícias veiculadas pelo Jornal Nacional na chamada “televisão aberta” e nas plataformas digitais da Rede Globo de Televisão (site *Globo.com* e o serviço de *streaming* Globoplay). Assim, a partir do acesso ao acervo digital do Jornal Nacional foram recuperadas as notícias relacionadas ao processo de impeachment de Dilma Rousseff no período de Dezembro de 2015 a Agosto de 2016.

As edições foram selecionadas e analisadas em algumas fases. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento exploratório das edições do Jornal Nacional, que se inicia no período em que o pedido do impeachment é aceito, até a data de afastamento de Dilma Rousseff. Neste ponto, foram selecionadas as matérias que tematizavam em específico o impeachment, possibilitando a construção de uma sinopse da cobertura pelo Jornal Nacional, sendo excluídas as demais matérias referentes à cobertura política da época.

Diferente dos estudos que partem dos editoriais da imprensa, nas chamadas *hard news* os eventos públicos são fundamentais para gerar notícia/conteúdo sobre o impeachment, o que verifiquei na exploração do material, sendo a partir deles que segui a seleção das edições. Naquele momento percebi que o Jornal Nacional tematizava claramente o impeachment principalmente nas datas de manifestações e naquelas que haviam acontecimentos “rituais” referentes ao processo

¹³ A este respeito, discutiremos mais a frente o debate em torno da noção de “golpe” para se referir ao processo político recente, que extrapola os meses do processo institucional do impeachment de Dilma Rousseff, o qual considero fundamental para compreendermos o enquadramento do acontecimento em questão.

institucional do impeachment; nestas últimas em especial haviam matérias que buscavam resumir, narrar e “recontar” a história do impeachment, que são especialmente interessantes para análise na medida em que fica ainda mais perceptível a síntese editorial dada ao evento e, assim, os elementos organizadores do enquadramento.

Nesse sentido, a construção do corpus foi sendo orientada para aquilo que chamamos de momento discursivo crítico, aqueles capazes de tornar o discurso acerca de diversas questões mais visível, estimulando ainda a exposição dos principais enquadramentos, tanto dos jornalistas como de demais atores (GAMSON, 2011). Segundo Gamson, estes eventos demarcados no tempo costumam criar alguma perturbação e dão oportunidade para uma cobertura e comentários mais amplos acerca de determinado tema, aumentando a probabilidade dos principais pacotes de emissão serem exibidos. Se por um lado o foco nestes momentos aumenta a eficiência dado os recursos disponíveis, pois concentra a análise em momentos nos quais os comentários são mais densos, é importante destacar que, por outro lado, impede a construção de uma sensação de narrativa histórica contínua, na medida em que fornece uma amostra um pouco irregular do discurso, com “retratos” situados em intervalos irregulares do tempo.

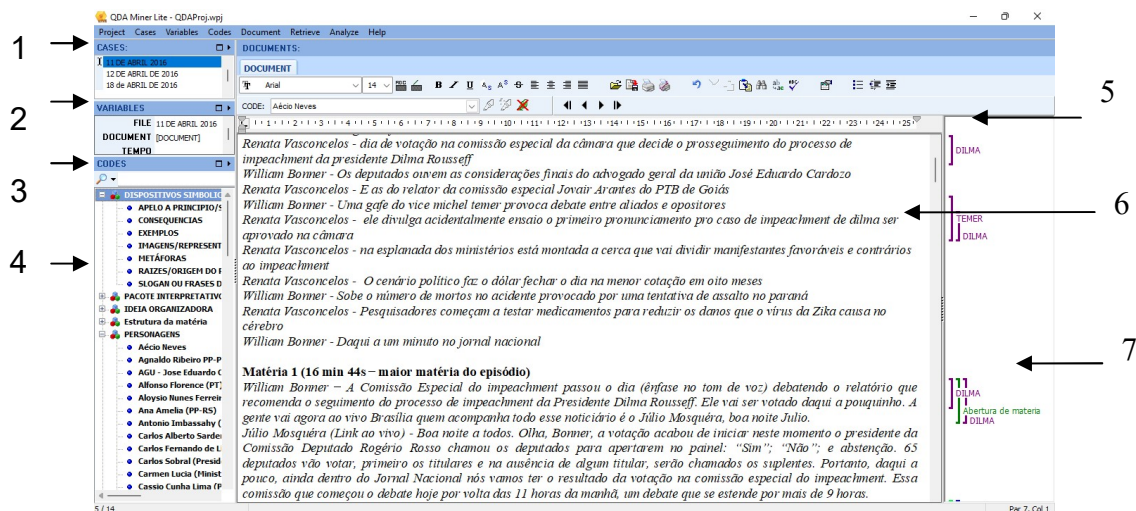
Assim construí uma síntese cronológica¹⁴ que organizou a compreensão do contexto e minha seleção das edições, de acordo com os recursos de tempo e energia humana disponíveis, incluindo edições relacionadas a momentos discursivos críticos apontados na literatura sobre o período, a exemplo das manifestações a favor e contra o impeachment, a condução coercitiva do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e as datas do rito institucional no Congresso Nacional. Dito isto, ao fim o *corpus* analisado nesta pesquisa compreendeu 110 matérias de 26 edições do Jornal Nacional (JN), envolvendo o período do protocolo de impeachment na Câmara dos deputados até o momento do afastamento definitivo da então presidenta Dilma Rousseff.

Estabelecida a amostra, a sistematização do material foi feita da seguinte forma: feita a transcrição em texto das edições selecionadas, para ajudar na

¹⁴Ver Apêndice 1

organização dos dados utilizei um software de análise qualitativa (QDA – *qualitative data analysis software*), onde inseri todo o material a ser analisado e a partir do qual foi feita as leituras e codificação. Os QDAs podem ser encontrados tanto em versões pagas como gratuitas como a que utilizei (QDA Miner Lite®), com o uso do QDA o pesquisador pode importar o material de análise, criando e organizando códigos e subcódigos, que podem ser exportados para tabelas e gráficos disponíveis para download. Assim, o programa representa uma ferramenta que ajuda ao pesquisador o manejo de uma grande quantidade de informação tanto em forma de texto, como em diversos formatos digitais. Um dos aspectos importantes relacionados ao uso do software é o fato de agregar à pesquisa qualitativa uma facilidade na gestão dos dados disponíveis e contribuir com a transparência nas decisões de pesquisa (FLICK, 2004).

Figura 1 – Interface QDA Miner Lite



Fonte: QDA Miner Lite

Tabela 1 – Interface QDA Miner Lite

1 - Barra de Ferramentas	<i>Project</i> – Opções do arquivo, como salvar, abrir etc <i>Cases</i> – adicionar ou deletar casos <i>Variable</i> – adicionar, remover e alterar propriedade das variáveis <i>Document</i> – ferramenta de busca e análise do corpo do texto <i>Retrieve</i> - buscar por palavras-chave no material,
---------------------------------	---

	recuperar frases codificadas, exportar em planilhas; <i>Analyze</i> - frequência de cada categoria, quantidade de palavras categorizadas.
2 - Cases	Lista de “casos” inseridos no projeto, selecionados para a análise.
3 - Variables	Espaço onde aparecem as variáveis, caso haja.
4 - Codes	Lista dos códigos (categorias e subcategorias, podendo designar com uma cor para cada)
5 - Barra de formatação	Ferramentas de formatação texto (fonte, tamanho, estilo, etc)
6 - Document	Espaço para inserir e analisar texto/imagem de cada caso.
7 - Barra de códigos (à direita)	Lista das codificações realizadas para cada trecho do texto ou imagem.

Fonte: A autora (2022)

Dessa forma, destaco que o QDA foi utilizado especialmente para organização dos dados, fornecendo celeridade no processo de categorização do texto e de recuperação deste no momento da análise. Por exemplo, quando foi necessário recuperar todos os trechos nos quais estavam presentes categorias específicas, ao invés de buscá-los manualmente o software exportou em forma de planilhas para download o que eu já havia categorizado. Na figura e legenda acima, aponto cada campo na interface do software capaz de auxiliar o pesquisador na organização do trabalho e na exploração do material.

Assim, após a inserção de todo material no QDA Miner® segui para a análise do corpus, me apoiando na ferramenta metodológica da análise de enquadramento, bastante utilizada nos estudos com foco na relação entre mídia e política e que contribui com o trabalho na medida em que busca reconstruir, a partir da análise do texto jornalístico, os processos de seleção, ênfase e hierarquização presentes no discurso midiático, e que constroem um quadro geral que sugere como deve ser lido determinado acontecimento público.

5.3 ENQUADRAMENTO E CAMINHOS DA ANÁLISE

Na primeira leitura de cada edição foram codificados elementos voltados à própria materialidade do texto jornalístico analisado, como a data da edição, a chamada e o tempo de cada matéria. Ainda, foram destacados os diferentes momentos do texto fundamentais para a análise de enquadramento, na medida em que dão pistas importantes que sugerem a ideia organizadora daquele texto: a) as *escaladas* – o anúncio das matérias no início do telejornal, onde se constrói uma narrativa que destaca determinados temas naquela edição e dá pistas da ideia organizadora central; b) as *aberturas* e *encerramentos* das matérias – momentos nos quais é anunciado/recuperado a ideia organizadora geral; e c) as *sonoras* – em resumo, a seleção de falas de fontes entrevistadas. Segundo Mauro Porto (2007), as sonoras são especialmente importantes na identificação dos enquadramentos no caso dos telejornais, pois as normas de objetividade que guiam a prática jornalista tendem a desencorajar uma exposição explícita da interpretação sobre o tema em questão. Assim, dentro de um paradigma de pretensa objetividade, os jornalistas buscam inserir falas e opiniões de terceiros como uma tentativa de retirar sua voz narrativa emulando um acesso neutro aos fatos.

A análise de textos jornalísticos baseada na noção de enquadramento tem dado espaço para diferentes propostas metodológicas, neste trabalho a utilizamos como um operador para uma análise do conteúdo discursivo, buscando compreender como o discurso jornalístico constrói molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de uma perspectiva particular, que se apresenta como universal. Assim, a análise de enquadramento que lanço mão neste trabalho compartilha a ideia goffmaniana que enquadramentos são estruturas compartilhadas na cultura, que orientam a percepção da realidade e a ação dos sujeitos.

“(...)contudo, o foco não está na situação ou no contexto pragmático da interação, mas no próprio conteúdo dos discursos. É no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de

ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras.” (MENDONÇA & SIMÕES, 2011, p.194)¹⁵

Dentre as diferentes propostas de caminhos metodológicos que compõem a análise de enquadramento, para os efeitos deste trabalho, me inspirei no percurso sugerido por William Gamson e seu grupo de pesquisa. O autor compreende o discurso jornalístico como composto por um conjunto de *pacotes interpretativos* que conferem sentido a uma determinada questão, possuindo uma estrutura interna na qual em seu centro está o enquadramento, a ideia organizadora central a partir da qual é construído o sentido acerca dos eventos políticos. Dito isto, os autores sugerem um percurso no qual seria possível reconstruir os “frames” a partir de seus elementos, possibilitando então identificar o que na construção simbólica daquele evento foi enfatizado, salientado e silenciado¹⁶.

Segundo Gamson e Lasch (1980) os pacotes interpretativos possuem uma estrutura interna e podem ser identificados pelo pesquisador a partir do conjunto dos elementos característicos que compõem a sua *assinatura*. Para isso, os autores consideram uma série de dispositivos simbólicos utilizados no discurso político para expressar suas ideias e construir um quadro geral para compreensão de determinado tema e/ou acontecimento - seriam esses: a) os *framing devices* - aqueles que nos sugerem como pensar sobre determinado assunto (metáforas, exemplos, frases de efeito/slogans, representações e imagens visuais); b) os *reasoning devices* - aqueles que fornecem justificativas ou razões para uma posição geral, e que nos dizem o que deve ser feito com relação a esse assunto (raízes/origem do problema; consequências e/ou indicação de solução; apelo a princípios e/ou justificativa moral).

¹⁵ Dito isto, destaco que a presente pesquisa e ferramentas utilizadas tem seus limites e estão voltadas para a análise do enquadramento do discurso do JN, para investigação de como as pessoas se relacionaram com este conteúdo, seria necessário uma pesquisa de recepção.

¹⁶ Em suas pesquisas iniciais Gamson & Lasch (1980) constroem esse percurso metodológico para uma análise apenas do texto jornalístico, nos trabalhos futuros de Gamson neste caminho vai se estabelecendo como ferramenta para análise dos momentos da emissão e recepção de determinados temas políticos a partir da mesma proposta metodológica. O projeto inicial desta pesquisa também era voltado pra emissão e recepção dos conteúdos midiáticos envolvendo o impeachment, porém, a pandemia mundial da COVID-19 interrompeu as entrevistas e o momento do campo voltado para exploração do espaço do receptor. Assim, o escopo da tese precisou ser redesenhado, e o que antes seria um estudo da emissão e recepção dos conteúdos foi se limitando ao primeiro.

1. Metáforas: a metáfora tem sempre duas partes – o assunto principal que a metáfora objetiva iluminar e o assunto associado que a metáfora evoca para melhorar nossa compreensão;
2. Exemplos: enquanto metáforas dependem de eventos imaginários para enquadrar o assunto principal, eventos reais do passado ou presente são frequentemente usados para o mesmo propósito;
3. Frases de efeito: os comentaristas de eventos frequentemente tentam capturá-los em uma única declaração de tema, tag-line, título ou slogan que se destina a sugerir um quadro geral. Frases de efeito são tentativas de declarações resumidas sobre o principal assunto;
4. Representações/Descrições: pacotes trazem assuntos caracterizados de uma maneira particular. Eles podem fazer isso através de metáforas ou de exemplos, ou simplesmente de um conjunto de atributos variados;
5. Imagens: ícones e outras imagens que sugerem o núcleo de um pacote interpretativo;
6. Raízes (origem): um dado pacote interpretativo tem uma análise característica da dinâmica causal subjacente à faixa de eventos. Os pacotes podem diferir no locus dessa raiz - ou seja, no local particular em um funil de causalidade para o qual a raiz chama a atenção. A raiz do problema é trabalhada no pacote para justificar a cadeia de eventos.
7. Consequências: um dado pacote possui uma análise característica das consequências que se seguirão a partir de determinadas políticas, o foco pode ser em consequências de longo ou de curto prazo;
8. Apelo a princípios: os pacotes se apoiam em apelos morais característicos e seguem certos preceitos gerais. (GAMSON & LASCH, 1980, p.4-6)

Assim, com referenciados caminhos propostos por Gamson & Lasch analisei o conjunto do meu material empírico e assim reconstruí categorias que formam a base interpretativa da narrativa do impeachment apresentada no Jornal Nacional, a partir da qual se materializou a disputa política que toma forma na arena jornalística. Assim, no capítulo seguinte serão expostas na análise do material as ideias organizadoras que estão na base do enquadramento dado pelo JN ao impeachment de Dilma Rousseff, quais problemas são levantados como centrais, bem como quais causas, consequências e soluções foram apontadas. Ainda, qual tratamento foi dado ao *contratema* do golpe no Jornal Nacional.

6 O GOLPE DE 2016 E A DISPUTA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE

A saída de Dilma Rousseff da presidência após um processo de impeachment além de representar uma ruptura com a destituição de uma líder eleita a partir do voto popular foi reveladora da dinâmica política e social que têm se estabelecido no país e têm seus desdobramentos até os dias atuais. Na recente história democrática brasileira ocorreram impeachments em duas ocasiões: com Fernando Collor de Melo e Dilma Rousseff, no último, o processo legislativo iniciou-se em Dezembro de 2015 e em Agosto de 2016 a presidenta estava destituída do cargo ao qual havia sido eleita. O processo de ruptura engendrado a partir da saída de Dilma Rousseff tem levantado uma gama de debates nas ciências sociais, no intento de compreender como o cenário da primeira década do século XXI foi na direção de uma instabilidade política que extrapola a saída da presidenta e permanece até a conjuntura atual.

Em tempo, é importante destacar que refletir sobre os caminhos os quais levaram ao impeachment de Dilma Rousseff pode nos levar a busca de uma gênese que claramente ultrapassa os limites e objetivos desta tese. Por hora, tentarei costurar a exposição deste capítulo a partir da análise das dimensões do conflito político já destacadas na literatura sobre o tema, as quais se articulam com a atuação da mídia tradicional pela deslegitimação do governo Dilma Rousseff e que serão recuperadas mais na frente na análise do material empírico no qual me defronto. Ainda, se o que foi construído pelo Jornal Nacional no material analisado passa por uma leitura particular do conflito político que se pretende universalizar, esse capítulo vai matizar um pouco as disputas envolvendo esse passado recente, disputas dentre as quais se estabelece essa construção discursiva. Logo, a premissa teórica que funda este capítulo é a de que, se queremos pensar o discurso produzido no campo jornalístico, precisamos entendê-lo enquanto situado também com relação aos conflitos que se desenham nos demais espaços sociais. Nesta direção, se partimos para pensar o social enquanto relacional, pensar a produção jornalística é refletir os campos com relação ao qual ela também se estabelece.

Desta forma, destacamos aqui algumas das dimensões que perpassaram o conflito político recente e que dialogam com o enquadramento dado ao impeachment pelo Jornal Nacional: 1) A disputa encarnada na oposição entre projetos político-econômicos aprofundada no primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando da tentativa frustrada a qual Singer chamou de “ensaio desenvolvimentista” escancarou os limites do pacto lulista como modelo de conciliação política viável; 2) O crescimento das manifestações de massa em 2013, com a redução da base popular do PT e a ascensão de uma extrema direita liberal e conservadora que cobra seu preço e retorna em 2015/2016 como ator do golpe; 3) a atuação político-midiática do Poder Judiciário e do MPF sobretudo na Operação Lava Jato; 4) as dinâmicas de violência política de gênero que acompanharam a compreensão pública de Dilma Rousseff e seu governo, desde sua posse.

6.1 O GOLPE DE 2016

A saída de Dilma Rousseff da presidência fomentou uma série de debates nas ciências sociais e entre eles se o acontecimento corresponderia ou não a um golpe de estado. As nomenclaturas que foram surgindo para dar conta desse fenômeno (golpe parlamentar, golpe jurídico-parlamentar, golpe político-midiático, etc.) anunciavam e tentavam dar conta das múltiplas dimensões que fizeram parte do contexto de ruptura de destituição da presidenta eleita.

Segundo Luis Felipe Miguel (2017), uma boa parte dos intelectuais se viu perdida diante da análise daquele tempo, principalmente aqueles que tratavam como consenso que as regras democráticas de 1988 haviam chegado pra ficar e que o Estado brasileiro contava com uma institucionalidade robusta e estável.

Isso ocorre porque a ciência política é vítima da crença em sua própria narrativa dominante. É uma narrativa em que o conflito social é inteiramente englobado pelas instituições. A parte do conflito que não se expressa por via institucional é tratada como residual e como demonstração de um amadurecimento ainda insuficiente do nosso sistema político — com o *ainda* indicando o subtexto teleológico presente nessas formulações. É uma narrativa que se estabelece como dominante a partir da nossa “transitologia”, isto é, o corpo de estudos que descreve e analisa o processo de

transição política da ditadura militar para a democracia. (MIGUEL, 2017, P.47)

Nesse sentido, na análise que se segue, acompanhando a reflexão de Miguel, compreendendo que o golpe de 2016 envolve a dinâmica da disputa política e não se confunde apenas com o processo ritual do impeachment que teve lugar no Congresso Nacional e no Senado Federal naquele ano.

Nesta direção, o cientista político Álvaro Bianchi (2019) defende que as definições clássicas de *coup d'État* sejam tomadas apenas como um ponto de partida conceitual, na medida em que suas limitações a impedem pensar golpes realizados a partir do legislativo, judiciário, ou por uma combinação de grupos e/ou facções - o que, segundo o autor, parece inclusive ser o caso brasileiro em 1964, quando a mobilização militar encontrou respaldo no legislativo (o qual declarou vaga a presidência) e no STF (que realizou a sessão de posse que se seguiu). Ainda, para Bianchi, as experiências contemporâneas na América Latina – a exemplo do impeachment de Fernando Lugo, extradição de Manuel Zelaya e renúncia de Evo Morales – revelariam a necessidade de uma atualização da categoria de golpe de Estado, na medida em que rompem com a sua forma histórica. Desta forma, Bianchi aposta numa definição que extrapole a análise institucional e foque na dinâmica política que culmina na deposição.

Parte da confusão que caracterizou o debate contemporâneo reside na redução do golpe de Estado ao processo legislativo de impeachment, o qual é com frequência apenas um dos meios ou recursos excepcionais mobilizados para a redistribuição forçada do poder político. Obviamente a direção desse processo legislativo pertence sempre a uma fração do aparelho estatal. Mas o impedimento presidencial é apenas um momento de um intrincado processo político, no qual setores da sociedade e outras frações não legislativas do aparelho estatal podem participar. Se a direção do processo político amplo for uma fração do aparelho estatal, com predomínio dos legisladores ou não, então o impeachment, mesmo quando previsto na Constituição, pode ser caracterizado, de acordo com a definição exposta acima, como o momento culminante de um *coup d'État*. (BIANCHI, 2019, p.50)

Assim, entendemos que o contexto de 2016 marca o encerramento de um ciclo histórico no Brasil, iniciado em meados dos anos oitenta com a superação do regime militar e o retorno dos civis ao poder, tendo como marco a carta constitucional de 1988. Nesse sentido, como destacam Miguel & Biroli (2017), o

golpe evidenciou a destruição de algum dos consensos produzidos desde 1988, como, por exemplo, o do voto popular como única forma legítima de alcançar o poder e o entendimento da necessidade de construção de uma sociedade menos injusta. Assim, acompanho os autores na compreensão de que o golpe nasce na confluência de reações à experiência do ciclo recente, que buscou aprofundar os pactos abertos com a Constituição de 1988 a partir de um capitalismo de Estado que toma forma no governo do Partido dos Trabalhadores.

O golpe de 2016 nasceu da confluência de reações a essa experiência – dos setores do capital que se sentiam incomodados com a classe trabalhadora, dos interesses internacionais contrariados com a mudança de prioridades da política externa, das classes médias preocupadas com a redução da distância social que as separa dos mais pobres, dos que se sentem ameaçados com os desafios à dominação masculina, ao racismo estrutural, à heteronormatividade. O fato de que as mudanças implementadas ou indicadas a partir de 2003, muito tímidas para uma percepção um pouco mais exigente, levassem a tal reação é uma demonstração de quão limitada é a tolerância dos setores dominantes do Brasil a qualquer mudança.

No processo, destruíram-se também os consensos construídos em 1988. A retirada de uma presidente sem que houvesse crime de responsabilidade revela que a regra de que o voto é a única porta de entrada para o poder político foi “flexibilizada”. (MIGUEL & BIROLI, 2017, p.9)

Dito isto, argumento ao lado de reflexões que com suas divergências entendem a retirada de Dilma Rousseff da presidência como parte de uma reação à experiência que se inaugura em 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil e desemboca numa ruptura política que traz consequências até hoje (MIGUEL & BIROLI, 2017; SANTOS, 2017; SINGER, 2016). Se o processo legislativo do impeachment de Dilma Rousseff durou de dezembro de 2015 a agosto de 2016, o golpe é revelador da reestruturação das bases do conflito político no país, e que se mostra após a reeleição da presidenta. Assim, é como parte, arena e resultado desse cenário de disputas e transformações no campo político que se constrói a posição do Jornal Nacional na conjuntura do impeachment de Dilma Rousseff.

6.2 DILMA ROUSSEFF, A NOVA MATRIZ ECONÔMICA E OS LIMITES DO LULISMO

A primeira década do século XXI costuma ser descrito por diversos autores (Singer (2012; 2016), Vianna (2011), Pochmann (2013)) como um ponto chave de mudanças na trajetória socioeconômica no Brasil, que após um momento de regressão econômica e social nos anos 1980 e 1990 inicia a recuperação do seu dinamismo econômico por volta dos anos 2000. Segundo Pochmann (2013), a recuperação deu-se devido à orientação do Estado brasileiro, que atuou como peça fundamental do reposicionamento do Brasil no mundo, seja por uma ampliação do gasto social ou pelo planejamento estratégico de coordenação dos investimentos no país, o que levou a resultados que podem ser apontados em um crescimento econômico duas vezes maior que na década de 1990 (com a consequente recuperação de posições no ranking do PIB mundial), combinado a uma redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (POCHMANN, 2013). Neste ponto, voltarei brevemente para as bases nas quais se estabelece o primeiro mandato de Dilma Rousseff, compreendendo-o em sua continuidade com o projeto lulista, este que trouxe mudanças importantes na dinâmica política, e que vão mostrar seus limites e retornar na conjuntura do golpe.

Este contexto remonta ao ciclo que se inicia no período de oito anos pelo qual se estende o governo Lula, iniciado após um processo eleitoral que estava sendo disputado pela terceira vez pelo então candidato. Naquela ocasião, destacou-se uma mudança notável de estratégia perceptível não só no marketing de campanha, mas na articulação política com diversas frações da burguesia, além da garantia de continuidade com a política econômica do governo anterior - vide a “Carta ao povo brasileiro”, na qual o candidato garante não romper com instituições financeiras internacionais, nem interromper abruptamente a política econômica gestada até ali. Em 2003, Lula iniciava sua gestão com o *slogan* “Brasil: um país de todos”, que reafirma em palavras a composição plural e o caráter conciliador do seu governo, que, se em sua essência guarda uma relação com as forças

expansivas do mercado, por outro lado, procurou articular com algumas das demandas da base popular da qual provém sua origem política (VIANNA, 2011).

Se nos pleitos eleitorais antecedentes a 2002 o discurso de Lula girava em torno da ruptura com a política anterior, em 2003 se destacou a negociação com aquela herança. Nesse sentido, seus anos iniciais foram marcados pela continuidade da política macroeconômica neoliberal do governo de FHC¹⁷, com mudanças que viriam, sobretudo, a partir do aprofundamento das políticas de crédito e transferência de renda, com sua universalização através do programa Bolsa Família; e de aumento do salário mínimo acima da inflação (CARVALHO, 2008). Apenas em meados de 2005 se iniciaria uma reorientação na política econômica do governo Lula, que inaugura o que Laura Carvalho (2008) chama de “milagrinho brasileiro”, pano de fundo de uma “segunda experiência desenvolvimentista” e que marca profundamente o projeto lulista em especial no primeiro governo de Dilma Rousseff (SINGER, 2016). No contexto de mudança na conjuntura econômica mundial com o momento favorável do boom das *commodities*, o governo Lula pôde orientar-se na direção da adoção de políticas redistributivas de redução da pobreza e de investimentos públicos em infraestrutura física e social, sem grandes confrontos com a parcela dominante do campo econômico, em especial no seu segundo mandato.

André Singer (2012) defende que naquele contexto ocorreu um realinhamento eleitoral que se manifestou na alternância da base política de Lula em 2006, da classe média para os contingentes mais pobres¹⁸, o que haveria dado uma maior margem de manobra ao presidente para o aprofundamento da implantação do modelo de manutenção da ordem e diminuição da pobreza iniciado

¹⁷ Segundo Carvalho (2018) a política econômica do primeiro mandato de Lula era atravessada por uma tensão entre duas alas: uma representada por Antônio Palocci, com promoção de um forte ajuste fiscal para atingir metas mais altas de superávit primário, e Henrique Meirelles garantindo a taxa de juros em patamar elevado; e outra, a do Partido dos Trabalhadores, capitaneada por José Dirceu, que defendia “priorizar as tarefas e as medidas voltadas para a retomada do desenvolvimento, com geração de emprego e distribuição de renda”.

¹⁸ Segundo André Singer (2012), na eleição de 2006 ocorre um realinhamento eleitoral que se manifesta na alternância da base política de Lula da classe média para os contingentes mais pobres, beneficiários mais diretos dos programas sociais desenvolvidos no primeiro mandato, do aumento do salário mínimoe da expansão do emprego formal, das políticas de distribuição de renda e do crédito. O autor sugere que teria havido uma repolarização da questão política neste contexto, na qual, ao invés da oposição entre esquerda/direita, esta passou a se dar entre ricos e pobres.

no primeiro mandato, permitindo o surgimento do *lulismo* - caracterizado por um ciclo reformista fraco e gradual, capaz de evitar os conflitos e ao mesmo tempo promover a redução da pobreza e das desigualdades. Nos termos de Francisco de Oliveira (2010), neste período haveria se estabelecido uma forma de dominação que inverteria os termos gramscianos, uma “hegemonia às avessas”, fenômeno no qual, a parcela dos ‘de baixo’ possui a direção moral do aparelho do Estado, porém a partir do programa da parcela dominante, onde se deu seu limite de atuação (OLIVEIRA, 2010).

Naquele contexto, mesmo com uma reação esboçada por parte das elites tradicionais, incomodadas com o acesso de parte da população a recursos antes exclusivos, bem como com a reação da mídia hegemônica (AZEVEDO, 2017); Lula seguiu por dois mandatos promovendo alguma inclusão social a partir de seu programa de conciliação. Aqui, é importante destacar que mesmo a oposição massiva enfrentada por Luis Inácio diante de atores centrais do campo jornalístico encontrou seus limites, e a cobertura focada no escândalo político-midiático do Mensalão durante seu primeiro mandato não possuiu efeito nas urnas. Segundo Miguel e Biroli (2013), os 16 meses ininterruptos de cobertura negativa do governo Lula, focado no escândalo político-midiático do mensalão, não se converteu em rejeição eleitoral, com Lula obtendo 48,6% dos votos válidos no primeiro turno, 60,8% no segundo, reelegendo-se à presidência da República.

Após o segundo governo de Luis Inácio, Dilma Rousseff chegou à campanha eleitoral de 2010, com apoio da resposta positiva dada pela gestão anterior à crise internacional e dos altos 84% de aprovação do presidente anterior, que com seu capital político foi peça importante para reposicionar Dilma Rousseff em um lugar de destaque no campo político brasileiro. A este respeito, alguns trabalhos têm levantado, com razão, o viés machista de análises que focam na ascensão de Dilma apenas como “criatura” do presidente, presentes principalmente nos veículos de mídia da época, e também em parte das análises que atribuem a vitória de Dilma Rousseff tão somente ao capital delegado do PT e da figura de Lula. Ao mesmo tempo, ainda que contasse com uma atuação extensa no campo político, Dilma era uma novata na disputa propriamente eleitoral e Lula um líder popular

consolidado no país, o que foi determinante na dinâmica de transferência do capital político, contribuindo para o sucesso de sua campanha.

Ainda em seu primeiro mandato, a segunda fase da crise econômica internacional que estourara em 2008 romperia a normalidade da dinâmica do governo de Dilma Rousseff que, na tentativa de sustentar o ritmo de crescimento dos anos anteriores, enxerga uma oportunidade de aprofundar o viés desenvolvimentista de seu projeto.

Dilma tornou mais agudo o “embate acerca do ‘estabelecimento da sociedade’ que, de alguma forma, o lulismo havia recolocado. Sob a condução dela, o lulismo apostou todas as fichas numa coalizão entre industriais e trabalhadores. Coube a Dilma, quadro de origem brizolista, retomar a intervenção sistemática do Estado na economia de modo não visto quando Lula estava na presidência. (SINGER, 2016, p.14)

Assim, aprofundando o ensaio desenvolvimentista que já havia sido iniciado em 2011, em 2012 a presidenta e sua equipe anunciam a *Nova Matriz Econômica*¹⁹, e apostam em uma série de medidas que guardavam em si a marca da presença de um ativismo estatal²⁰ na busca de reindustrialização²¹. A *Nova Matriz* encampada por Dilma Rousseff implicava entrar em disputas importantes, tensionando o pacto lulista de conciliação estabelecido com o setor financeiro. Esse movimento, que apontava para uma valorização do investimento produtivo em detrimento do rentismo, teve seu auge no enfrentamento pela redução das taxas de juros, e o ciclo que se iniciou com vantagem para a matriz desenvolvimentista em pouco tempo iria se tensionar ainda mais e cobrar seu preço. Aqui, é necessário ter em vista que a disputa em torno de um campo

¹⁹ Em entrevista ao jornal Valor Econômico, em dezembro de 2012, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland nomeou a mudança na política econômica que se iniciou em 2011 de *Nova Matriz Econômica (NME)*. A NME teria como característica combinar juro baixo, taxa de câmbio competitiva e uma consolidação fiscal “amigável ao investimento”.

²⁰ André Singer (2016) aponta que dentre as medidas econômicas do governo Dilma que guardavam em si a marca da presença de um Estado forte estava principalmente uma forte batalha com setor rentista pela redução das taxas de juros forçando o *spread* bancário pra baixo; o uso intensivo do BNDES; a aceleração da reindustrialização; os programas de desoneração fiscal; a desvalorização do real; o controle do fluxo de capital estrangeiro e a proteção ao produto nacional com medidas de redução de IPI, por exemplo (SINGER, 2016).

²¹ A este respeito, Laura Carvalho (2018) chega a nomear a NME de *Agenda FIESP*, em referência à semelhança com o documento “Brasil do diálogo, da produção, do emprego”, fruto de seminário ocorrido em Maio de 2011 e assinado pela FIESP, CIESP, Força Sindical, CUT, Sindicato dos Metalúrgicos de SP e Mogi das Cruzes e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

neodesenvolvimentista e um campo político liberal mais puro não podem ser vista apenas por sua aparência entre disputas de crenças em doutrinas econômicas distintas, mas enquanto parte do conflito político de classes, e a crise que viria a se instaurar abala a divisão nítida entre esses campos, o que se segue até o contexto de 2015.

O campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal ortodoxo não são agrupamentos com composição social aleatória e que teriam como principal fator de coesão a crença em doutrinas econômicas rivais. A aplicação da plataforma neodesenvolvimentista contempla prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, enquanto a aplicação das propostas neoliberais contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Cada uma dessas grandes frações burguesas arregimentou aliados nas classes dominadas. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna contempla, de maneira periférica, algumas reivindicações de segmentos do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal, segmentos com os quais formou uma frente política policlassista, ampla, heterogênea e contraditória, que denomino frente neodesenvolvimentista. Essa frente disputa com o campo formado pelo grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e pela fração superior da classe média, que é o campo neoliberal ortodoxo, o controle da política econômica, da política social e da política externa do Estado brasileiro (Boito Jr., 2012; Boito Jr.; Berringer, 2013). Os governos apoiados no PT representam o campo neodesenvolvimentista, do mesmo modo que os governos apoiados no PSDB representaram o campo neoliberal ortodoxo. (BOITO JR, 2016, p.155-156)

Em abril de 2012 já estava evidente que o governo estava em conflito com o capital financeiro, em ponto de rompimento do pacto lulista, porém sem base social e política para tal intento. Naquele contexto, a estratégia de tatear mudanças na política econômica dava sinais claros de que o governo Dilma havia “cutucado onça com vara curta” (SINGER, 2015), pois não tinha apoio popular suficiente dos movimentos de trabalhadores mobilizados para comprar uma briga deste nível, além de sofrer recuo da burguesia industrial, até então a maior beneficiária da nova matriz²².

²²Ao impor limites aos ganhos de concessionárias em setores como energia elétrica e transporte, Dilma colide com os interesses da burguesia industrial, reduzindo sua base potencial de apoio e “catalisando a solidariedade intercapitalista” (SINGER, 2016).

Naquele ponto, a disputa assumira outro nível e se intensificavam as críticas de “ativismo estatal” feitas pelo FMI, Banco Mundial, agências de risco e multinacionais, reforçadas junto à mídia corporativa e principais revistas e jornais econômicos. Pouco a pouco, cada setor que se sentia prejudicado pela intervenção do Estado na economia se uniu em oposição, até que em certo momento a frente anti-desenvolvimentista já estava bastante ampliada, criando o clima necessário pra forçar uma virada neoliberal na qual a defesa que o corte de gastos estatais seria fundamental para reordenar o país e retomar o crescimento. Era o “início do fim”: em junho de 2013 esse cerco teve seu caldo engrossado pela quantidade de protestos que tomaram conta do país, enquadrados pela mídia como insatisfação com o governo Dilma e como um *antipetismo* generalizado (ALONSO, 2017; FERES JÚNIOR, 2016; ANDRADE, 2017).

6.3 AS “JORNADAS DE JUNHO”, DESCAPILARIZAÇÃO DA BASE SOCIAL LULISTA E A REAÇÃO NEOLIBERAL

Neste ponto, ainda que jamais possamos falar em um nexos causal direto entre o ciclo de protestos 2013 e o golpe de 2016, entendo o primeiro como um marco revelador das mudanças recentes no desenho da disputa política no Brasil²³, com destaque para: 1) a presença de uma fissura naquela “base social lulista” que haveria se formado a partir de 2006; 2) o primeiro pico de um ativismo conservador enfrentado no governo do PT, que se fortaleceu e passou a mobilizar recursos e redes de atores fundamentais para as grandes manifestações a favor do impeachment em 2015 e 2016 (ALONSO, 2017; TAGATIBA & GALVÃO, 2019); 3) a atuação das mídias tradicionais na conformação de uma crise política (FERES JÚNIOR, 2016).

²³ Nas ciências sociais a disputa narrativa em torno do significado das manifestações de 2013 germinou uma massiva quantidade de interpretações, seja com foco nas causas político-econômicas, no mapeamento dos atores presentes ou no que o próprio processo trouxe de novo (ou não) no que diz respeito às mobilizações da sociedade civil no Brasil, para mais ver: Singer (2013); Rolnik (2013); Alonso (2015), Avritzer (2016), Nobre (2013).

Ainda que os protestos tenham se iniciado pelo MPL (Movimento Passe Livre)²⁴ com a demanda do passe livre e contra ao aumento da tarifa do transporte público da cidade de São Paulo, em junho de 2013 as manifestações tiveram sua pauta diluída no decorrer dos meses, com uma nova constelação de movimentos participantes e ideias motrizes completamente diferentes.

Em um primeiro momento, os protestos em São Paulo tinham pouco volume e contavam com o apoio de partidos de esquerda, movimentos sociais tradicionais (movimento negro, de mulheres, estudantil, etc.), somando também algumas poucas pessoas que nunca haviam participado dos movimentos, o que desde ali já anunciava uma disputa com o MPL pela direção dos protestos e uma adesão de pautas que ultrapassavam as relacionadas ao aumento da tarifa (ALONSO, 2015). A cobertura jornalística que havia iniciado bastante tímida, com uma visão moralista dos protestos qualificando-os como “vandalismo” e “baderna”²⁵ - narrativa que foi disputada por novos atores nas mídias digitais, como as páginas do próprio MPL e do *Anonymous Brasil* - assumiu uma posição mais explícita na manhã do dia 13 de junho, quando editoriais pediram ordem pública e “alguma providência” da Polícia Militar²⁶. Naquela mesma noite, a repressão da PM/SP produziria cenas fortes de violência, com civis feridos a balas de borracha e cercados por bombas de gás. A agressividade da polícia com a população em geral e os casos de jornalistas agredidos violentamente foram documentados rápida e massivamente nas redes sociais, o que gerou uma solidariedade com as vítimas e uma maior

²⁴ O MPL (Movimento Passe Livre) se organizou no contexto do Fórum Social Mundial de 2005 a partir de diversos grupos que tinham como pauta o passe livre em diversas cidades brasileiras. Segundo Alonso (2017), pode ser definido como um ativismo de repertório “autonomista”, que vai sofrer influência dos movimentos ocorridos em esfera global e se caracterizar por: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática “blackbloc”), sobrepondo expressão artística e política (ALONSO, 2017: 51).

²⁵ Naquele contexto, o Jornal Nacional ainda fazia tímida menção ao movimento, destacando em especial o tumulto, o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população (JORNAL NACIONAL, 2013).

²⁶ Segundo o editorial da Folha de São Paulo era necessário “retomar a Av. Paulista”, e que fossem retirados dali os “vândalos e baderneiros”, chamando a prefeitura e a PM à responsabilidade de “pôr um ponto final nisso”, o editorial do jornal O Estado de São Paulo na mesma linha anunciava que “chegou a hora do basta” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013; O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

atenção à cobertura dos protestos pela mídia tradicional²⁷. A partir daquele ponto, os protestos e a cobertura jornalística começavam a assumir novas nuances.

Em junho se inaugura uma nova dinâmica, marcada agora pela difusão dos protestos na mídia tradicional, pelo apoio da maior parte da população e por uma mudança na escala de participação²⁸, com um grande aumento na quantidade de participantes na cidade de São Paulo e a ampliação para outras manifestações em diversas capitais do país, com pautas amplas e variadas (melhor educação, saúde, habitações, contra os gastos da Copa do Mundo de Futebol, etc.). Por um momento, o compartilhamento de críticas aos governos petistas, à política institucional e ao Estado parecem ter criado condições para uma convergência temporária e parcial entre atores de causas progressistas identificados à esquerda e os atores de pautas conservadoras (SILVA, 2018). Em 20 de junho a diversificação de atores e pautas atinge seu pico e uma nova dinâmica já havia se inaugurado: em São Paulo, o MPL e grupos de esquerda já não controlavam ou lideravam os protestos, a pauta de negação da política e aversão aos partidos políticos havia se instalado, com bandeiras de partido rasgadas na manifestação. A partir deste ponto já era gritante a adesão de mais neófitos no campo da mobilização social²⁹, e progressivamente os atores com pautas conservadoras vão tomando espaço - o que não se via no Brasil desde 1964 – o que para alguns autores significou a quebra definitiva do monopólio da esquerda sobre a participação social nesse âmbito (AVRITZER, 2016; TAGATIBA, 2017). Esta é a primeira vez que a oposição aos governos do PT vai mostrar alguma capacidade de mobilização efetiva, o que lhe faltou durante todo o governo Lula, mesmo no contexto do “Mensalão”³⁰.

²⁷ O Jornal Nacional, que dera 68 segundos aos protestos em 10 de junho, pulou para 17 minutos e 31 segundos, no dia seguinte à repressão (BUCCI, 2016, p. 63).

²⁸ Segundo pesquisa do Instituto Datafolha (2013), o apoio aos protestos pela população paulista saiu de 22% para 77% em menos de uma semana. Ainda de acordo com o Instituto Datafolha, se na noite do dia 13 de junho contabilizavam-se em média 6,5 mil pessoas nas ruas, no protesto seguinte de 17 de junho, já eram cerca de 65 mil pessoas nas ruas.

²⁹ Segundo o Instituto Datafolha (2013), na manifestação do dia 17 de junho, a maioria dos manifestantes (71%) participava pela primeira vez da série de protestos que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo.

³⁰ Como destacado anteriormente, em 2006, após dezesseis meses ininterruptos de cobertura negativa do governo Lula, focada no escândalo do “mensalão” e seus desdobramentos, os eleitores

Se mesmo no período das diárias manchetes sobre o “*Mensalão*” a base social lulista era larga o suficiente para o mantimento do projeto, em 2013 fica aparente que algo mudou. Segundo Ruy Braga (2016), as políticas sociais do período anterior haviam alcançado seu limite, e o arranjo que havia privilegiado empregos de baixa qualificação e baixo salário ao invés do investimento em melhorias estruturais expressivas cobrava seu preço e a população alvo queria mais do que se apresentava como horizonte (BRAGA, 2016). A isto, haveria se somado um ressentimento das camadas médias da população com relação às mudanças sociais importantes que estavam acontecendo nos anos recentes (SINGER, 2016; MIGUEL, 2018; SOUZA, 2016), que com deslocamento de diversos recursos de poder passaram a ser interpretadas como ameaçadoras, gerando conflitos que emergem neste período.

(...) as conquistas obtidas por vários movimentos sociais progressistas durante os governos petistas em termos de políticas de reconhecimento e/ou redistribuição, mesmo que limitadas frente às demandas ou expectativas de tais movimentos, produziram mudanças sociais que foram interpretadas como ameaças por segmentos conservadores da sociedade brasileira. Para se oporem a estas ameaças e aos atores (movimentos, partidos e/ou governos) identificados como seus promotores, tais segmentos constituíram contramovimentos que passaram a se expressar publicamente a partir de meados dos anos 2000. São atores destes contramovimentos que irão identificar na conflitualidade da primeira fase do ciclo de protestos de 2013 uma oportunidade para sua intervenção e, ao mesmo tempo, apresentarão as condições para o aproveitamento de tal oportunidade, apropriando-se parcial e temporariamente do ciclo de protestos para seus objetivos. (SILVA, 2018, p.95-96)

Naquele segundo momento que se inaugurou em julho de 2013, os protestos passaram a ser definidos como “*passatas pacíficas*” pelos jornais tradicionais, a bandeira brasileira se tornou seu símbolo e a narrativa sobre as manifestações ganhou chave positiva. A pauta do transporte público passou para segundo plano e tomou força na cobertura questões como os gastos da Copa do Mundo, a PEC37 e a bandeira contra a corrupção, ainda num sentido bastante abstrato. Em pouco tempo as reportagens na mídia televisiva já passavam a defender a narrativa de que as manifestações eram protestos contra o governo federal ou contra o governo

ainda assim votaram no candidato à reeleição, claramente não apoiado pelos grandes conglomerados de comunicação, Luis Inácio obteve uma votação expressiva, com 48,6% dos votos válidos ainda no primeiro turno e 60,8% no segundo, reelegendo-se à presidência da República.

de Dilma Rousseff (AVRITZER, 2016, p.74). Em 29 de junho, o governo federal já sofria as consequências do processo, e a aprovação da presidenta despenca em 27 pontos desde o início dos protestos. Por fim, segundo Alonso, entre todo o espectro de grupos de manifestantes que disputaram espaço nas ruas e a narrativa em torno do processo, definitivamente o que ganhou destaque na mídia tradicional foi o enquadramento *patriótico*³¹.

Não era um “todos contra tudo o que está aí”. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão FIFA”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“CorruPTos”). No dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula!”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo. (ALONSO, 2017, p.52-53)

Nesse contexto, pouco a pouco as narrativas presentes na mídia tradicional passaram a focar em uma pauta voltada à “crise política”, responsabilizando o governo federal, em especial a figura de Dilma Rousseff, pela falta de governabilidade e falência das instituições (FERES JR., 2016). Segundo Feres Júnior, aquele enquadramento de crise dado pelos principais jornais do país teve papel central, contribuindo tanto na articulação de uma “base popular” para a oposição ao governo, como na virada das altas taxas de aprovação dos presidentes petistas em direção aos elevados índices de reprovação, o que se retroalimenta como argumento pra própria crise (FERES JR., MIGUEL & BARBARELLA, 2014). Nesse sentido, esse momento surgiria como fundamental para o estabelecimento de uma crise que tomou ainda mais força após a eleição e compôs a constelação de fatos que no mandato seguinte iriam culminar na saída de Dilma Rousseff.

³¹ A esse respeito, no contexto das manifestações Alonso (2017) identificou três grandes repertórios e performances que se desdobram em enquadramentos interpretativos específicos, os quais envolvem os valores e objetivos particulares ao movimento social e o caldo cultural mais geral, são eles: os enquadramentos autonomista, patriótico e socialista.

Reafirmou-se o poder dos meios de comunicação de massa, que foram capazes de ressignificar os protestos, de separar o joio da ‘violencia radical’ do trigo da ‘cidadania ativa’, de legitimar a repressão policial quando ela ocorreu e, enfim, de promover a adesão de muitos grupos alheios à sua deflagração inicial. Embora as redes sociais tenham sido ferramentas importantes na construção das mobilizações, o peso predominante da mídia tradicional foi indiscutível. (MIGUEL, 217, p.50)

Assim, daquele momento em diante o enquadramento predominante na mídia tradicional era o de atribuir a Dilma Rousseff a responsabilidade por responder às manifestações, denotando que elas eram direcionadas contra o governo federal e a pessoa da presidenta, o que se seguiu à construção narrativa de uma crise de governabilidade quase tão forte quanto a de crise econômica (FERES JUNIOR; MIGUEL & BARBARELLA, 2014).

6.4 ERA PRECISO “SANGRAR A DILMA”³²: O TERCEIRO TURNO DE DILMA ROUSSEFF

Se for correto o juízo que se expõe e se documenta neste artigo, estamos diante do maior desafio posto à democracia brasileira desde que se completou a transição da ditadura militar através da aprovação da Constituição de 1988. A passagem do PSDB de um partido que busca a maioria nas urnas para um partido golpista mexe com o centro do sistema partidário brasileiro, pelas forças que representa, organiza e mobiliza. (GUIMARÃES, 2014)

As palavras do cientista político Juarez Guimarães destacam o comportamento do PSDB após o segundo turno eleitoral de 2014 como sintoma principal de uma ruptura na forma com que a disputa política se estabelece no Brasil desde 1988, e que culminou na saída de Dilma Rousseff. Antes mesmo do segundo turno das eleições de 2014, José Aníbal (PSDB) reproduziu uma frase de Carlos Lacerda que resumiria a atuação deposicionista do partido nos próximos meses: “Carlos Lacerda falava de Getúlio Vargas, em 1950: Esse homem não pode

³²“Não quero que ela saia, quero sangrar a Dilma”. Esta frase foi dita em março de 2015 pelo o senador Aloysio Nunes (PSDB) em seminário no Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/03/09/nao-quero-o-impeachment-quero-ver-a-dilma-sangrar-diz-tucano.ghtml> Acesso em: 12 de fevereiro de 2017

ser candidato; se candidato, não pode ser eleito; se eleito, não deve tomar posse; se tomar posse, não deve governar.”³³.

Naquele contexto, com a morte do candidato Eduardo Campos (PSB) e ascensão de Marina Silva como opositora de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, a estratégia do Partido dos Trabalhadores foca na desidratação de Marina Silva e em sua associação aos grandes bancos, o que coloca o Senador Aécio Neves (PSDB) na disputa pelo segundo turno. A presença do candidato peessedebista no segundo turno oferece uma oportunidade das críticas difusas aos políticos presentes nos protestos de 2013 e aprofundadas nas manifestações de direita do período³⁴, se canalizarem em direção à candidatura de Aécio, convergindo para o antipetismo que tem seu auge nos protestos pró-impeachment que se iniciam após a contestação do resultado pelo candidato do PSDB (TAGATIBA & GALVÃO, 2019). Naquele contexto, ao sair perdedor de uma disputa eleitoral acirrada, Aécio Neves e o PSDB colocaram em suspeição o processo eleitoral e iniciaram a tentativa de uma via extra eleitoral para ocupação do cargo de presidente.

A eleição de 2014 se encerrou com uma vitória acirrada, com uma diferença pequena de votos, o que destacava mais uma vez que aquela base social lulista que permitiu a sustentação do ensaio desenvolvimentista tímido da última década já não era a mesma. Naquele contexto, após a quarta derrota consecutiva, a direita parece ter antecipado que o caminho das urnas não ia ser suficiente: em menos de 24h após a eleição Aécio já questionava legitimidade da chapa Dilma-Temer, acusando de fraude eleitoral e chamando população para tomar as ruas. Juarez Guimarães destaca como esse construto que resulta na sanha golpista declarada de Aécio Neves não é exclusividade do senador mineiro, mas uma composição retórica que está no seio da atuação política do PSDB.

Esta retórica golpista passa por três movimentos coerentes. O primeiro deles é o de afirmar a ilegitimidade do segundo governo Dilma, a sua “quase ilegitimidade”, a sua “discutível legitimidade”.

³³ Frase veiculada na conta de José Aníbal (PSDB) na rede social Twitter. Disponível em: https://twitter.com/jose_anibal/status/524697787116830721 Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

³⁴ Neste trabalho, quando utilizamos a expressão “manifestações de direita” ou “protestos de direita”, fazemos no sentido estrito, como apontou Tagatiba (2017; 2018), utilizando-o para fazer referência a manifestações convocadas por organizações que se auto-definem como de direita e/ou conservadoras.

Dilma teria sido eleita por uma reduzida margem de votos, o seu voto vem dos “setores menos dinâmicos do país e que mais dependem do governo”, “metade do país” não votou nela, como escreve FHC em O Estado de S. Paulo, de 7 de dezembro. (...) O segundo movimento é o de acenar com um cenário provável de ingovernabilidade política, no qual se justificaria o recurso à judicialização, isto é, à resolução da ingovernabilidade por uma decisão técnica do Judiciário. Esta alternativa é três vezes referida no discurso pronunciado por FHC no dia 26 de novembro na Academia Brasileira de Letras. (...) O terceiro movimento desta retórica golpista é o de prescrever uma linha agressiva, frontal, no limite sempre da produção da deslegitimação e da ingovernabilidade para a atuação das oposições. No artigo de O Estado de S. Paulo, FHC chama a oposição às falas; “O “petrolão” será uma ventania ou um tufão a derrubar as muralhas do governo e da “base aliada”? (GUIMARÃES, 2014)

Assim, com Dilma Rousseff eleita e tomando posse, o objetivo claro era “sangrar a Dilma”, ou nas palavras de Carlos Lacerda recuperadas por José Aníbal: que ela não governe. Após as eleições parecia ter se perpetuado o clima de que o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff havia chegado ao fim antes mesmo de ter começado, o que remonta a um contexto não muito favorável: um resultado apertado das eleições, acuado por uma oposição ferrenha de grande parte do empresariado³⁵, ao lado de uma cobertura negativa intensa da mídia³⁶, com uma queda de aprovação notável³⁷, e uma coligação principal rachada desde a eleição de Eduardo Cunha (PMDB) à presidência da Câmara dos Deputados em 2015. Ainda, antes mesmo do final do segundo turno das eleições o impeachment aparecia na imprensa como ferramenta caso Dilma Rousseff fosse reeleita

³⁵ Segundo Braga & Montrose (2017), era claro naquele momento uma ampla oposição vinda das frações empresariais, em especial segmentos vinculados ao agronegócio, ao pequeno e médio empresariado e à indústria: “todos eles demonstraram preocupação com a evolução de crise política e econômica, criticando com intensidade crescente a incapacidade do governo Dilma de gerenciar ambas as crises”. Depois, esses atores vão utilizar posts nas redes sociais para fazer campanha pelo impeachment, defendendo a legitimidade do processo e/ou convocando para manifestações de rua, o que indica uma ampla adesão do afastamento de Dilma do governo (BRAGA & MONTROSE, 2017).

³⁶ A partir da análise dos jornais impressos referentes aos jornais ‘Folha de São Paulo’, ‘Estadão’, ‘O Globo’ e ‘Estado de Minas’ pela metodologia de “análise de valências”, João Feres Júnior e Luana Sassara defendem que após as eleições as matérias sobre a presidenta Dilma Rousseff valoradas como negativas subiram para patamares três vezes maiores que as neutras, e se mantiveram consistentemente nessa proporção até o impeachment (FERES JÚNIOR & SASSARA, 2016).

³⁷ Em 01 abril de 2015 o IBOPE divulgava pesquisa encomendada pela CNI indicando que a aprovação da presidenta diminuiu de 40% em dezembro de 2014 para 12% em março de 2015, ao passo que sua reprovação alcançava os 27% no mesmo período.

(PEREIRA, 2014), e a pauta pró-impeachment já começava a aparecer nos jornais impressos pouco mais de um mês após a posse da presidenta³⁸.

“segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista passaram a oscilar politicamente, foram neutralizados ou se bandearam para o lado do campo neoliberal ortodoxo. Importantes associações corporativas da grande burguesia interna – Fiesp, Sinaval, Abdib, Abimaq, Abiquim e outras – assumem uma posição ambígua: chegam a admitir a necessidade de algum ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, protestam contra as medidas de ajuste; setores importantes do movimento sindical, como a central Força Sindical, ao mesmo tempo que protestam contra o ajuste aproximam-se da oposição neoliberal; no Congresso, partidos que compunham a base de apoio do governo dividiram-se ou bandearam-se para a oposição. A sustentação do governo Dilma Rousseff ficou comprometida. (BOITO JR, p.156-157)

Mesmo que com uma diferença pequena, Dilma Rousseff foi re-eleita, e o apoio popular à agenda de aprofundamento do ativismo estatal e da política de pleno emprego apresentada durante eleição, deu suas pistas. Porém, com a pressão diante da ofensiva política que tentava restaurar a hegemonia neoliberal, o governo de Dilma Rousseff recuou, e a promessa eleitoral de Guido Mantega de que o governo não faria uma política neoliberal foi por água abaixo, o que enfureceu os setores progressistas. A distância entre a campanha e o arrocho fiscal que se seguiu deu espaço para a tese do “estelionato eleitoral”, utilizada exaustivamente pela oposição. Naquele contexto, além da rendição de Dilma Rousseff ter sido incapaz de conseguir o apoio pretendido, parece ter sido vital para impedir que a base social progressista se mobilizasse rapidamente em direção a seu apoio.

5.5 O CAMPO JURÍDICO E O GOLPE DE 2016

Como dito anteriormente, as formas contemporâneas que assume a retirada de um representante eleito têm levado diferentes pensadores a caracterizar o

³⁸ Os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, pouco mais de um mês apresentavam ocorrências da pauta do impeachment, que irão ganhar mais volume no decorrer do ano, com picos de cobertura mesmo quando não havia qualquer movimento oficial no Congresso Nacional (MARQUES, MONT'ALVERNE & BATISTA, 2017).

impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado, destacando como uma dimensão importante a participação ativa do poder judiciário e do Ministério Público Federal (MPF) no contexto que costurou o golpe de 2016. Neste tópico falaremos brevemente no “componente jurídico do golpe” que veio à tona no material analisado nesta tese, o qual se relaciona com o contexto da atuação de atores do campo jurídico na disputa política em seu sentido estrito.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (2017) o golpe de 2016 só foi possível a partir da intervenção ativa dos atores do judiciário principalmente a partir do julgamento da Ação Penal (AP) 470 (“mensalão”), que inaugurou a atitude conservadora de interromper por via não eleitoral a liderança do Partido dos Trabalhadores, a partir da intervenção direta do Judiciário (SANTOS, 2017, p.147)³⁹. Sobre o julgamento da AP 470, Sérgio Miceli destaca a importância de sua dimensão simbólica:

“A cobertura brasileira do julgamento da ação penal 470 (o dito mensalão) pela mídia impressa e eletrônica se presta bem ao entendimento das feições decisivas do argumento de Bourdieu a respeito da gênese histórica do Estado em formações do capitalismo contemporâneo. O protagonismo dos juízes da corte suprema exacerbou o espetáculo cotidiano de exibicionismo da nobreza togada, compenetrada de arrogância estamental, a qual extravasa, nos jornais e na televisão ao vivo, pela indumentária, pelo vocabulário empolado, pelos arroubos de “desinteresse” calculado, pela pureza militante em nome de ditames éticos edificantes, pela prepotência perante o executivo e o legislativo. Assiste-se à performance operística de ungidos cujos vereditos acusatórios são amplificados pelo orquestrado trabalho de censura exercido pela mídia, ressoando o confisco do mandato de porta-voz dos interesses e do bem comum da sociedade. A extremada politização consistiu em denegrir a esquerda, “quadrilha”, e afiançar a integridade da direita, “vinho de outra pipa”. Os acusados foram expostos ao malho público, enquadrados em delitos cuja natureza e abrangência motivaram desentendimentos doutrinários que não lograram esquivar as motivações políticas dos próprios magistrados.”(MICELI, 2014, p. 25-26)

³⁹ Para o autor, naquele contexto o argumento jurídico vitorioso na AP 470 teria lançado as bases para futuros golpes parlamentares, na medida em que “fraudou a lógica política e constitucional” a partir de 3 teses que emergem no julgamento: 1) o sequestro do poder constituinte do povo; 2) a disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado – a qual atribui ao acusado responsabilidade de demonstrar que não é culpado; 3) a imputação de crime caracterizando-o a como uma possibilidade objetiva e causalidade adequada (SANTOS, 2017).

Assim, Sérgio Miceli aponta que a intervenção do judiciário toma forma em última instância de uma disputa simbólica em torno do controle do Estado que atinge seu auge em 2016.

Chaloub & Lima (2018) acompanham a compreensão de Wanderley Guilherme dos Santos sobre a intervenção do judiciário e vão além, utilizando a noção mesma de *golpe jurídico* para referir-se aos acontecimentos de 2016 e à participação ativa das instituições judiciais na ruptura das regras do jogo democrático. Para exemplificar esta participação os autores fazem referência, por exemplo, à congruência das datas de manifestações pró-impeachment com a atuação, sobretudo, do procurador Deltan Dallagnol e do juiz paranaense Sérgio Moro, bem como à atuação do Supremo Tribunal Federal naquele contexto. Os autores recuperam alguns acontecimentos que apontam para como o golpe envolveu uma participação ativa do campo jurídico: a) Dallagnol convocou fieis de uma Igreja Batista do Rio de Janeiro para participarem de uma “pregação contra a corrupção” no dia 16 de agosto de 2016, data agendada de uma mobilização cujos alvos prioritários eram o governo de Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores; b) em 04 de março de 2016, nove dias antes de outra manifestação pró-impeachment realizou-se uma condução coercitiva com áreas cinematográficas, autorizada pelo juiz Sergio Moro, para inquirir o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; c) na manhã de 16 de março de 2016, por volta das 11h, começou a ser anunciado, em diversos meios de divulgação de notícias, que o governo enfim decidira, depois de dias de hesitação, pela nomeação do ex-presidente Lula para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Algumas horas depois, por volta das 16h, o juiz Sérgio Moro levantou o sigilo de áudios interceptados ilegalmente contendo diversas conversas do ex-presidente Lula com interlocutores com foro privilegiado, até mesmo a presidenta Dilma Rousseff; d) em 18 de março de 2016, dois dias depois do anúncio da nomeação e da suspensão do sigilo, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a nomeação de Lula, sob alegação de que os áudios ilegalmente divulgados comprovariam que a nomeação visaria apenas à concessão de foro privilegiado ao nomeado e de que, portanto, havendo um desvio de finalidade que invalidaria o ato da Presidência da República. Ainda, onze meses depois, julgando liminar contra a concessão de status de ministro para

Moreira Franco, então secretário-geral do presidente Michel Temer, o ministro Celso de Mello negou o pedido de suspensão da nomeação; e) em 05 de maio de 2016, pouco mais de duas semanas depois de Eduardo Cunha ter presidido a sessão de 17 de abril em que foi aberto o processo de impeachment da Presidenta da República, o plenário do STF decidiu unanimemente pelo afastamento de Cunha da presidência da Câmara e do mandato parlamentar. O STF havia recebido a denúncia do PGR contra Eduardo Cunha mais de oito meses antes do julgamento.

Este ponto também perpassa o argumento de Tagatiba (2018), que em sua análise conclui que a atuação seletiva da justiça naquele contexto turbinou os protestos pró-impeachment, sendo decisiva para modelar o resultado final do conflito, o que ficaria visível na breve cronologia dos eventos, a qual mostra um nexo na atuação do judiciário e na mobilização pró-impeachment.

Tabela 2 - Cronologia dos eventos – nexos entre as esferas institucionais e contestatórias	
01/01/2015	Dilma Rousseff toma posse e inicia seu segundo mandato
15/03/2015	Primeira grande manifestação pelo impeachment
16/03/2015	Tem início a 10ª fase da Operação Lava Jato
12/04/2015	Segunda grande manifestação pelo impeachment
15/04/2015	12ª fase da Operação Lava Jato prende o ex-tesoureiro do PT
17/07/2015	Presidente da Câmara rompe com o governo e anuncia que é da oposição
03/08/2015	17ª fase da Operação prende o ex-ministro José Dirceu, Ministro do Governo Lula
06/08/2015	Várias capitais registram panelaço durante programa eleitoral do PT
16/08/2015	Terceira grande manifestação pelo impeachment
06/10/2015	Tribunal Superior Eleitoral reabre ação para impugnar chapa Dilma/Temer
07/10/2015	TCU recomenda reprovação das contas do governo por “pedaladas fiscais”
21/10/2015	Parlamentares da oposição entregam pedido de impeachment
25/11/2015	Líder do Governo no Senado é preso por obstruir as investigações da Lava Jato
02/12/2015	Presidente da Câmara autoriza abertura do processo de impeachment

13/12/2015	Quarta grande manifestação pelo impeachment
03/02/2016	Sete capitais registram painelão contra pronunciamento da Presidenta Rousseff
23/02/2016	Publicitário que trabalhou nas campanhas de Lula e Dilma Rousseff é preso na 23ª fase da Lava Jato
04/03/2016	Lula é alvo de prisão coercitiva para prestar esclarecimentos
13/03/2016	Quinto e maior protesto pelo impeachment e pela prisão de Lula.
16/03/2016	Lula é anunciado Ministro Chefe da Casa Civil
16/03/2016	Juiz Sérgio Moro quebra sigilo e divulga áudio de conversa entre Lula e Rousseff
16/03/2016	Protestos em 16 capitais contra a nomeação de Lula para a Casa Civil
17/03/2016	“Occupy Paulista”, contra nomeação de Lula
18/03/2016	Supremo Tribunal Federal suspende nomeação de Lula para a casa Civil
17/04/2016	Com 367 votos a favor, pedido de impeachment é aprovado na Câmara
12/05/2016	Senado aprova abertura do processo de impeachment e Rousseff é afastada da Presidência
31/08/2016	Dilma Rousseff é retirada definitivamente da Presidência da República

Fonte: (Tagatiba, 2018)

Chaloub & Lima (2018) também assinalam que mais do que uma sincronia entre as datas, as bases da atuação do judiciário por si só tinham como fundamento a mobilização, em uma atuação na qual a medida do êxito de uma ação judicial se daria pelo apoio da “opinião pública”, como era defendido pelo então juiz Sergio Moro⁴⁰. Nesse sentido, um importante fator naquele contexto era a participação ativa, político-midiática, das instituições judiciais, que atinge seu auge na Operação Lava Jato.

Ainda, os autores apontam como a atuação do judiciário se deu, sobretudo a partir de uma compreensão da corrupção como um mal localizado

⁴⁰ Na compreensão do juiz “primeiro, a eficácia depende do “apoio da opinião pública”; segundo, esse apoio depende da eficácia. E esta apenas será devidamente apreendida pela “sociedade civil organizada” quando for estridente o bastante para obter ampla divulgação e quando, por óbvio, resultar nas condenações ansiadas pelo público-alvo. Encerra-se, com isso, o círculo vicioso de um justicamento de resultados, constituído por punitivismo – relativização de preceitos fundamentais – apoio da “opinião pública” – afinidades eletivas com uma das partes interessadas na dinâmica das disputas políticas – punitivismo (em que a sequência não necessariamente obedece a essa ordem de fatores).” (CHALOUB & LIMA, 2018: 237-238).

fundamentalmente no aparelho administrativo do Estado, o que demandaria uma intervenção ativa do judiciário: na ausência da boa política, o judiciário seria a solução. Àquela compreensão se aliou uma atuação seletiva do judiciário, que no contexto do golpe de 2016 tomou forma a partir do avanço da “Operação Lava Jato”, que segundo Santos (2017) parece ter contribuído decisivamente para perda do capital simbólico do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff:

Misto de investigação judicial rigorosa e estratégia de apropriação de poder, a Lava Jato e derivadas constituíram com a imprensa uma sociedade de interesse comum: a liquidação da legitimidade política do Partido dos Trabalhadores. Pequenas arbitrariedades que a doutrina punitiva de Sérgio Moro advogava, sempre no interesse da justiça maior, extraíam inabalável defesa dos jornalões, para nada dizer da manipulação do noticiário. Personalidades celebrizadas pela TV ou por promoção publicitária converteram-se em vetores de agitação e propaganda, enriquecidos pela confissão conservadora de inúmeros profissionais, disfarçada de indignação diante da derrubada moral do governo. (SANTOS, 2017, p.167)

Sendo assim, a cobertura das investigações da Operação Lava Jato em forma de escândalo político-midiático, que costuma focalizar determinadas figuras em detrimento de outras, parece ter sido central naquele contexto. Segundo Venício Lima, a lógica própria do campo jornalístico tem privilegiado a cobertura política do escândalo, que surge em um contexto do jornalismo investigativo que enfatiza as denúncias de corrupção, combinado com o crescimento da mídia de massa e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação (LIMA, 2012, p.443). Dito isto, o escândalo político midiático - como no *Mensalão* e na *Operação Lava Jato* - possui um papel fundamental no conflito político, na medida em que envolve o ganho de legitimidade de alguns atores (como o próprio jornalismo) e a perda de credibilidade de outros atores envolvidos, tendo em seu cerne o esvaziamento mesmo o capital simbólico desses últimos.

7 O JORNAL NACIONAL E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM GOLPE QUADRO A QUADRO

“O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra.” (Pierre Bourdieu)

Como trazido anteriormente, os enquadramentos existem no espaço social, respondem as hierarquias de poder, de classe, raça e gênero que o organizam. Nesse sentido, é a partir de uma posição específica que a prática jornalística atua no sentido de confrontar ou reforçar determinados enquadramentos acerca dos sujeitos e acontecimentos políticos. Dito isto, buscamos entender o discurso construído no espaço do Jornal Nacional não como uma estratégia calculada friamente para construção de narrativa, mas de uma prática ajustada à posição daquele veículo nas hierarquias de poder e que possibilita a conformação de um “crer ou ver” específico que se pretende universal.

Assim, é fundamental afirmar a própria credibilidade na “narração dos fatos”, o que inclusive atraiem não só capital simbólico, mas econômico ao telejornal. Como apontou Becker (2005), uma das principais características da linguagem dos noticiários é produzir um verniz de verdade ao conteúdo do discurso e a credibilidade do enunciador, para assim permitir que aquilo que se diz exista, e, por outro lado, dizer o que não existe (BECKER, 2005, p.55).

Repórter Giuliana Marrone (da bancada/estúdio): O Senado começou nesta quinta-feira o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff. É a última fase do processo que começou há nove meses. Mas antes de mostrar essa sessão comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowsky, o **Jornal Nacional vai lembrar os fatos** que deram origem ao processo. (JORNAL NACIONAL, 25 de agosto de 2016)

Na data que o Senado aprovou a instauração do pedido de impeachment, decidindo pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o Jornal Nacional dedicou uma matéria de cerca de 4 minutos tendo como foco central a própria prática jornalística naquela semana. Ali, o jornalismo é retratado como uma corrida pelo furo, por mostrar os fatos, na direção de afirmar a própria credibilidade. Nesta matéria, as imagens com foco nos repórteres e câmeras correndo se misturam a

vozes e imagens dos políticos e personagens do impeachment. Após as primeiras palavras de abertura da matéria com a voz de William Bonner, entra uma trilha sonora de fundo típica de filmes de ação de Hollywood e se seguem frames de imagens de bastidores, os jornalistas, computadores, fios, tripés e câmeras. Naquele momento, utilizando uma gama de recursos dramáticos, a narrativa se constrói com começo (apresentando os jornalistas como personagens principais), meio (com provações e correria), e fim (a destituição de Dilma Rousseff se espalhando pelo mundo através dos microfones e câmeras).

William Bonner: Esta foi uma semana intensa, no Brasil, por causa da política. Para os cidadãos, para os próprios políticos e também pra nós, jornalistas, **encarregados de mostrar tudo que estava acontecendo**. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2022)

Figura 2 – Os bastidores da notícia (12/05/16)



Repórter José Roberto Burnier: Esse alvoroço todo é todo mundo atrás do presidente do Senado, a sessão já foi encerrada e ninguém sabe onde ele tá e por que porta ele saiu. Olha a correria, agora descobrimos. [*cena de jornalistas e cinegrafistas correndo descendo as escadas*](...) Renan não quer falar, bato nas costas dele. [*Foco com diversos da câmera muda para imagem de Renan Calheiros apertado em meio a microfones falando com o repórter da Globo*] (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Figura 3 – Correndo atrás da notícia (12/05/16)



Fonte: Globoplay

Repórter José Roberto Burnier: Como aqui dentro (plenário) cinegrafista não entra, gravo com o celular. *[imagens de Burnier com qualidade de celular, mostrando o plenário]* O resultado acaba de ser comunicado no painel eletrônico 55 votos pela aceitação da denúncia *[alguns senadores gritam e batem palma]*, portanto a presidente Dilma Rousseff a partir desse momento será afastada do cargo. Mas, de forma geral não há nenhuma reação mais acalorada neste momento. O que aconteceu aqui se espalhou mundo a fora. *[se segue imagens de outros jornalistas falando em línguas diferentes em frente à câmeras. Fim da matéria]* (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Desta feita, é a partir da própria posição e das regras do seu próprio campo que o Jornal Nacional enquadra o impeachment, na medida em que sua atuação também é construída como a de um acesso neutro e direto aos fatos, reforçada pela própria cultura profissional naquele jornal, como discutido anteriormente. Assim, o enquadramento dado pelo Jornal Nacional se estabeleceu de forma a reforçar a imagem da prática jornalística objetiva, como um mediador a serviço da população com a função pedagógica de organizar, dar clareza ao caos dos acontecimentos, de acordo com seu papel de vigia do interesse público, fiscalizando o sistema político diuturnamente. Nas palavras de William Bonner, profissionais que “não fazem mais do que relatar com isenção e profissionalismo fatos relevantes para os brasileiros” (JORNAL NACIONAL, 04 de Março de 2016).

Segundo Traquina (2005) o acontecimento é a unidade fundamental no jornalismo, a importância do fato imediato como valor no *habitus* profissional somada ao imperativo dos jornalistas responderem a pergunta “o que há de novo”, se combinam para levar o jornalismo a privilegiar a cobertura dos acontecimentos. Assim, de Dezembro de 2015 a Agosto de 2016 o Jornal Nacional acompanhou o processo do impeachment, sobretudo a partir das marcas dos acontecimentos rituais do processo. Aqui, o foco na cobertura do processo institucional também parece partir de um enquadramento que foca na “legitimidade” da saída de Dilma Rousseff da presidência, em contraponto ao contratema do golpe.

Nas edições analisadas, poucos atores externos ao campo político e jurídico aparecem, o que mostra uma política onde quem fala são os atores próprios ao campo, a partir da qual o jornalismo segue a legitimar uma posição dominante do campo do poder⁴¹. Até mesmo nas manifestações de rua, que à primeira vista poderiam engendrar uma cobertura mais focada em outros personagens, como movimentos sociais, isso não acontece e a cobertura se dá sobretudo a partir da fala dos repórteres, dos congressistas, juízes, etc. Por vezes em diversos momentos a lógica bipolar de compreensão da política toma conta da cobertura, e um nós (judiciário, jornalismo) *versus* eles (Lula, Dilma Rousseff e o PT) é articulado, na direção de descreditar principalmente Dilma Rousseff da legitimidade de falar como voz do Estado. Nas palavras de Bourdieu, é do campo jornalístico o poder de fazer e desfazer reputações, e nesse sentido aqui alinho-me com a compreensão de Rocha (2019) acerca da cobertura do Jornal Nacional como um contínuo processo de destituição do capital simbólico de Dilma Rousseff.

Assim, a partir da análise de enquadramento das edições do Jornal Nacional, contamos como foi se construindo a destituição do capital simbólico de Dilma Rousseff no espaço do JN e como durante o período o telejornal enquadrou o acontecimento político de forma a dar legitimidade ao impeachment e deslegitimar o contratema do *golpe*. Aqui entendo que o enquadramento dado pelo Jornal Nacional ao processo de impeachment possui uma posição ativa na disputa política, tendo papel central não só ao dar legitimidade ao projeto político-econômico derrotado nas urnas ao mesmo tempo em que descredibiliza o

⁴¹ Para mais, ver Apêndice C – Lista dos personagens citados na cobertura

enquadramento adversário do golpe, mas especialmente a produzir um efeito de coerência que buscou dar à saída de Dilma Rousseff um verniz de normalidade democrática.

Neste capítulo tentei apresentar como no contexto de 2016 o Jornal Nacional vai construindo o impeachment de Dilma Rousseff, buscando compreender como o acontecimento foi organizado, enquadrado para compor o “contrato de leitura” com a audiência. No capítulo que se segue exibirei os principais pacotes interpretativos articulados na construção do acontecimento do impeachment pelo Jornal Nacional, os quais apontam para as suas causas, soluções, e conseqüências, expressando as principais ideias organizadoras presentes no enquadramento dado pelo telejornal. A organização textual dos pacotes interpretativos em tópicos se explica por ser um recurso para exibição do raciocínio, mas não representa ordenamento por destaque ou importância, na medida em que, como dito anteriormente, os pacotes interpretativos se relacionam e conformam como o Jornal Nacional organiza o entendimento acerca daquele acontecimento político a partir de uma definição do problema, suas causas, conseqüências, justificativas morais e eventuais soluções.

7.1 “O PRINCIPAL PEDIDO VEIO DAS RUAS”

Marcos Losekan em Off: Foi nas ruas que a palavra 'impeachment' surgiu, logo no início do segundo mandato, apenas dois meses e meio de governo. (JORNAL NACIONAL, 25 de agosto de 2016)

Neste ponto, destacaremos uma importante categoria na construção de uma linha de causalidade do impeachment na narrativa do Jornal Nacional, bem como um fundamento de sua legitimidade: “as ruas”. Na edição do dia 02 de Dezembro de 2015, data em que Eduardo Cunha aceitava o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, o Jornal Nacional já anunciava o enquadramento da sonora que viria logo a seguir: o impeachment tinha “natureza técnica” e uma origem: o “apelo das ruas”.

Julio Mosquera (*link ao vivo*): (...) Cunha disse que a decisão dele foi exclusivamente de natureza técnica.

Eduardo Cunha: A mim, não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato. E não o faço por nenhuma motivação de natureza política. Eu, como disse aqui anteriormente, refutei, rejeitei todos e o rejeitaria se estivesse em descumprimento da lei. Mas, infelizmente, por mais que eu tentasse buscar qualquer caminho de interpretação e por todos os pareceres que chegaram até a mim pela consultoria legislativa, pela assessoria jurídica e por terceiros, as quais eu consultei, não consegui encontrar um que conseguisse me desmontar a tese a qual está sendo aceita hoje.

Júlio Mosquéra (*link ao vivo*): Pelas redes sociais, o presidente Eduardo Cunha disse que tomou a decisão porque estava atendendo a um apelo das ruas. Renata, Herald. (JORNAL NACIONAL, 02 de Dezembro de 2015)

Em especial nas edições do Jornal Nacional nas quais o fio da “trajetória do impeachment” foi sintetizado numa estrutura narrativa dramatizada com começo meio e fim⁴², fica clara a síntese: o início do impeachment teria se dado “na rua” – um recurso retórico eficiente para dramatização da narrativa, mas, além de insuficiente para explicar processos sociais complexos, um tanto equivocado. Ao contrário da espontaneidade mágica que sugere o discurso do Jornal Nacional, a própria palavra “impeachment” aparece associada à Dilma Rousseff antes mesmo do fim do processo eleitoral de 2014. Pouco antes do final do segundo turno das eleições o colunista Merval Pereira (membro do Conselho Editorial do Grupo Globo), já indicava o impeachment como recurso quase inevitável se Dilma Rousseff fosse reeleita (PEREIRA, 2014). Após a posse da presidenta a pauta pró-impeachment já começava a aparecer na imprensa escrita, os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo em fevereiro de 2015 já apresentavam ocorrências da palavra impeachment, que irão ganhar ainda mais volume no decorrer de 2015, com picos de cobertura mesmo quando não havia qualquer movimentação explícita no Congresso Nacional (MARQUES, MONT’ALVERNE & BATISTA, 2017).

Repórter Marcos Losekan em off: O principal pedido veio das ruas. A presidente ainda estava no começo do segundo mandato, há dois meses e meio no cargo, quando a palavra impeachment ecoou no Brasil.” (JORNAL NACIONAL, 12 de Maio de 2016)

Repórter Zileide Silva em off: A presidente Dilma se reuniu pela manhã com oito ministros e os líderes do governo no Congresso depois da maior manifestação contra o governo da história. A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram

⁴² Aqui, cito algumas das edições que, em especial, se apoiam neste recurso: 18 de Abril; 12 de maio; 25 de agosto e 31 de agosto de 2016.

amenizar o recado das ruas.” (JORNAL NACIONAL, 14 de Março de 2016)

No conteúdo analisado, no campo das metáforas uma chama atenção: a referência a um “recado das ruas”, “apelo das ruas”, “demonstração das ruas”, vai ganhando forma para demarcar as manifestações *#ForaDilma* como uma massa representante da nação, o sujeito coletivo legítimo que haveria dado ao impeachment um fundamento de verniz democrático.

Dentro do corpus analisado a cobertura específica das manifestações envolvendo a questão do impeachment se dá principalmente em dois momentos: na edição de 14 de março de 2016, que cobre as manifestações pró-impeachment - apresentada no Jornal Nacional como *ponto crítico* - e a edição de 18 de março de 2016 que cobre as manifestações contra o impeachment - enquadradas pelo JN como “manifestações a favor de Dilma e de Lula”.

No primeiro momento, além das manifestações pró-impeachment aparecerem enquadradas como espontâneas e nacionais, a cobertura focou nas suas “consequências políticas”. Ainda, o espaço discursivo e mesmo o recurso temporal dado ao “recado das ruas” se contrastou com o segundo momento, das manifestações contra o impeachment. Naquele contexto, se por um lado as manifestações a favor do impeachment eram universalizadas, enquadradas como possuindo “organizadores” como um sujeito oculto - quando tinham claras lideranças de movimentos organizados de extrema direita -, por outro lado, as manifestações contra o golpe eram particularizadas a partir da referência aos movimentos sociais que a constituíam – e que “chamavam o impeachment de golpe”.

José Roberto Burnier em off: O ato - em defesa da democracia, dos direitos sociais, contra o golpe e também pró-Lula - foi organizado por mais de 60 entidades. Entre elas, a CUT, MST, PT e UNE. *[frame de manifestantes gritando “olê, olê, olê olá, Lula, Lula]* Os manifestantes vestindo vermelho trouxeram cartazes, balões e bandeiras do Brasil e do PT. Um grupo levou uma bandeira com o rosto da presidente Dilma. (JORNAL NACIONAL, 18 de Março de 2016)

Renata Vasconcelos: manifestantes foram às ruas em todos os estados e no Distrito Federal em atos a favor da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em São

Paulo, a manifestação foi na Avenida Paulista. (JORNAL NACIONAL, 18 de março de 2016)

Repórter Cezar Galvão: Eles gritavam palavras de ordem, faziam discursos de apoio ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma e também contra a possibilidade de impeachment, que eles chamam de golpe, e contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. (JORNAL NACIONAL, 18 de março de 2016)

Se pararmos para fazer uma comparação simples, as manifestações do dia 13 de março de 2016, além de terem sido amplamente divulgadas no jornal impresso O Globo, contaram com entradas ao vivo no canal por assinatura Globo News além de uma reportagem de cerca de 30 minutos no programa Fantástico na noite de domingo. Na segunda-feira elas voltavam à tela abrindo o Jornal Nacional, quando a matéria de abertura enquadrava “Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção” de um lado, e “o Brasil” do outro, um enquadramento define um “nós” em oposição a um “eles”.

William Bonner: Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas, no domingo (13), no Brasil inteiro. Ao todo, houve atos em 337 cidades, em todos os estados. *[Entra hino nacional tocando ao fundo, enquanto isso silêncio e nenhum repórter entra: só o hino nacional tocando e imagem de brasileiros com a mão no coração cantando o hino, mostrando takes de diversos locais do país com as cores verde e amarela durante 20 segundos]* (JORNAL NACIONAL, 14 de março de 2016)

Nesta mesma edição, se seguiria uma série de reportagens com foco no avanço da Lava Jato, enfatizando o descrédito e desaprovação de Dilma e Lula, e a deslegitimação do governo. A este respeito, como destaca Tagatiba (2018) em sua análise dos protestos da direita pelo impeachment, houve uma retroalimentação clara: o movimento pró-impeachment que estava nas ruas contava com aliados decisivos na esfera do judiciário, o que foi fundamental para que organizações desconhecidas tivessem êxito em mobilizar uma base social sem nenhuma tradição de protestos, em um cenário de confronto político até então dominado pela esquerda. Como dito anteriormente, a autora enfatiza como o cronograma das manifestações da direita se alinhavam com as datas críticas da Lava Jato, destacando como a ação política e seletiva da Justiça brasileira naquele contexto também turbinou os protestos, ao mesmo tempo em que encontrou nela base importante de legitimação.

“Contar com aliados na esfera do judiciário foi um recurso decisivo de que puderam dispor os oposicionistas na construção de sua exitosa campanha. A breve cronologia dos eventos explicita esses nexos entre as esferas institucionais e contestatória e mostra como a interferência do Judiciário também foi decisiva para modelar o resultado final do conflito.” (TAGATIBA, 2018, p.234)

Ainda na edição de 14 de março de 2016, após a reportagem de celebração das manifestações pró-impeachment, a estrutura do Jornal Nacional segue imediatamente para matéria que enquadra as consequências desse “clamor das ruas”: o impeachment de Dilma Rousseff - a presidenta havia perdido a legitimidade dada pela população a seu mandato.

Renata Vasconcelos: Os protestos tiveram repercussão hoje no Congresso.

Julio Mosquera em off: As manifestações de ontem criaram um consenso no congresso. Daqui para frente o processo de impeachment contra a presidente Dilma vai dominar os discursos e ações na Câmara e no Senado. A oposição não pensa em outra coisa. (JORNAL NACIONAL, 14 de Março de 2016)

Zileide Silva em off: A presidente Dilma se reuniu pela manhã com oito ministros e os líderes do governo no Congresso depois da maior manifestação contra o governo da história. A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram amenizar o recado das ruas. (JORNAL NACIONAL, 14 de Março de 2016)

Dito isto, apesar de no texto esta “rua” assumir a forma de universal, é uma “rua” específica e situada, que se identifica com a direita liberal e conservadora e que emerge em 2013 no contexto das manifestações de conteúdo mais reivindicatório e retorna em 2015, em manifestações de questionamento do resultado eleitoral⁴³ e marcadamente antipetistas. Nesse contexto, os atos a favor do impeachment possuem uma continuidade com o “setor patriota” dos protestos de 2013, que vão se fortalecendo e tendo papel fundamental para o impeachment, e apesar de em alguma medida ter em seu seio pautas como a defesa de uma ditadura militar (29% dos manifestantes em 2015) (DATAFOLHA, 2015), vão sendo enquadrados no Jornal Nacional como essa massa única, legitimamente democrática e nacional. Da bancada, os âncoras Renata Vasconcelos e William Bonner cobriam as manifestações em verde e amarelo.

⁴³ Segundo dados do Datafolha 82% dos participantes presentes nas manifestações de 2015 se declaravam votantes no PSDB, em específico em Aécio Neves. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>

Figura 4 – William Bonner e Renata Vasconcelos na bancada do Jornal Nacional em verde e amarelo (14/03/2016)



Fonte: Globoplay

Nas edições que cobrem as manifestações pró-impeachment, participantes ou líderes dos movimentos organizados não são entrevistados, aumentando o enfoque na suposta universalidade. Nestas edições, o Jornal Nacional enfoca nos “efeitos” das manifestações no Congresso Nacional, quando os parlamentares ganham voz para comentar, definindo os termos da controvérsia política legítima. Ainda, em nenhum momento no Jornal Nacional é questionada ou destacada a origem do movimento pró-impeachment, ou a legitimidade dos líderes e grupos envolvidos, a exemplo dos movimentos de extrema direita (MBL, Revoltados Online, etc), partidos e associações patronais como a FIESP, responsável pelo pato gigante inflado em plena Avenida Paulista. Diferente deste é o enquadramento dado às manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff: se nas manifestações de 14 de março o sujeito político era “a rua”, o “Brasil, nas primeiras palavras da edição de 18 de março o JN já enquadrava o acontecimento daquela noite: “manifestações a favor da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva”. Neste dia, após a escalada, William Bonner faz um link ao vivo de 40 segundos com o repórter Cezar Menezes, no qual o repórter coloca em destaque os movimentos que convocaram os protestos e a participação do ex-presidente Lula:

Repórter Cezar Galvão: A CUT, os sindicatos, os movimentos sociais e estudantis e o Partido dos Trabalhadores convocaram o protesto de hoje. Aqui em São Paulo, Bonner, a movimentação começou por volta das quatro da tarde. O auge, com o maior número de pessoas aqui na Avenida Paulista, foi entre 18h e 19h30, foi quando o ex-presidente Lula discursou num palco montado no meio da avenida. Ele foi embora e aos poucos a Avenida Paulista foi sendo liberada pelos manifestantes, há pelo menos um longo espaço ainda, com bastante gente porque ainda acontecem discursos aqui na Paulista, Bonner. (JORNAL NACIONAL, 18 de março de 2016)

O enquadramento dado se estabelece na tentativa de particularizar os defensores da manutenção do governo de um lado, e universalizar a pauta pró-impeachment como “vontade do povo”. Outro dispositivo simbólico articulado deste enquadramento foi o recurso à representação quantitativa: a manifestação pró impeachment era “a maior manifestação contra o governo da história”. Após o link ao vivo citado acima, imediatamente Renata Vasconcelos surgiu da bancada demarcando uma comparação numérica entre os dias 14 e 18 de março, o que vai se repetir mais de uma vez no curso da edição, com detalhes de quantos quarteirões haveria ocupado cada manifestação. Naquela ocasião os recursos imagéticos também mudam, se na reportagem do dia 14 de março de 2016 o hino nacional e as cores da bandeira do Brasil aparecem como primeira imagem em destaque após a cabeça da reportagem; na edição de 18 de março após a chamada de Renata Vasconcelos se segue de uma imagem de bomba de gás lacrimogêneo estourando.

Renata Vasconcelos: A gente viu hoje no começo dessa edição do Jornal Nacional, manifestantes foram às ruas em todos os estados e no Distrito Federal em atos a favor da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em São Paulo, a manifestação foi na Avenida Paulista. *[barulho de bomba estourando]* (JORNAL NACIONAL, 18 de março de 2016)

Figura 5 – Abertura da matéria sobre manifestações contra o impeachment (18/03/2016)



Fonte: Globoplay

Assim, os acontecimentos são trazidos de forma a dar às manifestações pró-impeachment um caráter universal, e estas, legitimadas como voz da nação, aparecem como raiz do impeachment. A construção de um afastamento entre o governo Dilma e a população que haveria dado legitimidade à presidência do executivo, aqui atinge seu auge.

Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM): O congresso ele vive de expectativas e viu nessa **demonstração das ruas** que a expectativa da população é que o congresso efetivamente faça e cumpra o seu papel. E o papel do congresso nesse momento é instalar a comissão processante e **tirar o PT do poder**. Acho que é um ciclo que se extingue, que chega ao seu fim. (JORNAL NACIONAL, 14 de Março de 2016)

Desta feita, se na raiz do enquadramento dado aparece a “demonstração das ruas”, a solução apontada no horizonte era a necessidade de encerrar o ciclo petista, com a retirada de Dilma Rousseff.

7.2 “O BRASIL QUER DIZER BASTA, CHEGA!”

Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM): Nós estamos aqui hoje reunidos porque o Brasil quer dizer basta, chega. (JORNAL NACIONAL, 11 de Abril de 2016)

A despeito do conjunto de interpretações que não há muito tempo advogavam pela crise do referencial de “nação” tendo em vista o avanço da globalização, os símbolos que remetem à circunscrição do “nacional” ainda

permanecem centrais nas disputas políticas. Nos termos de Anderson (2008), que rejeita um olhar essencialista e tem como ponto de partida a nação como produto cultural bastante específico, esta se estabelece como parte fundamental das disputas político-simbólicas: “a condição nacional é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos.” (ANDERSON, 2008, p. 28).

Alguns autores têm destacado como fundamental o apelo aos símbolos nacionais, a essa “comunidade nacional” no contexto político que engendra a saída de Dilma. Como aponta Rocha (2019), esta dimensão foi fundamental para deslocar o monopólio social do direito de falar em nome “nação” e destituir Dilma de seu capital simbólico. Nesse sentido, nesta seção discutiremos este pacote interpretativo que fala sobre a articulação do signo *Brasil* ou *Nação* em sua relação com o impeachment em diferentes momentos do discurso, seja como uma universalidade recuperada como princípio moral a partir do qual sugere-se olhar para aquele contexto; ou como fundamento mesmo para o caminho de solução: “um governo de salvação nacional”.

Na edição da data da condução coercitiva do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a referência a uma homogeneidade nacional em torno desse acontecimento se destaca ao aparecer na metáfora recuperada na sonora do senador do PSDB Cássio Cunha Lima ao que se segue de diversos outros atores:

Senador Cássio Cunha Lima (Líder do PSDB, PB): O Brasil que dormiu ontem é diferente do Brasil que acordou hoje. E é preciso que a sociedade, partidos políticos, governadores possam encontrar uma saída rápida para essa crise profunda e gravíssima. (JORNAL NACIONAL, 04 de Março de 2016)

Deputado Danilo Forte (PSB-CE): O sentimento geral da população brasileira é esse. O governo chegou ao fundo do poço. Não tem mais capacidade de fazer uma pauta política para o país. (JORNAL NACIONAL, 04 de Março de 2016)

Senador Aécio Neves (PSDB-MG): Este governo perdeu a autoridade, perdeu as condições mínimas de levar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento. Portanto para nós a saída será sempre dentro da Constituição, com paz no Brasil, com respeito ao contraditório, mas principalmente blindando as nossas instituições de qualquer ataque que elas venham a sofrer. (JORNAL NACIONAL, 04 de Março de 2016)

Aqui, o discurso demarca o *ponto crítico*: era preciso que o Brasil acordasse diante de uma crise política causada pelo governo, e engendrasse uma saída.

Naquele ponto se destacava que o mesmo governo nomeado através do processo eleitoral há menos de dois anos não era mais porta-voz legítimo da nação, era Dilma incapaz de “levar o Brasil”. A presidenta e seu partido estavam sendo descolados dos símbolos nacionais na direção de despi-los da fonte de legitimidade que é o poder simbólico do Estado nacional, e nesse sentido o “povo na rua” foi um importante instrumento para esvaziamento deste capital simbólico naquele contexto (ROCHA, 2019).

Naquele contexto, uma etapa importante deste processo foi a cobertura massiva das manifestações de rua pelo impeachment, fundamental para o afastamento simbólico da relação da presidenta eleita e a população.

Figuras 6 e 7 – Frame inicial matéria de cobertura das manifestações a favor do impeachment – 14/03/2016



Fonte: Globoplay

Como destacado anteriormente, em diversos momentos o fundamento da legitimidade popular é trazido a partir das mobilizações a favor do impeachment, em especial nas edições nas quais a “trajetória do impeachment” foi recontada, resumida e narrada no Jornal Nacional, a síntese aponta: o início do impeachment teria se dado “na rua”. Aqui, destaco ambos os pacotes “das ruas” e “da nação” na construção de um enquadramento que se repetia simbolicamente a cada momento chave: *o Brasil pede/pediu o impeachment* de Dilma, constituindo simbolicamente o afastamento dela como representante legítima perante a população do país que a havia eleito.

Repórter Marcos Losekan em off: O principal pedido veio das ruas. A presidente ainda estava no começo do segundo mandato, há dois meses e meio no cargo, quando a palavra impeachment ecoou no Brasil. [Voz de multidão não identificada ao fundo: *Fora Dilma! Fora Dilma! Fora Dilma!*] (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Figura 8 e 9 – Frames iniciais da matéria que narra trajetória do impeachment (12/05/2016)





Fonte: Globoplay

Figura 10 – Impeachment já (12/05/2016)



Marcos Losekan em Off: Foi nas ruas que a palavra 'impeachment' surgiu, logo no início do segundo mandato, apenas dois meses e meio de governo. (JORNAL NACIONAL, 25 de agosto de 2016)

Na fase de massificação dos protestos de 2013 a bandeira oficial do Brasil e suas cores começaram a surgir como recurso imagético na mobilização. Naquele contexto, o “setor patriota” ia dos manifestantes que defendiam pautas queridas ao liberalismo (como um Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”), àqueles com pautas conservadoras, como a volta de uma ditadura militar, com foco no descrédito às instituições políticas democráticas, e com uma leitura moral da pauta da corrupção (ALONSO, 2017). A partir daí se segue uma hipertrofia desse setor, que passa a mobilizar ainda mais movimentos que apesar de algumas discordâncias tinham em

comum a estética verde-amarela, a pauta anticorrupção, o patriotismo como pauta moral e o antipetismo – aqui, com destaque o Vem Pra Rua, o MBL e o Revoltados OnLine. Podemos localizar entre 2015 e 2016 o pico das mobilizações de direita no Brasil (TAGATIBA & GALVÃO, 2019, p.70-71), nas quais o uso da bandeira brasileira e de suas cores, bem como da camisa da seleção brasileira de futebol se firmam como uma marca estética fundamental. O contexto no qual se situa o enquadramento analisado neste tópico é exatamente o de auge da mobilização daqueles grupos de direita, e fundamentalmente da articulação do discurso da identidade nacional e da estética *verdeamarela* ao “Fora Dilma”.

Figuras 11 e 12 - Manifestações pró-impeachment (14/03/2016)



Fonte: Globoplay

William Bonner: Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas, no domingo (13), no Brasil inteiro. Ao todo, houve atos em 337 cidades, em todos os estados. *[Entra hino nacional ao fundo por 20*

segundos, enquanto isso imagem de brasileiros com a mão no coração cantando o hino, mostrando takes de diversos locais do país com as cores verde e amarela] (JORNAL NACIONAL, 14 de Março de 2016)

Na direção da chamada citada acima, uma cisão muito clara foi se expressando ao longo da cobertura do impeachment e faz parte da construção desta base moral patriota: de um lado está o “Brasil”, do outro, Lula, Dilma, o PT. Nos termos de Marilena Chauí:

(...) cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUI, 2000, p.7).

Em sua reflexão, a autora relaciona o uso espetacularizado da estética da bandeira do Brasil à construção histórica própria do conflito de classe no Brasil, no qual o nacionalismo têm se destacado pra retratar uma situação de profunda desigualdade em uma representação homogênea. Marilena Chauí posiciona a celebração da estética verde-amarela como parte de um construto histórico das classes dominantes, ligado em especial à celebração de uma nação essencializada nos símbolos da natureza, de um povo mestiço, sem preconceitos e cordial (CHAUI, 2000). A partir da noção de *verdeamarelismo*, a autora busca situar como no Brasil o processo de “invenção da nação” se estabeleceu historicamente como um construto das classes dominantes ao longo dos anos, especialmente a partir da república. Logo, destaca como o uso dos símbolos verde-amarelos como signos de identidade e unidade nacional se situam historicamente como um importante instrumento na disputa por hegemonia.

Nesse sentido, se faz necessário localizar o discurso da identidade nacional como um dispositivo discursivo importante e que se relaciona com a forma que se estruturam as relações de poder, na medida em que se estabelece como um dispositivo de homogeneização que comumente apaga as diferenças, disputas e desigualdades em prol da construção de uma unidade (HALL, 1996). Assim, por mais que o enquadramento dado no discurso jornalístico possa fazer parecer a

nação como alguma essência verde-amarela que remonta a um mito original, ela é histórica e um parte da disputa por recursos de poder.

No contexto do impeachment, a construção da lógica dos “inimigos da nação” citadas por Chauí, é capaz de ser sintetizada a partir da máxima que orientou o discurso daquelas manifestações desde as eleições de 2014 e que tem seu auge na posse de Jair Bolsonaro à Presidência⁴⁴: “a nossa bandeira jamais será vermelha”.

“Enquanto as “manifestações” organizadas pelos “movimentos sociais” são patéticas, com poucas adesões pagas, os protestos que emanam espontaneamente do povo levam milhões às ruas, com bandeiras do Brasil para lembrar que nossa bandeira jamais será vermelha. O povo brasileiro não quer e não vai aceitar ser a próxima Venezuela. Se lá a situação já parece perdida para os defensores da democracia, no Brasil ainda há como impedir tal destino. O PT será derrotado, para que o país possa voltar a sonhar com um futuro melhor.” (CONSTANTINO, 2015).

Cássio Cunha Lima (PSDB/PB): Apesar das tentativas de cerceá-la foi a imprensa livre do nosso país que mostrou a nação inteira o que estava acontecendo espontaneamente nas ruas do Brasil.” (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

O discurso de Rodrigo Constantino no ano anterior já anuncia uma oposição entre “espontaneidade” e as “adesões pagas” ou “organizadas” que demarca a sonora de Cássio Cunha Lima e também a construção discursiva do JN em torno das manifestações. Nas edições analisadas nas quais havia alguma reportagem das manifestações podemos perceber a diferença clara de enquadramento do sujeito político: na cobertura das manifestações contra o impeachment o repórter deixa claro que estas eram convocadas por “entidades” (CUT, MST, Frente Povo sem Medo, etc); já no caso das manifestações a favor do impeachment, os coletivos eram silenciados do texto, o que favorece o enquadramento destas como “espontâneas”. Dito isto, o silêncio aparece como importante operador no enquadramento, na medida em que o discurso jornalístico do Jornal Nacional escolhe não destacar a base organizacional das manifestações pró-impeachment, que contava com coletivos ligados ao PSDB (como o Vem Pra Rua), e também com grupos ultraliberais e conservadores que se fortaleceram após 2013, se

⁴⁴ “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso nosso sangue para mantê-la verde e amarela” (Jair Bolsonaro em seu discurso de posse como Presidente do Brasil)

apoando, sobretudo, em uma rede de *think tanks* liberais dispostos a oferecer o apoio financeiro e organizacional necessário (ROCHA C., 2019).

O discurso da união nacional em torno do impeachment de Dilma Rousseff teve como um de seus momentos de legitimação a edição após a votação pelo impeachment na Câmara dos Deputados, quando o Jornal Nacional dedica uma matéria inteira à “celebração do impeachment”. Da bancada, sorrindo, destaca Renata Vasconcelos:

Renata Vasconcelos (bancada): Esse domingo foi muito parecido para milhões de brasileiros, muitos milhões. para quem estava em casa ou não, **era preciso ter uma televisão por perto, era preciso acompanhar o que estava acontecendo em Brasília.**

Senhora não identificada: "Ah, porque ontem realmente era um dia muito importante"

Repórter Philippe Siani em off: Há tempo as rodas de bate-papo não estavam tão politizadas assim.

Repórter Philippe Siani: alguma vez o senhor assistiu uma sessão da Câmara inteira?

Gerson Rodrigues da Silva (corretor de seguros): Não. A primeira vez que eu assisti inteira foi essa, foi ontem. Eu achei muito legal

Repórter Philippe Siani em off: E se for para começar a se interessar por política, que seja do lado de quem importa.

Juliana Santos (técnica em nutrição): Eu, meu filho, minha sobrinha, meu sobrinho, minha irmã e o meu tio

Repórter Philippe Siani em off: E quantas famílias fizeram o que não faziam há anos? Conseguiram se reunir no sofá da sala em torno de uma mesma posição, ou de posições contrárias. Foi assim no interior paulista. *[imagem seguidas de diferentes famílias reunidas no sofá em torno da televisão]*

Figura 13 – Família reunida no sofá da sala (18/04/16)



Fonte: Globoplay

Antonio Carlos Mantovani (aposentado:) “Certo que tem desemprego, tem um monte de coisa que está acontecendo por aí, mas não é motivo para pedirem impeachment dela”

Carlos José Mantovani. (professor): Acho que nesse momento é melhor que ela saia, porque se ela permanecer a crise política vai aumentar no Brasil ainda.

Repórter Philipe Siani em off: Discussões que seguiram na região de Campo Grande, onde a votação passou em um megatelão do shopping e na tevezinha de 14 polegadas da maternidade do hospital, lugar cheio de recém-mamães preocupadas com qual Brasil os filhos delas vão encontrar daqui para frente. *[imagens das maes na cama de hospital e uma tv chiada no alto]* E de quem vibrou com o que ouviu ao fim da votação. *[bandeiras do brasil, pessoas pulando]*

Figura 14 – “Recém-mamães preocupadas com o Brasil” (18/04/16)



Fonte: Globoplay

Domingos Chiezari (hoteleiro): Quando acabou, parecia um jogo de futebol. Então, fogos de artifício, povo buzinando, panela, gritaria

Repórter Philippe Siani em off: Passando por quem foi manifestar

Transeunte não identificado: Infelizmente não dá pra gente continuar com o país assim.

**Figura 15 – “Domingo foi invadido por uma vontade tão grande de fazer parte”
(18/04/16)**



Fonte: Globoplay

Repórter Philippe Siani em off: e se decepcionou com o resultado na TV do restaurante ou na multidão que estava colada nos Arcos da Lapa. Para todas essas pessoas, *[frame de uma pessoa abraçada à bandeira do Brasil em primeiro plano, e um telão no segundo]* o domingo foi invadido por uma vontade tão grande de fazer parte desse processo que, tanto o taxista que assistia pelo celular em Belém *[imagem de homem com celular sintonizado na Globo]* quanto quem se refrescava na sorveteria do interior de São Paulo, conseguiam acompanhar tudo. E entre os muros da Esplanada *[imagem da esplanada dividida pelo muro]* e as manifestações em todo o país *[pessoas em vermelho aglomeradas]*, as maiores aulas de convivência pacífica vieram *[imagem focalizada na bandeira do Brasil]*, quem diria, de dentro de muitas casas.

Leobino Luis da Silva (ourives): Uma das minhas filhas tem 21 anos e ela tinha opinião contrária à minha. E tudo bem. Quem tem que vencer mesmo é a democracia, é a Justiça. Tem que ser decidido o melhor para a nação. (JORNAL NACIONAL, 18 de Abril de 2016)

Na matéria celebrativa do impeachment – “o melhor para nação” -, o telejornal emerge como “os olhos da nação”, um narrador objetivo e possibilitador da comunhão nacional em torno do acontecimento, e repetidamente cenas da população em torno das televisões sintonizadas são enquadradas na reportagem. Assim, a matéria se segue sugerindo uma unidade nacional em torno do

impeachment possibilitada pelo jornalismo do JN, como uma festa da democracia brasileira. Se naquele mesmo episódio, naquele mesmo dia, havia um deputado homeageando torturadores no plenário da Câmara, no JN isso era silenciado e o acontecimento salientado como uma comunhão nacional. Assim, a partir de uma compreensão particular a construção discursiva da narrativa foi girando em torno da ideia de que haveria um senso de nação vivendo a mesma coisa, e ao invés de enquadrar o impeachment como um “escândalo” ou “ruptura”, o episódio aparece como celebrado, compartilhado e legítimo (ANDERSON, 2008).

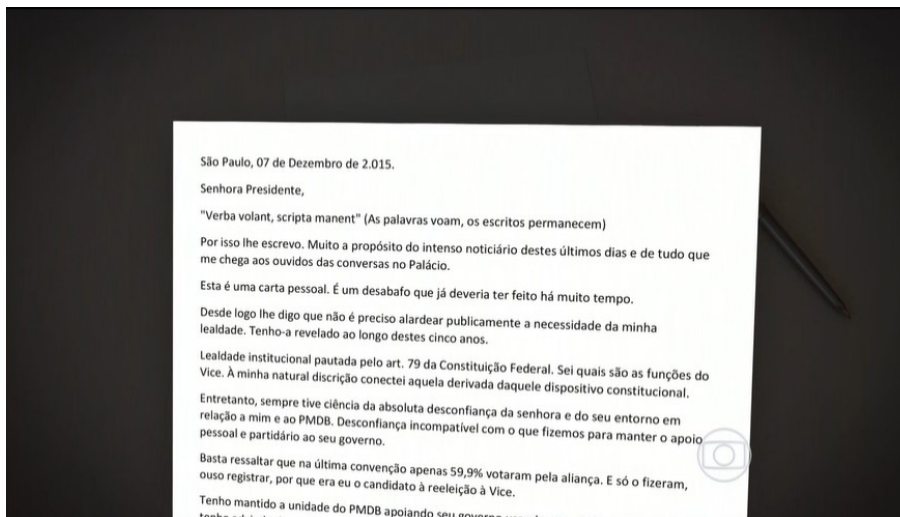
Segundo Entman (1993), ao enquadrar e selecionar certos aspectos da realidade para ressaltar no texto comunicativo, o discurso jornalístico tende a salientar e promover um tratamento recomendado para determinada questão. No caso do impeachment de Dilma, na mesma medida que as edições iam pouco a pouco despiando a presidenta de sua legitimidade, entrava em cena a construção de uma solução: “um governo de salvação nacional”. Ao mesmo tempo em que o afastamento de Dilma Rousseff ia sendo construído simbolicamente no espaço do telejornal, pouco a pouco também vai de desenhando a construção em torno de uma solução incorporada na instituição simbólica da figura de Michel Temer, que sai de uma posição de vice para emergir como representante da nação. Nas edições analisadas, a figura do vice-presidente já aparece desde o início apartada da sua até então companheira de chapa nas eleições presidenciais.

Na data em que Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, o vice-presidente não é trazido à tona no texto, o que muda pouco dias depois com a divulgação de uma carta de Temer endereçada a Dilma Rousseff. Na ocasião, o Jornal Nacional dá destaque na íntegra à carta de Michel Temer, reproduzida visualmente e narrada pelo âncora William Bonner em uma matéria de 3 minutos e meio, ao que se soma uma reportagem sobre o “impacto em Brasília”. Da bancada do William Bonner destaca:

William Bonner: Nesse dia tumultuado em Brasília teve um outro assunto que mobilizou o dia: o vice-presidente Michel Temer escreveu uma carta para a presidente Dilma Rousseff. Ele disse que tem demonstrado lealdade e que se sente um vice decorativo. A carta começa com uma citação em latim, que significa, as palavras voam, os escritos permanecem.

William Bonner em off: Michel Temer explica suas motivações logo no começo (...)” (JORNAL NACIONAL, 08 de Dezembro 2015)

Figura 16 – Carta de Michel Temer à Dilma Rousseff (08/12/15)



Fonte: Globoplay

O suposto vazamento da carta pessoal de Temer enviada à Dilma dá corpo ao rompimento das duas figuras. Após dois dias de publicação da carta, o Jornal Nacional já destacaria o afastamento de Dilma e Temer em discurso que mais uma vez construía uma representação do vice-presidente adjetivando-o de *discreto, articulador, cuidadoso e tranquilo*.⁴⁵ Na ocasião, a escolha narrativa da reportagem é bem peculiar: da bancada Renata Vasconcelos destaca o afastamento de Dilma e Temer (“o clima entre os dois piorou muito”); para depois chamar o repórter Julio Mosquera que já adjetiva o vice-presidente como se mantendo discreto, formal e cuidadoso; e então enquadra-o como legitimando o processo do impeachment: “Michel Temer, que até agora não tinha falado publicamente sobre o impeachment, aproveitou a oportunidade para dizer que não há ilegalidade no processo.”. E por fim, o prognóstico: ele estará pronto.

Senador Blairo Maggi (PR-MT): O vice-presidente está tranquilo, disse que está à disposição de fazer com que o processo que aí está sendo colocado seja o mais transparente possível, ele não fará intervenções. *[corte na fala]*

⁴⁵ Assim como trataremos mais à frente, a imagem pública de Dilma foi enquadrada no lado oposto. Mergulhada nos estereótipos de gênero, a presidenta era tida como dura, destemperada, raivosa, principalmente nas revistas semanais e jornais.

Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES): Mas se a conclusão dos fatos, de acordo com o que determina a Constituição, revelar a decisão do Congresso brasileiro, na Câmara e no Senado, na direção de uma sucessão natural, ele naturalmente estará pronto, em face das responsabilidades constitucionais que tem. (JORNAL NACIONAL, 09 de Dezembro de 2016)

No ano anterior, os caminhos para a “solução Temer” já apareciam na mídia impressa, quando o vice presidente surgiu na capa da revista *IstoÉ* em julho de 2015 com reportagem interna trazendo para primeiro plano sua imagem, deixando Dilma Rousseff quase completamente suplantada: cabia ao vice “pacificar o Brasil” (ISTOÉ, 2015). No decorrer do ano essa construção se solidifica e culmina em outubro, quando o PMDB lança o documento “Uma ponte para o futuro”⁴⁶ enquadrado não como uma “ruptura com o governo” mas com o seu “atual modelo econômico” - o qual havia sido eleito um ano antes⁴⁷.

Renata Vasconcelos: O PMDB divulgou hoje um documento batizado de Uma Ponte para o Futuro, em que defende caminhos diferentes dos adotados pelo governo pra tirar o país da crise. Mas o partido diz que não é um rompimento. (JORNAL NACIONAL, 29 de outubro de 2015)

Figura 17 – Capa da Revista IstoÉ – Edição de 29 de Julho de 2015

⁴⁶ O documento “Uma ponte para o futuro” foi gravado no site do PMDB com o título “relese_temer.pdf”, ainda que sem a assinatura do atual vice-presidente foi defendido por ele em viagens por todo o país (FAERMANN, 2016).

⁴⁷ Em discurso para empresários nos Estados Unidos logo após o impeachment, Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou “ponte para o futuro”. Rio de Janeiro: The Intercept Brasil, 22 de setembro de 2016. Disponível em: < <https://theintercept.com/> >.



Fonte: Site IstoÉ

Figura 18 – Matéria “O papel de Temer”- Edição de 29 de Julho de 2015 da Revista IstoÉ



Fonte: Site IstoÉ

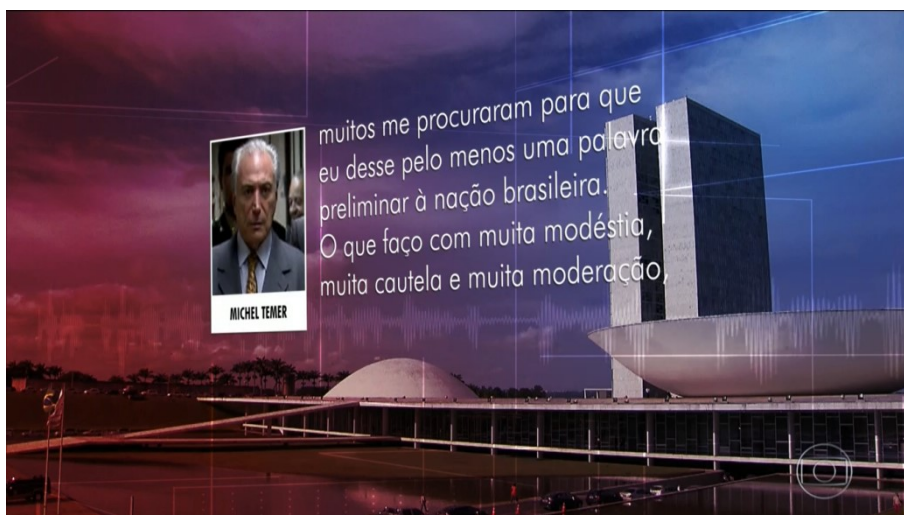
Assim, a construção de uma imagem pública de Temer apartada de Dilma vai se configurando muito antes da própria votação do processo, e no espaço do Jornal Nacional a “solução Temer” tem como outro momento chave a ocasião em

que o discurso de posse de Temer, que mesmo supostamente vazado é transmitido na íntegra no telejornal, com áudio límpido e transcrito na tela (ver figura abaixo). O tom do âncora William Bonner tira a seriedade do contexto, e fala sorrindo sobre a “gafe” cometida por Temer:

William Bonner - Uma gafe do vice-presidente Michel Temer movimentou Brasília hoje. Por descuido, ele enviou por WhatsApp a um grupo de Deputados o áudio, a gravação, do discurso que ele tava preparando para o caso de um impeachment da presidente Dilma ser autorizado pelo plenário da câmara.

Giovanna Teles em off: O áudio foi divulgado pelo site do Jornal Valor Econômico. É de um discurso de 14 minutos que Michel Temer estava preparando para fazer caso o plenário da câmara aprove o pedido de impeachment. Nele, Temer fala como se a votação já tivesse acontecido (JORNAL NACIONAL, 11 de Abril de 2016)

Figura 19 – Frame de trecho do discurso de Temer (11/04/16)



Fonte: Globoplay

Giovanna Teles em off: Temer disse ainda que para sair da crise o Brasil precisará de diálogo e da união nacional; que isso dependerá da colaboração de todos os partidos; e negou que as políticas sociais possam acabar. (JORNAL NACIONAL, 11 de Abril de 2016)

Romero Jucá (PMDB/PR) - Há um processo de impeachment em andamento. Portanto, independente de tornar público ou não, o fato é que o que está dito ali é uma demonstração de equilíbrio, de tranquilidade e de preparo político. Portanto, é uma demonstração de preocupação com o Brasil. Isso não pode ser encarado de forma negativa” (JORNAL NACIONAL, 11 de abril de 2016)

Pouco mais de um mês depois, na posse (a rigor, interina) de Michel Temer esse ciclo se completa e o até então vice é constituído como representante legítimo da nação. Na ocasião, o uso da bandeira do Brasil demarca as imagens de fundo para falar do “novo governo”, Dilma sai de cena em um frame com movimento de milissegundos que empurra sua figura do primeiro plano pra o fundo, indo para segundo plano, e em seguida trazendo Michel Temer para frente em destaque:

Figuras 20 e 21 – Dilma sai de cena na bancada do Jornal Nacional (12/05/2016)



Fonte: Globoplay

William Bonner: O presidente em exercício Michel Temer, do PMDB, defendeu hoje um governo de salvação nacional para combater a crise econômica, no primeiro pronunciamento dele ao país. Temer também pediu confiança nos valores do povo brasileiro, na democracia e nas instituições. Temer tomou posse no final da manhã. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Reporter Delis Ortiz: No primeiro discurso como presidente, Michel Temer pontuou os desafios que tem pela frente. Disse que é urgente pacificar e unir o Brasil; que pretende ser um governo de salvação nacional, que pretende tirar o país da grave crise econômica, mas já deixando claro que ninguém, individualmente, tem a fórmula. Temer disse que o primeiro passo é o diálogo e o caminho é de austeridade. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Romero Jucá (PMDB- RR): Há um ano atrás eu comparei esse governo ao Titanic. Durante esse ano, o povo brasileiro, o PMDB e vários partidos viram que não era preciso esperar que o Titanic batesse no iceberg e morressem milhares de pessoas, que era possível mudar a rota do navio, e para mudar a rota do navio, senhoras e senhores, era preciso trocar o comandante. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

As palavras de Deli Ortiz já enquadram os anos anteriores como uma aberração, era necessário unir e pacificar o Brasil que haveria se rompido com o comando do Partido dos Trabalhadores, recuperando assim a simbologia de uma identidade nacional cordial e unida. A esta tarefa se nomeava um novo porta voz do discurso universal da nação: Michel Temer, um novo comandante.

Por fim, o enquadramento recupera o discurso liberal da austeridade, dando posse ao programa neoliberal agressivo que havia perdido nas urnas. Segundo Feres Jr & Sassara (2016), dali em diante o comportamento da cobertura da mídia hegemônica vai sofrer uma mudança. Segundo os autores, é perceptível a diferença de cobertura dos primeiros meses do governo Dilma e Temer, quando com relação a primeira o discurso jornalístico se estabeleceu em uma postura de “cão de guarda”, e com o segundo de “lua de mel”. Os autores argumentam como a partir do início do exercício de Michel Temer o noticiário político sofre uma mudança drástica: não só adquire um tom avaliativo menos negativo e mais positivo, como também a cobertura fica menos frequente, diminuindo bastante a quantidade de matérias, mesmo com acontecimentos que pudessem gerar um volume maior na cobertura política (como a própria Operação Lava Jato, as ocupações das escolas e universidades, as reformas etc).

7.3 O *TITANIC*: O DIAGNÓSTICO DA CRISE

Nesta seção abordaremos uma categoria fundamental articulada na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff: a crise. Naquele contexto, a referência à “crise” permeou a abertura das matérias, escaladas, trechos escolhidos de fala de políticos, denotando, numa chave avaliativa negativa, estarmos diante de um momento crítico. A crise foi este significante trazido como um grande desastre que se anuncia e para evitá-lo há um caminho, uma receita a seguir: o impeachment de Dilma (a saída do PT do governo) e um novo governo de “salvação nacional” sob liderança de Michel Temer. No telejornal, o uso de metáforas como a economia está “descendo a ladeira”, “esse governo é um Titanic”, entre outras, contribuem na construção de um enquadramento de que haveria um grande desastre em curso, no qual a solução que se aponta é a destituição da presidenta, atribuída como principal responsável pela crise.

Na data em que Eduardo Cunha recebe o pedido que deu origem ao impeachment de Dilma Rousseff a presença da crise é anunciada a partir de dispositivos de enquadramento como frases de efeito que remetem a um momento crítico naquela data: *aquele* pedido de impeachment “caiu como uma bomba” no palácio. No dia seguinte, 03 de Dezembro de 2015, ao cobrir a abertura do processo de impeachment e após anunciar o ritual e a dinâmica em torno dele, a cobertura salientava que no meio de um **crise política com a economia encolhendo**, o “mercado agiu como se fosse dia de festa”⁴⁸.

Repórter Cezar Menezes: O mercado financeiro reagiu ao pedido pra abrir o processo de impeachment. Sindicalistas e empresários temem os efeitos sobre a economia. No meio de uma crise política e com a economia brasileira encolhendo, o mercado teve um dia de ganhos. A Bolsa subiu mais de 3% e o dólar caiu 2,26%. Está valendo agora R\$ 3,75. Ações de estatais, como a Petrobras, estiveram entre as maiores altas. As duas telas que aparecem no vídeo mostram bem o que aconteceu, ao longo desta quarta-feira. A primeira é a do dólar. Ele caiu um pouco no início do dia, variou bastante e terminou com uma queda bastante forte. A bolsa reagiu ao contrário. Deu um salto logo no início do pregão, variou também e terminou num patamar mais alto. Tudo isso começou a acontecer por causa das notícias da política brasileira, na noite de hoje.

André Perfeito (Gradual Investimento): Hoje o mercado tá vivendo um momento de euforia. Isso daí é pra resolver, ou pelo menos o

⁴⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/mercado-reage-decisao-de-cunha-sobre-impeachment.html>

mercado entende que vai finalmente resolver, uma questão política, que estava travando a economia de forma bastante séria. (JORNAL NACIONAL, 3 de Dezembro de 2015)

Naquele contexto, o Jornal Nacional enquadrava o início do rito de impeachment a partir de alguns destaques: estávamos em um momento de “crise política” e com a “economia encolhendo”, e a possibilidade do impeachment de Dilma Rousseff apontava para uma melhora dessa situação. Não apenas nesta edição, mas nas demais, é recorrente um alinhamento da agenda política e agenda do mercado, característico das soluções neoliberais. Um dos recursos a partir do qual se desenvolve este enquadramento é a presença de atores detentores de um capital simbólico que transfeririam credibilidade e daria objetividade à posição enunciativa do discurso jornalístico.

Como dito anteriormente, enquadrar envolve selecionar e salientar determinados aspectos da realidade, sendo capaz de definir o problema, causas e consequências, bem como os responsáveis (ENTMAN, 1993). Neste ponto, observamos que na cobertura o uso de dispositivos de enquadramento foi na direção de construir uma teia causal na qual responsabilização pela crise estaria relacionada à direção do governo de Dilma Rousseff. Em diversas edições, após enquadrar as etapas de destituição da presidenta, o Jornal Nacional recuperou índices sócio-econômicos como inflação e desemprego, trazendo a crise como consequência da atuação do governo de Dilma Rousseff e do PT, a exemplo da escalada do dia 12 de abril de 2016. Nela, primeiro é trazido o avanço da Operação Lava Jato, para, então, enquadrar a “derrota” política de Dilma Rousseff e fechar a escalada com o destaque à crise:

Renata Vasconcelos e William Bonner: Boa noite

Renata Vasconcelos: A operação lava-jato chega à 28ª fase

William Bonner: Em Brasília, agentes federais prendem o ex-senador do PTB Gim Argello

Renata Vasconcelos: Ele é suspeito de cobrar propina para livrar empreiteiro de depor em CPIs da corrupção na Petrobrás

William Bonner: Depois da derrota na comissão especial a presidente Dilma Rousseff diz que o relatório de Jovair Arantes é uma fraude histórica

Renata Vasconcelos - E sem citar nomes (ênfase tom da voz) acusa o vice-presidente Michel Temer e o deputado Eduardo Cunha de traição e conspiração

William Bonner: Os opositores rebatem.

Renata Vasconcelos: Dizem que as afirmações da presidente mostram desespero e falta de serenidade

William Bonner: O governo caça votos no plenário da Câmara contra o impeachment

Renata Vasconcelos: Uma juíza suspende a nomeação do Ministro da Justiça Eugênio Aragão

William Bonner: O Fundo Monetário Internacional diz que a recessão do Brasil deve ser ainda pior do que a prevista

Renata Vasconcelos: E a crise provoca um recorde. 60 milhões de brasileiros estão com dívidas atrasadas

William Bonner - O Jornal Nacional está começando (JORNAL NACIONAL, 12 de abril de 2016)

Assim, se não bastasse a referência à corrupção como justificativa, ou as derrotas na articulação política sofridas pelo governo de Dilma Rousseff, a crise prontamente se apresentava como justificativa para o impeachment, pois assim que Dilma Rousseff fosse destituída a economia voltaria a crescer. Um momento característico do uso de dispositivos de enquadramento citado acima se deu na edição de 12 de maio de 2016, data da saída de Dilma Rousseff e entrada do governo interino do Michel Temer. A escalada do JN enquadra a destituição de Dilma, que sai de cena e a solução para a crise ganha rosto, agenda e equipe. Na voz de William Bonner se compõe o governo de Michel Temer: “um governo de salvação nacional contra a crise econômica”.

Renata Vasconcelos - 12 de maio de 2016

William Bonner - 6 e 33 em Brasília

Renata Vasconcelos - Os votos de 55 senadores aprovam a abertura de processo de impeachment

William Bonner – E o afastamento de Dilma Rousseff por até seis meses

Renata vasconcelos - Ela se aproxima de simpatizantes ao deixar o palácio do planalto

William Bonner - Repete no discurso que é vítima de um golpe

Renata Vasconcelos - E diz que vai lutar até o fim

William Bonner - Michel Temer se torna presidente em exercício do Brasil

Renata Vasconcelos - Dá posse aos novos ministros

William Bonner - E no primeiro pronunciamento oficial fala em confiança

Renata Vasconcelos - Em manter e aprimorar os programas sociais

William Bonner – Em reequilibrar as contas públicas

Renata Vasconcelos - Em combater o desemprego

William Bonner - Disse que vai promover reformas fundamentais sem mexer nos direitos adquiridos

Renata Vasconcelos - Defende a operação lava jato

William Bonner - E um governo de salvação nacional contra a crise econômica.

[Video do pronunciamento de Michel Temer] - “o diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento”

Renata Vasconcelos - Nossos repórteres mostram os bastidores da sessão histórica que durou mais de 20 horas no Senado

William Bonner - As trajetórias políticas de Dilma e de Temer

Renata Vasconcelos - E os próximos passos do julgamento do impeachment no Senado sob o comando do Presidente do Supremo Tribunal Federal

William Bonner - Boa noite.

Renata Vasconcelos - Boa noite. O Jornal Nacional está começando.

(JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

A ordem na qual se organiza a escalada, além de enquadrar a saída de Dilma Rousseff e o protagonismo de Michel Temer, anunciava uma edição focada nesta transição, na responsabilização de Dilma e na mudança de projeto que tomava corpo com o impeachment. Naquela data, o Jornal Nacional dedicava 7 minutos inteiros à exibição de uma matéria que chama atenção pelo perfil bastante editorial, no qual condensa a responsabilização da crise às escolhas do governo Dilma Rousseff, em especial ao seu projeto macroeconômico, enquadrado como gastador.

Naquela matéria, o Jornal Nacional traz à tona sua posição na disputa política a partir de uma voz em primeira pessoa, enquadrada de forma a manter a aparência de universalidade a partir do recurso da prática jornalística entendida como objetiva.

Renata Vasconcelos: Na saúde de qualquer empresa os erros e os acertos dos administradores aparecem em números e isso vale também para os países quando se olha índices de inflação, de emprego, de crescimento. O repórter Roberto Kovalick e o comentarista de economia Carlos Alberto Sardenberg mostram agora o que dizem os números sobre a economia brasileira. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

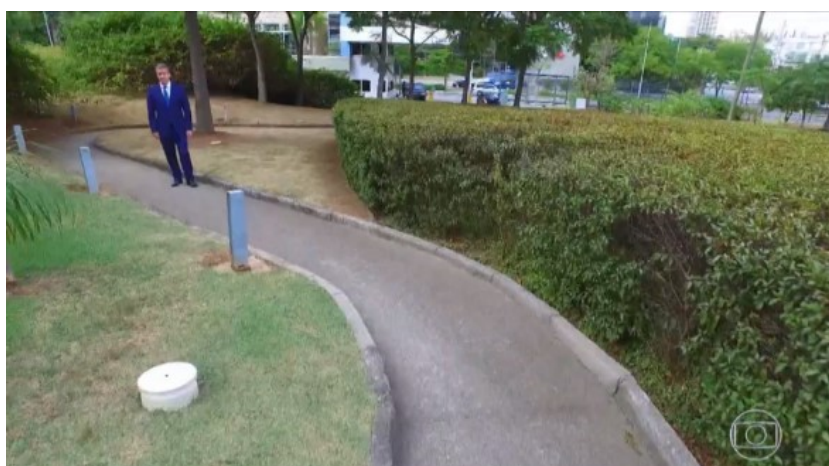
Figura 22 – O que dizem os números 12/05/16



Fonte: Globoplay

A abertura da matéria com Renata Vasconcelos e William Bonner posicionados na bancada, atrás de si imagem de gráficos, organiza o enquadramento: “o que dizem os números sobre a economia”, anunciando que o Jornal Nacional faria uma leitura do mundo “tal qual ele é”, um pretenso afastamento que credibilizaria o telejornal como um enunciador objetivo e neutro. Como anuncia a ideia organizadora na abertura da matéria, Roberto Kovalick e Carlos Sardenberg enquadram a crise econômica de forma a responsabilizar a má administração de Dilma Rousseff e o “Estado gastador” pela crise. A reportagem mostra Roberto Kovalick descendo uma “ladeira” ao mesmo tempo em que narrava as decisões econômicas dos últimos anos.

Figuras 23, 24 e 25 – O Brasil desce a ladeira 12/05/16



Fonte: Globoplay

Repórter Roberto Kovalick: Em vez de seguir um caminho plano, sem solavancos, que levava para um crescimento sustentado [Kovalick em uma bifurcação aponta para caminho plano com mapa do Brasil em verde], a economia brasileira pegou outro rumo e começou a descer a ladeira [repórter escolhe caminho íngreme e caminha ladeira abaixo]. O comentarista de economia Carlos Alberto Sardenberg vai nos ajudar a entender esse desvio de rota. Sardenberg, mostre por favor em números, como foi essa mudança

Carlos Alberto Sardenberg: Bom Kovalick, A história começa quando o governo resolve acelerar seus gastos. Gastos no quê? Pessoal, salário, previdência, aposentadoria, programas sociais, obras todo o funcionamento da máquina; enfim, tudo que faz o governo funcionar. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

O discurso que se segue na matéria enquadra, de um lado, o “Estado inchado” - destacando a responsabilidade em frases como “Dilma decidiu gastar mais” - do outro, a “saúde econômica” do país. Ali, a noção de saúde econômica dava feições universais a um projeto particular neoliberal, de defesa de um estado mínimo que transfere para as despesas sociais públicas o peso da crise, sem problematizar a dinâmica própria do padrão econômico dependente – enquadramento que já esteve presente no discurso de falência do Estado desenvolvimentista no contexto de ascensão da solução neoliberal nos anos 1990 (OLIVEIRA, 1999).

A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. (OLIVEIRA, 1999, p.68)

Ainda, a comparação da administração do país a uma empresa, mostrada acima na abertura da matéria pela voz de Renata Vasconcelos, é bem reveladora da relação deste enquadramento com a racionalidade neoliberal, a qual considera a boa governança do Estado constitucional não a partir deste como universal representativo da sociedade, mas a partir de parâmetros da lógica corporativa. A generalização da lógica de mercado para toda a dinâmica social é uma marca do neoliberalismo, a qual Michel Foucault destacava quando denunciava como a racionalidade liberal clássica penetra a dinâmica social como um todo, o que do ponto de vista do Estado engendra uma crítica permanente, na qual o princípio de governo seria constantemente submetido ao crivo do tribunal econômico (FOUCAULT, 2008; ANDRADE, 2019).

Como a visão utópica de uma sociedade baseada no mercado autorregulável é inatingível, o neoliberalismo constitui-se como zona de audaciosa experimentação e de fracasso, impondo sempre uma

rerregulação envergonhada por parte do Estado. O neoliberalismo não consegue existir de maneira pura nem pode desfazer completamente as formações sociais e institucionais que lhe precedem, precisando parasitá-las para sobreviver. Dadas a incompletude necessária de seu processo e sua natureza híbrida, o neoliberalismo pode sempre voltar a colocar a culpa no Estado e nas formações heterogêneas. E assim, como teoria da crise, pode se oferecer novamente como remédio para os males que ele próprio desencadeia, o que lhe permite seguir errando. (ANDRADE, 2019, p.121)

Ainda, como argumenta Andrade (2019), há uma relação endógena entre o modelo neoliberal e as crises econômicas e políticas na democracia contemporânea, que é silenciado na construção da solução apresentada no Jornal Nacional. O regime incoerente de acumulação do neoliberalismo ele mesmo gera crises econômicas sucessivas (OLIVEIRA, 1999; DARDOT; LAVAL, 2016), e ainda tem como singularidade possuir um modo de regulamentação que é capaz de instrumentalizar as crises a seu favor, sejam elas econômicas ou de representatividade política, convertendo, assim, a instabilidade em estado crônico.

Um exemplo do uso do enquadramento da crise para radicalização do neoliberalismo se deu no contexto do golpe. A solução das reformas defendidas pelo discurso do FMI no Jornal Nacional de 12 de Abril de 2016, um mês depois ganharia voz através de Michel Temer em sua posse: “fazer as reformas que o Brasil precisa”.

Luís Fernando Silva Pinto em off: A economista Oya Celasun, do FMI, disse que é difícil separar as causas econômicas das causas políticas que afetam a economia do Brasil. Mas ela diz que, quando a situação política se acalmar, vai haver espaço para a implementação de reformas capazes de estimular o crescimento. (JORNAL NACIONAL, 12 de Abril de 2016)

Após a posse de Temer, o enquadramento sugere que a noção de crise sairia de cena, passando a dar espaço à noção de reforma.

Michel Temer: Temos pouco tempo, mas se nos esforçarmos é o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa. Não vamos falar em crise: vamos trabalhar. O nosso lema – que não é um lema de hoje - nosso lema é ordem e progresso. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Naquele discurso, o presidente interino convoca o universal (“temos”; “o Brasil”) para aprovação das reformas do estado, na direção da radicalização

neoliberal. Ainda, ali Michel Temer delimita o que pode e não pode ser dito dali em diante, orientando um silenciamento acerca da crise, convocando ao imaginário neoliberal do empreendedor de si mesmo como única saída, ideal normativo que em última instância direciona os indivíduos ainda mais à precariedade (DARDOT; LAVAL, 2016). Se pouco antes o índice de desemprego era enquadrado de forma a denunciar o fracasso do governo de Dilma Rousseff, Michel Temer re-enquadra a questão e coloca na mão do indivíduo o peso da crise em um imperativo: trabalhe.

Se a queda nos índices de popularidade de Dilma Rousseff compôs a base de justificativa para o caminho de sua destituição do cargo, a crise de popularidade enfrentada por Michel Temer motivou ainda mais o aprofundamento do receituário neoliberal: “Estou aproveitando essa suposta baixa popularidade para tomar medidas impopulares, que, caso contrário, não tomaríamos”⁴⁹. Neste contexto, a crise de popularidade aparece como favorável para radicalização do neoliberalismo, sempre em nome de respostas emergenciais à crise econômica (ANDRADE, 2019). Naquele contexto, mesmo com o apoio do Congresso Nacional e agentes do mercado financeiro para a sua agenda das reformas, o fracasso do receituário neoliberal de Temer foi nítido, e a autocrítica inexistente: “os liberais se eximem de culpa e a única solução que enxergam para a crise é a radicalização de seu programa quanto a seu receituário macroeconômico” (LIMONGI, 2018).

Nesse contexto, cobertura negativa que lidou o governo de Dilma Rousseff após a eleição, quando o discurso jornalístico assumiu uma postura de “cão de guarda”, não se replicou após o início do governo de Michel Temer (SASSARA, VIEIRA, BARBARELLA, FERES JUNIOR, 2017). Mesmo com baixa popularidade e continuidade da crise econômica, a cobertura do governo interino assume uma postura que os autores chamaram de “lua de mel”. Naquele contexto, o discurso jornalístico assumiu um tom avaliativo mais positivo e menos freqüente, diminuindo bastante a quantidade de matérias sobre o governo Temer. Ao comparar o enquadramento jornalístico na re-eleição de Dilma e FHC, Sassara (2014) aponta como o discurso da crise é trazido em ambos os momentos: segundo os autores, se em 1998 na re-eleição de FHC à exceção da inflação os índices econômicos

⁴⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-diz-que-baixa-popularidade-abala-mas-que-sera-reconhecido-la-na-frente.ghtml>

eram um tanto piores que os do governo Dilma, não foram enquadrados como uma grande crise econômica à época. Dito isto, é importante destacar que a “crise” enquanto discurso jamais é um “em si”, mas um construto histórico, e a depender do projeto que está em foco os critérios de noticiabilidade se apresentam de forma distinta.

7.4 “AS INSTITUIÇÕES ESTÃO FUNCIONANDO”: A RUPTURA QUE NÃO QUIS PARECER RUPTURA

Uma das forças das ideologias, sobretudo de tipo racional — como o direito racional —, decorre da eficácia simbólica da coerência. Essa coerência pode ser de tipo racional ou pseudorracional — como os produtos da ação histórica de agentes racionais de racionalização tais como o direito. Lembrar que os sistemas simbólicos não são simplesmente formas cognitivas mas também estruturas coerentes é dar-se o meio de compreender um dos aspectos mais ocultos, mais difíceis de captar da eficácia simbólica, notadamente da ordem simbólica do Estado: o efeito de coerência, de quase-sistematicidade, de falsa-sistematicidade. (BOURDIEU, 2014, p.233)

Como dito na seção anterior, a construção de uma representação da crise restrita ao governo do Partido dos Trabalhadores contribui para que o próprio processo de impeachment pudesse ser enquadrado não como um escândalo, ou gerador de ruptura, mas como um “retorno à normalidade”, um sinal de que “as instituições estão funcionando” e o Brasil vivendo “num regime de normalidade democrática”⁵⁰. Neste tópico procurarei tratar deste pacote interpretativo e de como a defesa de um aspecto “técnico” e “neutro” foi se estabelecendo como dispositivo de justificativa no qual o capital simbólico do campo jurídico foi fundamental para essa ruptura que não quis parecer ser ruptura, e tomou a forma de normalidade, contando com a eficácia simbólica da coerência do Estado (BOURDIEU, 2014).

⁵⁰ Estas palavras recuperam o discurso do vice- presidente Michel Temer em 09 de dezembro de 2015, em sua primeira declaração após instauração do processo de impeachment ao comentar a derrota governista na formação da comissão de impeachment: “revela exatamente que nós vivemos num regime de uma normalidade democrática extraordinária. As instituições estão funcionando, devemos preservar aquilo que as instituições estão fazendo. E revelar com isso a democracia plena do País”.

De todo modo, contudo, assalto ao poder comporta surpresa e traição. Pode ocorrer em qualquer regime – monárquico, oligárquico, submetido a ditaduras civis ou militares –, mas golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teleológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas. Distinguem-se dos protocolados golpes militares por não amputarem as prerrogativas funcionais das instituições. (SANTOS, 2017, p.13)

Em sua análise do golpe de 2016, Wanderley Guilherme dos Santos destaca como qualquer análise que reflita a democracia contemporânea como se ela fosse inocente das violações a que tem sido submetida se faz insuficiente, na medida em que os caminhos nos quais haveria se dado o esvaziamento da vontade eleitoral se estabeleceram dentro da aparente institucionalidade da própria democracia representativa. Nesse sentido, este tópico parte da premissa que o próprio campo jornalístico não foge à estrutura hierarquizada na qual se estrutura essa ordem social democrática, e que nesse sentido foi um ator que dentro desta dinâmica, agindo na direção de enquadrar o impeachment de Dilma Rousseff como legítimo.

Em 2 de dezembro de 2015, data em que Eduardo Cunha aceitou o pedido de impeachment da presidenta Dilma, nos primeiros minutos do Jornal Nacional aparece um dos dispositivos que compõem este enquadramento: o pedido de impeachment de Dilma teria uma justificativa legal, a presidenta haveria cometido um crime de responsabilidade⁵¹. Antes mesmo da sonora do deputado, o repórter Julio Mosquera já enquadrava: o pedido de impeachment poderia ser tratado como distanciado “de Eduardo Cunha”, mas apresentado a partir do capital simbólico encarnado naqueles atores que “assinaram o pedido”, tanto do campo jurídico e do próprio campo político. A partir do enquadramento da sonora do deputado que aparece no Jornal Nacional, o aceite do pedido é trazido como pertencendo a uma

⁵¹ A este respeito, em 2022, o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, afirmou que não há dúvidas que a ex-presidente Dilma Rousseff não foi afastada por crimes de responsabilidade, nem por corrupção, mas por perda de sustentação política. Ainda em 2022 o Ministério Público Federal (MPF) arquivou o inquérito civil que investigava supostas irregularidades nas operações de crédito entre o Tesouro e o Banco do Brasil que teriam sido cometidas em 2015, as chamadas pedaladas fiscais.

dinâmica racional (em oposição à afetiva), não havia felicidade, sua decisão teria uma “natureza técnica” - em oposição a uma suposta “natureza política”.

Renata Vasconcelos: Uma decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mexeu com o cenário político do país. No início da noite, ele anunciou que aceitou o pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Por isso começamos essa edição do Jornal Nacional conversando diretamente até Brasília para conversar com o repórter Júlio Mosquéra. Boa noite, Júlio, quais foram os argumentos do presidente da Câmara para aceitar o pedido?

Júlio Mosqueira (link ao vivo - Brasília). Boa noite, Renata, Boa noite Heraldo, boa noite a todos que nos assistem. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que autorizou a abertura do processo porque concordou com os argumentos de que é preciso iniciar uma investigação sobre irregularidades sobre seis decretos publicados pelo governo neste ano de 2015 que aumentaram despesas sem autorização do governo. São decretos de liberação de recursos para várias áreas do governo. Cunha informou que os decretos somam R\$ 2,5 bilhões. Para o presidente da Câmara, a edição dos decretos não numerados desrespeita a lei orçamentária e configura crime de responsabilidade. Ele sustenta que, mesmo com a aprovação do projeto de revisão da meta fiscal hoje pelo plenário do Congresso, nada muda. A realidade não muda, porque segundo disse na decisão, o Executivo administrou o orçamento de 2015 como se houvesse superávit, enquanto há uma estimativa de déficit de R\$ 100 bilhões. Eduardo Cunha aceitou o pedido assinado pelos juristas Helio Bicudo, ex-deputado do PT, e Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça do governo de Fernando Henrique Cardoso, e pela advogada Janaína Paschoal. O pedido teve o apoio formal dos partidos de oposição: Democratas, PSDB e PPS. Cunha disse que a decisão dele foi exclusivamente de natureza técnica.

Deputado Eduardo Cunha: A mim, não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato. E não o faço por nenhuma motivação de natureza política. Eu, como disse aqui anteriormente, refutei, rejeitei todos e o rejeitaria se estivesse em descumprimento da lei. Mas, infelizmente, por mais que eu tentasse buscar qualquer caminho de interpretação e por todos os pareceres que chegaram até a mim pela consultoria legislativa, pela assessoria jurídica e por terceiros, as quais eu consultei, não consegui encontrar um que conseguisse me desmontar a tese a qual está sendo aceita hoje. (JORNAL NACIONAL, 02 de Dezembro de 2015)

Se naquele momento inicial a figura de Eduardo Cunha enquanto incorporado do poder da sua posição no campo político é vocalizadora deste pacote interpretativo, pouco tempo depois com a perda do capital político do deputado ele iria para segundo plano. Em 05 de maio de 2016, após poucas semanas de presidir a sessão em que foi aberto o processo de impeachment,

Eduardo Cunha é afastado da presidência da Câmara e perde seu mandato parlamentar após decisão do Supremo Tribunal Federal. O tribunal havia recebido a denúncia do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot em meados de 2015, meses antes do aceite do pedido de impeachment e do julgamento de Dilma Rousseff, mas só decidiu pelo afastamento mais de oito meses depois, o que para alguns autores aponta para o componente jurídico do golpe (CHALOUN & LIMA, 2018). Dito isto, no espaço do Jornal Nacional apesar do pacote da “natureza técnica” do impeachment ser trazido na sonora de Eduardo Cunha como justificador do impeachment, à dissolução do capital político do deputado vai se convertendo em uma linguagem do todo, de forma a aquilo que poderia aparecer como ruptura, ser enquadrado como regular, habitual.

Nesse contexto, a “natureza técnica”, a “neutralidade” ou “rigor” vai sendo trazido à tona a partir de outras sonoras no discurso do Jornal Nacional, que ancorado na sua posição e no poder simbólico que dispõe reafirma a legitimidade do processo de impeachment. Na edição do Jornal Nacional de 12 de abril de 2016 – dia seguinte à comissão especial aprovar o parecer favorável à denúncia por crime de responsabilidade – o telejornal constrói a maior matéria da edição a partir do enquadramento do destempero de Dilma Rousseff diante do processo institucional, o que foi retomado em outros momentos, em especial quando as matérias utilizam o dispositivo de exibir uma síntese em linha temporal do impeachment.

Senador Romero Jucá (Presidente em exercício do PMDB): Eu lamento que a presidenta Dilma esteja perdendo a serenidade e esteja tentando culpar outras pessoas pelo desacerto do seu próprio governo. Se a presidenta Dilma quer procurar pessoas que atrapalharam o governo deve olhar pra dentro do governo. O governo está pagando pelos erros que cometeu. Não é o presidente Michel Temer, não é nenhum membro do Congresso que está fazendo alguma ação deliberada. Eu diria que é um tipo de apelação e perda de equilíbrio. Primeiro os autores do pedido de impeachment são juristas renomados no Brasil. Depois, o Eduardo Cunha, como presidente da Câmara, deu apenas prosseguimento ao fato. O processo foi definido pelo Supremo Tribunal Federal no seu trâmite. Portanto, há o aval do Supremo nesse procedimento de impeachment que nós estamos apreciando. E os erros do governo, os crimes do governo é que levaram ao processo de impeachment. (JORNAL NACIONAL, 12 de Abril de 2016)

Julio Mosquera em Off: O presidente da Câmara, disse que está seguindo à risca o rito do impeachment: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ , Presidente da Câmara): “Eu só posso dizer o seguinte. Se alguma conspiração existe, ela só pode ser do povo, não será nunca da nossa parte. Nós somos comprometidos, única e exclusivamente, com o respeito à Constituição, à lei e ao regimento da Casa. . (JORNAL NACIONAL, 12 de Abril de 2016)

Marcos Losekann voz em off: No dia 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anunciou a abertura do processo de impeachment. Imagem de arquivo: A denúncia vai seguir seu curso normal, com amplo processo de defesa, do contraditório que deverá ser colocado.

Marcos Losekann voz em off: A presidente Dilma reagiu com indignação.

Dilma: São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. (JORNAL NACIONAL, 18 de Abril de 2016)

Em diversos momentos a construção busca particularizar a figura de Dilma Rousseff, limitando-a à esfera do desequilíbrio emocional a partir da divisão razão/emoções: de um lado ela aparece quase como uma conspiradora desequilibrada, descontrolada, indignada; do outro o ritual legítimo, a racionalidade legal do Estado. Como dito anteriormente, os pacotes se apoiam em princípios ou apelos morais característicos e seguem certos preceitos gerais, e nesse sentido o princípio fundamental articulado neste enquadramento parece ser o da oposição moderna entre corpo/espírito, razão/emoção, público/privado, etc; parte da própria conformação histórica do Estado moderno, princípios de divisão que legitimam as diferentes formas que assume a dominação das classes privilegiadas.

Deputado Rogério Rosso (PSD-DF) - estamos aqui trabalhando para responder anseios da população mas priorizar o mais absoluto rigor da constituição; dos dispositivos do Supremo Tribunal Federal; da Lei 1079; do regimento interno da Câmara dos Deputados. Se existe uma mensagem que eu gostaria que essa comissão deixasse como legado é que em meio a uma intolerância crescente nós agimos com compreensão e respeito. (JORNAL NACIONAL, 11 de Abril de 2016)

Júlio Mosquera em off: Jovair Arantes disse que a presidente mostra desespero Jovair Arantes (relator): Absoluto desespero, porque o nosso relatório é consistente do ponto jurídico, do ponto de vista técnico e do ponto de vista político. Ele não deixou de considerar nenhuma dessas vertentes e obedecendo fielmente o que determina a Constituição, o rito do STF e o nosso regimento

interno. São os parâmetros que nós usamos para fazer um relatório absolutamente consistente e que deixou o governo realmente apavorado. (JORNAL NACIONAL, 12 de Abril de 2016)

Como destacado em outros momentos do trabalho, este enquadramento ao passo que intenta retirar capital político de Dilma Rousseff, também é articulado na direção de instituir Michel Temer deste mesmo capital, em diversos momentos opondo uma figura a outra mesmo que eles fizessem parte do mesmo governo. A sonora de Romero Jucá exposta abaixo é ilustrativa deste enquadramento recorrente naquela época, quando, mesmo com todas as dificuldades dessa operação simbólica, a figura de Michel Temer é trazida como de fora do governo que estava sendo destituído, e que ele mesmo fazia parte.

Romero Jucá: Se a presidenta Dilma quer procurar pessoas que atrapalharam o governo deve olhar pra dentro do governo. O governo está pagando pelos erros que cometeu. Não é o presidente Michel Temer, não é nenhum membro do Congresso que está fazendo alguma ação deliberada. Eu diria que é um tipo de apelação e perda de equilíbrio.” (JORNAL NACIONAL, 12 de Abril de 2016)

Naquele contexto, Michel Temer foi enquadrado como cuidadoso e racional, ao lado dos signos da institucionalidade do Estado. Ainda em Dezembro a figura de Temer e Dilma Rousseff eram representadas como apartadas, mesmo em um dia onde compartilharam a agenda institucional da presidência. Na abertura da matéria chamada por Renata Vasconcellos da bancada, um dispositivo de enquadramento importante é lançado mão, antes do início propriamente da matéria com a entrada das imagens o jornalista Julio Mosquera fala direto com a câmera (com a audiência), enfatizando a leitura sugerida.

Repórter Julio Mosquera: Michel Temer mantém o script escrito por ele e pelos aliados. Procura se manter o mais discreto possível para não se expor desnecessariamente nesse delicado momento político. Hoje, ele quebrou o silêncio que ele mesmo se impôs há uma semana, mas apenas para fazer um discurso, um pronunciamento formal, não quis nem responder a perguntas. Michel Temer foi muuuito *[ênfase do repórter na fala]* cuidadoso, escolheu as palavras ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o processo de impeachment na Câmara.

Júlio Mosquera em off: Michel Temer, que até agora não tinha falado publicamente sobre o impeachment, aproveitou a oportunidade para dizer que não há ilegalidade no processo.

Michel Temer: A Câmara dos Deputados ontem tomou uma deliberação no exercício legítimo da sua competência e posteriormente em face de medida judicial, o Supremo suspendeu temporariamente essa medida e preliminarmente para o exame posterior pelo plenário. Isso revela exatamente que vivemos em um regime de uma normalidade democrática extraordinária, as instituições estão funcionando, nós devemos preservar aquilo que as instituições estão fazendo e revelar, com isso, a democracia plena do país. (JORNAL NACIONAL, 09 de Dezembro de 2015)

Assim, a figura de Michel Temer emerge como fundamental para essa ruptura que não quer parecer ruptura, o que só se torna possível a partir do descolamento simbólico do vice-presidente e de Dilma Rousseff, como o oposto legítimo, racional e equilibrado à presidenta. O recurso à falta de sobriedade, discrição, equilíbrio é em outros momentos articulado não só a Dilma Rousseff, mas especialmente ao próprio exercício da política em seu sentido estrito, desqualificada na direção de produzir um efeito de coerência para outros atores, em especial o próprio jornalismo e o judiciário.

No contexto do impeachment de Dilma Rousseff, ao passo de uma desqualificação da política e dos políticos em seu sentido estrito, uma natureza “rigorosa e técnica” foi trazida a partir em especial da figura do Supremo Tribunal Federal e demais atores do campo jurídico, e claro do próprio Jornal Nacional. Nesse sentido, em diversos momentos parece se repetir parte da dinâmica construída no enquadramento do julgamento da AP 470 (mensalão), na qual o JN conformou uma cobertura que deslegitimava a política e os políticos, em especial o governo do PT e seus apoiadores, na mesma medida que legitimava o próprio jornalismo como um ator fundamental na cena pública (GUAZINA, 2011).

Repórter Marcos Losekan em off: As circunstâncias mostraram que nada seria fácil para ninguém. O plenário da Câmara **virou um ringue**. Depois de **muita confusão**, uma chapa alternativa para a Comissão do impeachment foi aprovada. Como Eduardo Cunha queria e a presidente temia. Mas antes que esse dia tenso acabasse, atendendo a um recurso, o ministro do STF, Edson Faccin, mandou parar tudo. **Caberia a justiça validar o processo**.

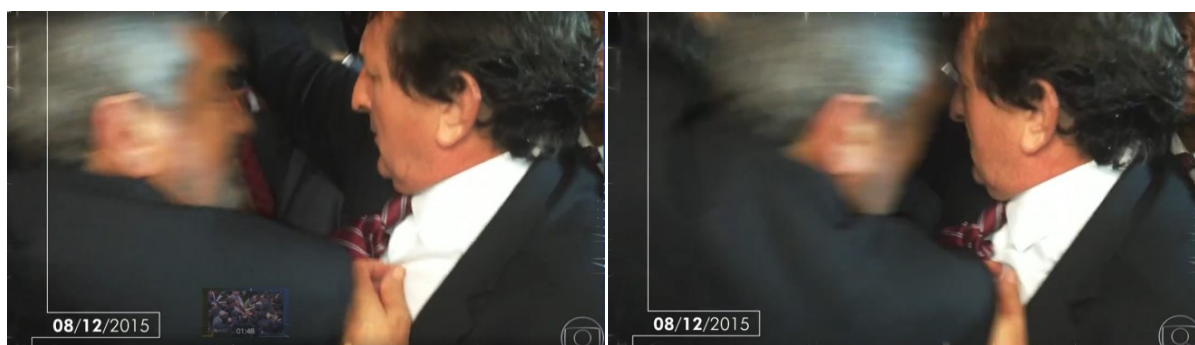
Luís Roberto Barroso (Ministro do STF): **O Supremo não está nem de um lado e nem de outro**. O nosso papel é proteger as instituições. (JORNAL NACIONAL, 17 de Abril de 2016 *grifo nosso*)

Figura 26 – O plenário da câmara virou um ringue (17/04/2016)



Fonte: Globoplay

Figura 27 e 28 – Brigas no plenário da Câmara (cabeçada entre deputados) (17/04/2016)



Fonte: Globoplay

Marcos Losekan em Off: Na Câmara dos Deputados, nervos expostos. Depois de muita confusão, uma chapa alternativa para a comissão especial do impeachment foi aprovada. Mas antes que o dia acabasse, o ministro do STF, Edson Fachin, mandou parar tudo.

Repórter Marcos Losekan de Brasília em frente à escultura da justiça: Os ministros do STF definiram o rito do impeachment e a ordem de votação na Câmara. Nas várias vezes em que recorreu, alegando inconstitucionalidade, Dilma teve os pedidos negados. A legalidade foi assegurada. O Supremo Tribunal Federal deu respaldo jurídico - foi o fiel da balança ao longo de todo o processo.

Luís Roberto Barroso: "O nosso papel é proteger as instituições". (JORNAL NACIONAL, 25 de agosto de 2016)

Figura 29 – STF: O fiel da balança (25/08/16)



Fonte: Globoplay

Desta forma, diante do destempero da política, o Supremo Tribunal Federal emerge como a razão serena. Um dispositivo simbólico que ilustra esse pacote interpretativo é a frase de efeito transcrita acima utilizada na edição que abre a etapa final do rito do impeachment no final de agosto de 2016: “o STF foi o fiel da balança ao longo de todo o processo”. O curioso é que a expressão “fiel da balança” - que é usada no Jornal Nacional pra designar um fator de confiabilidade, um ponto de equilíbrio que seria dado pelo “respaldo jurídico” do STF -, também diz respeito àquele fator decisivo em uma disputa que fará a diferença no resultado desta disputa, em referência aos atores com poder de influenciar de forma decisiva uma disputa⁵².

Repórter Júlio Mosquera em off: (...) Antes de iniciar o interrogatório, **Lewandowski pediu que os senadores se comportassem como juízes.**

Ricardo Lewandowski: Os juízes naturais, senadoras e senadores, formularão as suas questões de forma objetiva, de forma sóbria, de forma imparcial e de forma contida, circunscritos à acusação ou às duas acusações formuladas no libelo. (JORNAL NACIONAL, 29 de agosto de 2016)

⁵² O “fiel” de uma balança faz referência ao ponteiro que indica o ponto de equilíbrio entre as duas massas em uma balança. Por indicar o equilíbrio entre dois lados, popularmente se refere a um mediador confiável ou àquilo que fará diferença numa disputa - aqueles com o poder de influenciar de forma decisiva o resultado de uma disputa.

A fala de Júlio Mosquera é bastante representativa do enquadramento dado pelo Jornal Nacional à política e políticos em seu sentido estrito, no qual a fala de Lewandovski é enquadrada não como se o Ministro estivesse apontando os senadores eles mesmos como “juízes naturais” daquela sessão do ritual institucional do impeachment, mas, como se o ministro estivesse a chamar os senadores a comportar-se de acordo com as “virtudes” que de partida não possuiriam, as quais emanam especialmente dos juízes do campo judiciário: objetividade, sobriedade, imparcialidade e discrição.

Por conseguinte, foi nessa direção que o contratema do golpe - que tem como cerne trazer a dimensão de ruptura daquela disputa política por via não-eleitoral - foi sempre tirado de cena e trazido quase como no campo do absurdo.

De tanto repetirem a palavra golpe, a presidente e seus aliados chamaram a atenção de ministros do supremo repudiaram o argumento de que o impeachment seria ilegal.

Ministro Dias Toffoli: Não se trata de um golpe, todas as democracias têm mecanismos de controles e o processo de impeachment é um tipo de controle.

Marcos Losekann em Off: A acusação versus defesa. Na comissão de impeachment o processo seguia de acordo com as regras estabelecidas pelo STF. E veio o mês de abril. (JORNAL NACIONAL, 18 de abril de 2016)

Michel Temer: É preciso firmeza, digo eu, e firmeza para quando dizer golpista. Golpista é quem derruba a Constituição, quem quer violar o texto constitucional e vocês sabem que, no plano internacional, eles tentaram muito, e conseguiram até com algum sucesso, propor, dizer que aqui no Brasil houve um golpe, um golpe que durou hoje o 108º dia de processo de impedimento com defesa. (JORNAL NACIONAL, 31 de Agosto de 2016)

Segundo Chaloub & Lima (2018), no contexto brasileiro, o enquadramento midiático sob o signo da neutralidade foi fundamental para a atuação do judiciário, o que de acordo com os autores se deu fundamentalmente a partir da prática de atores do próprio campo jurídico, que eles sintetizaram na categoria do “jurista político”. Os autores descrevem como as mudanças estruturais decorrentes da Carta constitucional de 1988 possibilitaram que os juízes saíssem de um papel secundário do jogo político para, com o tempo, tomar a frente da cena política (CHALOUB & LIMA, 2018, p.214). Nesse contexto, os “juristas políticos” seriam esta espécie de novo “intelectual público”, que se dirige a um público do que

espera algo além de um consentimento passivo, mas “uma reação mobilizadora cujo efeito intencional consiste, dentre outros, na ampliação da legitimação política dos próprios juízes e procuradores.” (CHALOUB & LIMA, 2018, p.208). Neste ponto, a confluência com o campo jornalístico parece ser fundamental para conformação do capital político desses atores e para sua relação com o público que intenta mobilizar.

Em sua reflexão, Chaloub e Lima destacam a confluência da atuação da mídia e do judiciário a partir da análise de discursos do juiz do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e do Juiz da vara de Curitiba, Sérgio Moro, em entrevistas, reportagens, palestras, etc. A partir da investigação voltada para os discursos públicos dos juízes, os autores conseguem trazer à tona a dinâmica do próprio campo jurídico na disputa da definição da problemática legítima, o que naquele contexto tomou corpo não a partir da figura clássica do bacharel, mas deste “jurista político”, especialmente a partir da centralidade da pauta da corrupção estatal. Naqueles discursos, a compreensão da corrupção aparece em um enquadramento que diagnostica uma patologia na política exercida na estrutura administrativa do Estado, e o seu remédio no judiciário – apresentado como uma elite de vanguarda verdadeiramente democrática.

Nesse sentido, a atuação do jornalismo é fundamental para a prática deste ator, na medida em que daquele retira sua legitimidade para intervir na dinâmica própria ao campo político não apenas da posição que ocupa no Judiciário – o qual também se faz imprescindível, cuja legitimidade se apóia na competência simbólica validada pelo diploma escolar – mas também da persona pública que constrói nas aparições na grande mídia. Assim, a atuação destes “juristas políticos” se daria na intersecção entre os campos jurídico, político e midiático.

O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, *notável*. Daí o papel muito importante da televisão (...). O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. (BOURDIEU, 2011, p.204)

Chaloub e Lima usam o caso de Luis Roberto Barroso como ilustrativo, deste ator que produz o esforço de construção de uma imagem pública a partir do

signo da neutralidade, advogando para si a aura de alguém que apenas mapearia e descreveria o debate nacional, não participando da “disputa passional” da política.

A presença midiática sob o signo da neutralidade expõe, por sua vez, o procedimento típico de atuação política do Judiciário, que age como ator político por meio da retórica de que não o faz. As diferenças de estilo entre o herói de toga e o intelectual ministro explicitam, ademais, convergências e distinções em meio a esse heterogêneo grupo que, contudo, agiu e age muitas vezes de modo consonante em meio à crise política. (CHALOUB & LIMA, 2018, p.210-211)

Sendo assim, a própria construção desta imagem pública baseada na neutralidade foi fundamental para a justificação construída por Barroso e Sérgio Moro para a atuação dos juízes fora de seu campo. Nas palavras do próprio ministro do STF: “o judiciário só deve intervir quando a política falha”, ao que segue explicando a necessidade de judicialização devido à “escassez de boa política” (BARROSO, 2012 *apud* CHALOUB & LIMA, 2018, p.220).

No caso de Sérgio Moro a importância da imagem pública toma novas dimensões, na medida em que este juiz a reconhece como fundamental para a sua prática. Nesse sentido, Sérgio Moro compreende o direito como pautado por uma moralidade de fundo, determinado pelo critério pragmático de eficácia e conduzido pelo imperativo de pôr em evidencia publicamente seus feitos a todo o momento (CHALOUB & LIMA, 2018). Nessa última dimensão, a parceria de Sérgio Moro com as grandes empresas de mídia no Brasil foi essencial, de forma que o destaque recai sobre a figura do juiz, suposto protagonista na cruzada contra a corrupção - que naquele contexto assume a forma de um antipetismo acentuado e tem na figura de Sérgio Moro sua encarnação principal.

William Bonner: Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas, neste domingo, no Brasil inteiro. Ao todo, houve atos em 337 cidades, em todos os estados. [Imagem de brasileiros com a mão no coração cantando o hino nacional, hino do nacional ao fundo, em diversos locais do país.]

William Bonner em off: Em Porto Alegre uma faixa gigante defendia o impeachment. Em Maceió a Jararaca citada pelo próprio ex-presidente Lula virou alegoria dos manifestantes contra a corrupção. O juiz Sérgio Moro também recebeu apoio de manifestantes em Curitiba, a capital da operação Lava Jato, tinha

até máscara. No Rio, ele foi homenageado pelo Moro bloco na orla lotada de Copacabana.

Figura 30 – O Brasil apoia Sergio Moro (14/03/2016)



Fonte: Globoplay

Figura 31 – Morobloco (14/03/2016)



Fonte: Globoplay

Nesse sentido, na visão compartilhada por Barroso e Sérgio Moro, diante de uma nação arrasada pela corrupção e por mazelas morais, se justificaria a ação do judiciário, como uma vanguarda de elite esclarecida, “únicas capazes de superar os entraves representados pela onipresença estatal e pelo déficit moral da

sociedade” (CHALOUB & LIMA, 2016). Apesar de no nível das aparências se apresentar como neutra e descritiva essa visão se identifica a um modo específico de pensar o passado e futuro do Brasil, alinhada a um liberalismo que enxerga no corpo administrativo do estado o câncer e no judiciário o seu remédio.⁵³

No campo político, se eu disser que a divisão principal é a divisão entre ricos e pobres, obterei uma determinada estrutura social. Se disser que a principal é a divisão entre franceses e estrangeiros, obterei uma estrutura inteiramente diferente. Em outras palavras, os princípios de divisão não têm nada de fortuito. Eles são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. (BOURDIEU, 2011, p.203)

Desta forma, se ensaia dentro e entre os próprios campos a luta pela definição em seus termos do que é central à própria disputa. Nas palavras de Bourdieu, no campo da produção ideológica (do qual os meios de comunicação de massa fazem parte), se elabora a oferta dos instrumentos de pensamento do mundo objetivamente disponíveis, ao mesmo tempo em que se define o campo do pensável politicamente, a problemática política legítima. Assim, naquele contexto, é a corrupção tida como endógena à estrutura do Estado e como um desvio moral representante do atraso que assume centralidade, mobilizando uma descredibilização da atividade política em seu sentido estrito ao passo que legitima a atuação de outros atores, no centro da disputa pela própria autonomia do campo político.

Desta feita, essa compreensão moral da corrupção, quase que restrita ao aparelho administrativo do Estado, também serve ao próprio campo jornalístico, na medida em que da forma que se dá a cobertura busca credibilizá-lo em sua posição de ator no jogo político, e, nesse sentido, ampliar seu capital simbólico. Ainda, reforça a mitologia profissional do campo enquanto “vigilante da

⁵³ A principal referência que se relaciona com esta concepção, é a de um liberalismo culturalista identificado especialmente à obra de Sergio Buarque de Holanda, a qual sustenta que o problema do Brasil seria seu patrimonialismo endêmico organizado em torno do corpo burocrático que controla o Estado e através dele mina a capacidade de livre desenvolvimento do mercado, como na democracia liberal americana. Essa visão tem como fundamento, a compreensão de que a formação brasileira foi dominada por uma herança ibérica que precisaria ser extirpada. Na interpretação de Jessé Souza, esta corrente intelectual é entendida como um dos principais instrumentos que tem servido como ideologia da elite dominante, servindo a esconder o verdadeiro problema nacional, o da nossa abissal desigualdade.

democracia”, em nenhum momento o próprio jornalismo é questionado, ou a possibilidade de existência de corrupção nessa esfera é sequer levantada.

Apesar de no ciclo democrático o enquadramento da corrupção ter sido mobilizado tanto por atores da esquerda como pela direita, na segunda década deste século ele assume centralidade notável. Segundo o Datafolha, a corrupção foi apontada como principal problema para os brasileiros pela primeira vez em novembro de 2015, quando passa à frente de pautas como saúde, educação e economia (INSTITUTO DATAFOLHA, 2015).

No contexto recente, a rejeição generalizada à política em seu sentido restrito, em especial aos partidos políticos vai tomando força e assume a direção de um antipartidarismo específico, voltado, sobretudo para o PT. Segundo investigação de Azevedo nos editoriais da imprensa escrita, historicamente o Partido dos Trabalhadores em 2002 deixa de ser aliado a um pacote interpretativo que o define como “radical”, mas em 2006 passa a ser enquadrado como “corrupto”.

(...) o antipetismo (seja como fenômeno sociopolítico, seja como fenômeno político-eleitoral) tem nos escândalos de corrupção sua matéria-prima, pelo menos desde 2005. Mas, é a partir de 2015, quando as ações da justiça brasileira se confundem com os interesses políticos da base social antipetista, que foi possível não só vincular seletivamente o PT à corrupção, como definir esta última como o grande problema nacional.” (TAGATIBA, 2018, p.124)

Na data que o Congresso Nacional vota pelo prosseguimento do processo de impeachment, fica claro que estava em “julgamento” o encerramento do ciclo petista no governo. Dentre tantos os deputados, as duas sonoras escolhidas para abrir a matéria marcam esse enquadramento:

Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP): Brasileiros e brasileiras para que a decência se sobreponha a este governo moralmente desonesto, o meu voto é sim.

Deputado Miro Teixeira (REDE-RJ): Hoje o processo aqui é Dilma Rousseff . Aqui temos que julgar o Mensalão, inclusive, e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. E quanto maiores forem as provocações mais voltaremos no tempo e vamos ver o Petrolão, por que esse processo contra Dilma Rousseff permitirá fortalecer a Lava Jato e aprofundar as investigações do Petrolão. Ninguém aqui tem medo de ninguém. Eu comecei dizendo, eu voto sim. (JORNAL NACIONAL, 18 de Abril de 2016)

Figura 32 - País rico é país sem corrupção



Fonte: G1

Na imagem trazida acima, o slogan do Governo Dilma “País rico é país sem pobreza” foi trazido nas passeatas pró-impeachment em outra chave: “país rico é país sem corrupção”. Naquele contexto, a pauta da corrupção foi cada vez mais sendo aliada ao governo do Partido dos Trabalhadores e a descredibilização da política assume formas de uma cruzada que tem no PT o seu símbolo central. Nas palavras de Aécio Neves: “Existe uma medida que está acima de todas as outras para acabar com a corrupção no Brasil, é tirar o PT do governo”⁵⁴. Desta forma, acredito que a tentativa de mobilizar o enquadramento da corrupção aliando exclusivamente ao governo do Partido dos Trabalhadores também teve papel na busca de construir a coerência do governo de Michel Temer e um efeito de normalização da ruptura do golpe de 2016. Na medida em que, ao fim do ciclo do PT no poder, viria a normalidade.

Michel Temer: A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer, que a Lava Jato tornou-se referência e, como tal, deve ter prosseguimento e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la. (JORNAL NACIONAL, 12 de maio de 2016)

Nesse sentido, no contexto de 2016, para que a saída de uma presidenta recentemente eleita por voto popular pudesse tomar ares de normalidade

⁵⁴ Fala do Senador Aécio Neves em debate eleitoral em outubro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/25/politica/1414191867_286734.html

democrática, o enquadramento da corrupção se integra como causa e justificativa moral na direção de dar uma coerência à destituição de Dilma Rousseff. Dito isto, é apenas na posição de representantes legítimos do poder simbólico do Estado que atores do campo jurídico mobilizam um “efeito de coerência” à ruptura do impeachment construído com apoio do Jornal Nacional. Como dito anteriormente, está na base da própria definição de poder simbólico que ele seja ignorado como arbitrário, reconhecido, e por isso toma mesmo a forma de violência.

7.5 DILMA ROUSSEFF: UMA MULHER DURA CERCADA DE MILHÕES DE HOMENS MEIGOS

Nesta seção apresentarei uma percepção analítica que atravessou meu corpus, de como a cobertura do impeachment no Jornal Nacional foi marcada por uma baixa presença de mulheres, além de construída a partir de enquadramentos que remetem a certa concepção considerada como legítima acerca da presença das mulheres nos espaços públicos e tido como políticos (BIROLI, 2010). Assim, destaco que a presente tese tem seus limites e que as questões levantadas por essa seção poderiam por si só constituir diversas investigações à parte, aqui recupero alguns estereótipos de gênero articulados como parte do enquadramento dado ao impeachment e mais especificamente à figura de Dilma naquele contexto e que contribuíram para perda do capital político da presidenta.

Figura 33 - Edição de 12 de Abril de 2016



Fonte: Globoplay

Figura 34 – Edição de 18 de Abril de 2016



Fonte: Globoplay

O cenário de sub-representação das mulheres nos espaços tido como propriamente políticos no Brasil se apresenta aqui nas cenas que se repetem ao longo da cobertura: uma massa de homens em comemoração a cada etapa do processo de impeachment da primeira mulher presidenta da república. Em tempo, ainda mais do que a comemoração, toda a cobertura do impeachment de Dilma é marcada por imagens masculinas nos espaços apresentados como propriamente políticos pelo Jornal Nacional: cada reportagem falando dos efeitos dos acontecimentos do dia ou da articulação política em torno da saída de Dilma era seguida da predominância dos homens engravatados.

No que diz respeito à presença das mulheres na política em sua forma institucionalizada o Brasil ainda é um dos lugares com os piores números ao longo da história. As pesquisas recentes relacionadas apenas ao universo restrito dos partidos políticos mostram dados importantes: em 2018 tivemos uma marca histórica 15% de mulheres eleitas para Câmara dos Deputados, apesar da existência da lei de cotas de 30% para candidaturas já ser uma realidade há duas décadas (SACCHET, 2020). Nesse contexto, a baixa representação das mulheres nos espaços políticos em seu sentido estrito tem sido acompanhada também por

uma baixa representação das mulheres na cobertura política nos jornais (BIROLI, 2010; MIGUEL & BIROLI, 2009)

A teoria política feminista têm apontado desde o fim do século XX, como a subordinação das mulheres estaria nas bases democracia liberal, que apesar de teorizar a igualdade formal como referencia tem como sua condição de possibilidade a manutenção desigual das condições de atuação política das mulheres e homens, na medida em que foi fundamentalmente organizada na perspectiva do gênero masculino. Ao realizar uma crítica à teoria contratualista, a cientista política Carole Pateman (1990) denuncia como a própria democracia liberal se estabelece como um limite à autonomia das mulheres (MIGUEL, 2017), na medida em que as concepções universais de cidadania que estão na base de sua constituição são “sexualmente diferenciadas”, produzindo tanto uma exclusão como uma inclusão a partir da diferença das mulheres com relação aos homens (PATEMAN, 1990).

Fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de milhões de homens meiguíssimos. Nunca ouvi ninguém acusar um homem de ser duro. E a gente sabe que eles são duros. Muitas vezes disseram para mim: ‘mas você é sensível’. Essa informação é estarrecedora: porque conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto. (Dilma Rousseff, em sua defesa no Senado Federal em 29 de agosto de 2016)⁵⁵

A fala de Dilma Rousseff transcrita acima ocorreu na ocasião do interrogatório da presidenta no Senado Federal, mas é silenciada na edição do Jornal Nacional que foi ao ar e cobriu o acontecimento⁵⁶. Naquele momento, a presidenta destacava o seu reconhecimento de gênero como aspecto marcante da sua presença no campo político, tanto por ser uma única mulher em um lugar de milhões de homens, como pela disparidade com a qual foi enquadrada em relação a esses homens, destacando as bases desiguais das condições de atuação das mulheres na política institucional.

⁵⁵ Resposta da presidenta à deputada Regina Sousa. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/interrogatorio-de-dilma-no-senado-veja-perguntas-dos-senadores.html>. Acesso em 19 de agosto de 2022.

⁵⁶ Segundo Rodrigo de Almeida (2016) a primeira frase dita por Dilma já era cotidiana para a presidenta: “Uma brincadeira dela se tornou célebre: era uma presidente rude cercada de homens sensíveis. Ironia em resposta à fama de briguenta, grosseira e de difícil trato num país acostumado a ter o macho adulto branco sempre no comando.”

Ao mesmo tempo em que um enquadramento salienta determinados aspectos, silencia outros, e apesar de Dilma Rousseff evocar em várias falas a misoginia para compor o contratema do golpe, a questão é ocultada na cobertura. No material analisado deste período ocorreu um apagamento completo dos debates em torno da questão de gênero, inclusive na edição em que o Jornal Nacional cobre a posse do governo interino de Temer quando são apresentados os 23 novos ministros sem a presença de nenhuma mulher na composição o tema é silenciado, mesma data em que o presidente interino extingue o ministério das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial.

Repórter Delis Ortiz em off: A notificação dizia que Temer "deve assumir imediata e interinamente a Presidência da República." Ele foi para o Palácio do Planalto no fim da tarde. Temer inaugurou seu governo dando posse aos 23 ministros. (JORNAL NACIONAL, Edição de 12 de Maio de 2016)

Figura 35 – Posse da equipe ministerial de Michel Temer 12/05/2016



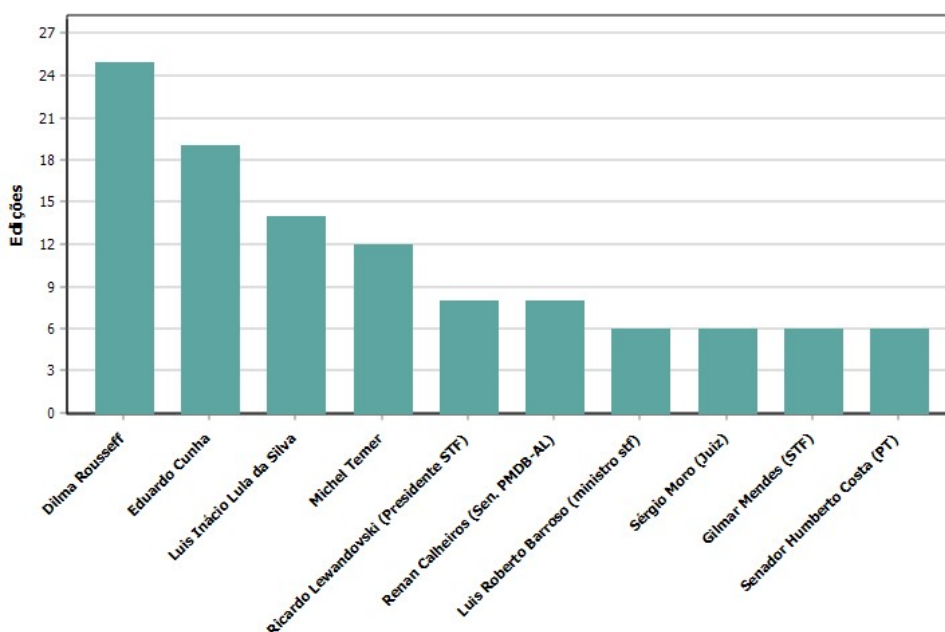
Fonte: Globoplay

O discurso de Dilma recuperado antes nesta seção apontava para a hipótese de que mesmo a chegada da primeira mulher à presidência do Brasil seja um marco do ponto de vista da presença das mulheres na política institucionalizada, não foi por si só capaz de realizar uma transformação nas estruturas de desigualdade e opressão a partir das quais se baseia o campo político. Assim como falado anteriormente, enquanto estrutura relativamente autônoma, o campo possui normas próprias que constituem-se como um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão, e que nesse sentido operam de forma a

dificultar a entrada e permanência das mulheres e outros grupos dominados. Dito isto, mesmo com as mudanças graduais referentes ao aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades nas últimas décadas, a dinâmica do campo político democrático no Brasil ainda revela uma desigualdade de gênero gritante, com dificuldade de inserção e alta concentração dos recursos de poder deste campo, o que têm se reproduzido na cobertura jornalística.

No que diz respeito ao objeto específico dessa pesquisa, destacamos que à exclusão das mulheres que compõe a dinâmica própria do campo político se somou seu silenciamento no discurso jornalístico do JN acerca do impeachment. Diante do corpus analisado nesta pesquisa, um dado simples que nos chamou atenção logo ao categorizar os personagens que aparecem nas matérias: a baixíssima presença de mulheres em toda cobertura do impeachment. Se observarmos a ordem da frequência em que esses personagens aparecem no telejornal, a questão salta ainda mais a nossos olhos: nas edições analisadas Dilma Rousseff é a única mulher entre os 10 principais nomes na cobertura do impeachment no Jornal Nacional.

Gráfico 1 – Pessoas mais citadas na cobertura



Fonte: A autora (2022)

Ainda, em um universo total de 159 personagens citados nas edições analisadas na cobertura⁵⁷, apenas 15 são mulheres, uma delas a própria presidenta alvo do impeachment e com exceção de Dilma Rousseff (citada em todas as edições), as demais foram citadas em menos de 4 edições do corpus.

Tabela 3 - Mulheres citadas na cobertura do impeachment

Dilma Rousseff
Janaina Paschoal
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Katia Abreu (PMDB-TO)
Gleisi Hoffman (PT-PR)
Carmen Lucia (Ministra STF)
Ana Amelia (PP-RS)
Rosa Weber (STF)
Marina Silva (REDE)
Erenice Guerra
Simone Tebet (PMDB-MS)
Deputada Erica Kokay (PT-DF)
Dep. Luciana Santos (PCdoB)
Dep. Jandira Feghali (PCdoB)
Sylvia Urquiza (advogada criminalista)
Juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira

Fonte: Autora (2022)

A distribuição apontada acima aponta para um problema de quase invisibilidade das mulheres na cobertura política, o que nos noticiários políticos vem se somando ao uso de enquadramentos que reforçam estereótipos de gênero baseados em uma compreensão tradicional que relega às mulheres uma posição marginal na política (BIROLI, 2010; MURRAY, 2016). Segundo Murray (2016), a combinação entre estereótipos de gênero e enquadramentos midiáticos vem se estabelecendo como um impeditivo importante para o estabelecimento e permanência de mulheres nos cargos de destaque no poder executivo. Para a autora, os estereótipos de gênero se referem a atitudes generalizadas sobre

⁵⁷ Ver Apêndice C

homens e mulheres na política e a maneira como elas são traduzidas em expectativas diferenciadas sobre determinadas características dos candidatos, seus papéis ou posicionamento acerca de temas gerais. Ou, nas palavras de Biroli (2011)

A constatação de que os estereótipos são parte do discurso midiático é, portanto, apenas um ponto de partida. Os estereótipos são peças-chave no discurso jornalístico, que está sob a nossa atenção, em pelo menos dois de seus aspectos rotineiros: a apresentação do novo por meio de atalhos cognitivos, que os coloca como peça de sustentação dos enquadramentos, e a identificação dos grupos sociais a partir de valores e expectativas-padrão supostamente compartilhadas e que não aparecem como objeto de discussão. (BIROLI, 2011, p.94)

Assim, os estereótipos de gênero emergem como dispositivos simbólicos que estão na base dos enquadramentos, atuando como categorias simplificadoras ou atalhos cognitivos participantes da dinâmica de exercício do poder (BIROLI, 2011). Segundo Biroli (2010), seria fundamentalmente na oposição entre de um lado “feminino” e espaço privado, e de outro “masculino” e espaço público, que se baseiam esses estereótipos, os quais confirmam as divisões e hierarquias que favorecem a situação de marginalização das mulheres da e na esfera política.

Em pesquisa sobre os enquadramentos mais utilizados pela mídia para enquadrar mulheres políticas nas eleições, Murray (2010) e seu grupo sistematizaram uma matriz de enquadramentos de gênero, que se baseia 1) na cobertura excessiva da aparência; 2) em um maior uso do primeiro nome em relação aos homens; 3) em uma ênfase na “novidade” que representa sua presença; 4) na maior cobertura das relações familiares; 5) no enquadramento de candidatas mulheres como mais emocionais e irracionais do que seus concorrentes homens. Em pesquisa a partir de periódicos e telejornais brasileiros, Biroli (2010) sintetiza em três estereótipos principais a partir dos quais às personagens eram caracterizadas: 1) estereótipo de *personalidade*, aqueles marcados pela referência a hábitos e gostos pessoais; 2) de *corporalidade*, com menções relacionadas à aparência física; e finalmente 3) de *vida privada*, como referências a familiares ou a aspectos tidos como de âmbito pessoal, doméstico, íntimo, não-público.

Algumas autoras têm destacado como no caso de Dilma Rousseff a presença destes enquadramentos de gênero percorre toda a cobertura jornalística mesmo antes da sua posse. Alguns estereótipos são bastante freqüentes, como por exemplo, quando foi tratada como uma mulher dura e inflexível⁵⁸ que “não sabia fazer política” (BARBARA & GOMES, 2010; BIROLI, 2010; PINTO, 2018). O enquadramento de Dilma a partir de jargões como “técnica” ou “gerentona”, buscavam denotar uma falta de conhecimento/naturalidade do jogo do próprio campo, desacreditada como liderança política, sobretudo, por ser mulher, na medida em que sua personalidade não encaixava com estereótipos de gênero esperados (PINTO, 2018). Ainda, segundo Barbara & Gomes (2010), podemos perceber que mesmo antes de Dilma Rousseff ser candidata, as revistas semanais já a enquadravam a partir de aspectos emocionais, caracterizando-a na chave da histeria, como alguém que mostra sua indignação a partir de berros, gritos e do desequilíbrio emocional.

Dos enquadramentos citados anteriormente, alguns vão ser retomados na cobertura do Jornal Nacional, à exceção da menção expressiva à aparência física de Dilma Rousseff, que não foi um recurso utilizado no material analisado. Estiveram presentes, sobretudo, alusões aos aspectos emocionais da presidenta; a referência ao mérito de sua atuação política como derivativa de homens (no caso, Lula); e o enquadramento de Dilma Rousseff como “fora do lugar”, ou que “não sabe fazer política”.

William Bonner: Depois da derrota da comissão especial a presidente Dilma Rousseff diz que o relatório de Jovair Arantes é uma fraude histórica

Renata Vasconcelos: E sem citar nomes (ênfase tom da voz) acusa o vice presidente Michel Temer e o Deputado Eduardo Cunha de traição e conspiração

William Bonner: Os opositores rebatem.

Renata Vasconcelos: Dizem que as afirmações da presidente mostram desespero e falta de serenidade (JORNAL NACIONAL, 12 de abril de 2016)

⁵⁸ Birolí (2010) destaca como este estereótipo também foi usado com relação à Michele Bachelet, a autora ilustra que em matéria na Carta Capital de 19 de abril de 2006 intitulada “Jogo de Damas”, Dilma aparece ao lado de Bachelet e é descrita como uma figura complexa, “dura, mas feminina. Sem ser feminista.(...) tem um temperamento forte e é tida como uma negociadora intransigente e técnica”, ao que se completa com o rótulo de *Dama de Ferro*.

Como dito anteriormente, os dispositivos simbólicos são como partes de um argumento potencial que alguém pode fazer ao justificar ou defender uma posição particular sobre uma questão, lançando mão inclusive de um conjunto de representações e imagens que caracterizam a questão a partir da definição de um conjunto de atributos variados, adjetivando sujeitos e situações (GAMSON & LASCH, 1980). Na escalada de 12 de abril de 2016 exposta acima, o Jornal Nacional dá destaque ao enquadramento de Dilma Rousseff a partir do desespero e desequilíbrio emocional, muito comum para se referir às mulheres, em especial às que ocupam cargos políticos, o que é demarcado na matéria a partir da sonora de Romero Jucá a qual enquadra que ao apontar um golpe a presidenta estaria apelando à conspiração e “perdendo a serenidade”: “é um tipo de apelação e perda de equilíbrio”.

Este julgamento aponta para a ideia de que ali estava uma mulher perdendo o controle e sem habilidade de responder à crise política, o que naquele contexto não era exclusivo ao discurso do Jornal Nacional, apesar de possuir mais nuances no telejornal. A referência à caracterização da presidenta como desequilibrada trazida no JN dialoga também com os editoriais e capas das revistas e jornais semanais em 2016, a exemplo da capa da revista IstoÉ da semana anterior à edição do JN, que ficou marcada no debate público como exemplo de enquadramento misógino:

Figura 36 - Capa da edição da revista IstoÉ de 06/04/2016



Fonte: site IstoÉ

Naquela ocasião – o que só depois foi revelado -, a IstoÉ alterou digitalmente uma foto de Dilma comemorando o gol do Brasil para enquadrá-la como histérica e raivosa, utilizando na matéria referências da presidenta como “fora de si”, “desequilibrada” e “descontrolada”, características que frustrariam as expectativas de comportamento para o cargo e para lidar com a crise (ISTOÉ, 2016).

Na edição de 12 de abril de 2016, William Bonner anuncia a reportagem recuperando o estereótipo já anunciado na escalada daquela data, fazendo referência a um “tom agressivo” da presidenta, ao que se segue imediatamente como resposta: “o presidente da Câmara, disse que está seguindo à risca o rito do impeachment”. Se por um lado Dilma era enquadrada a partir da referência a uma suposta agressividade, do outro lado estavam os homens enquadrados como racionais, reconhecidos como aqueles que jogariam o jogo político legítimo, universal, ali apresentado como processual e técnico. Contra o desvio de uma mulher desequilibrada, o equilíbrio do ritual e das instituições androcêntricas. A este respeito, é importante destacar como o enquadramento de mulheres como

excessivamente emocionais é um construto histórico, o qual sugere que mulheres são irracionais e instáveis e estariam à mercê dos seus hormônios, e, assim, tal instabilidade não seria apropriada ao espaço político, no qual seria necessário tomar decisões difíceis em momentos de crise (MURRAY, 2016).

Segundo Murray (2016), historicamente as mulheres que conseguiram “quebrar o teto de vidro” das limitações impostas à sua presença no campo político e alçaram cadeiras presidenciais, precisaram negociar com os estereótipos de gênero para possibilitar essas oportunidades. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que são danosos e limitantes para a presença das mulheres nos espaços, os estereótipos de gênero por vezes também precisam ser articulados como recurso possível. No caso de Dilma Rousseff, alguns dos estereótipos de gênero foram materializados por sua própria campanha eleitoral e por aliados do Partido dos Trabalhadores, a exemplo da referência de Dilma como “mãe do PAC”, ou o de “criatura” de Lula. Murray dá a esse enquadramento o nome de “wife of”, o qual implica que mulheres que possuem laços com homens já estabelecidos no campo político, devem seu sucesso a eles e não à suas próprias qualidades, desconsiderando a capacidade das candidatas de serem competentes e sujeitas autônomas. Para a autora, os casos de Cristina Kirchner e Hillary Clinton, por exemplo, são referências recentes para esse fenômeno (MURRAY, 2016, p.15).

Figura 37 – O Criador e a Criatura



O CRIADOR E A CRIATURA
Lula e Dilma posaram o pé na estrada há seis meses: em alto nas pesquisas

Fonte: SANTOS, 2016

A expressão, que transita entre o religioso e o político, foi trazida textualmente pela revista Veja em fevereiro de 2010, mas logo passou a ser usada constantemente em outros veículos, desde as primeiras especulações em torno da candidatura de Dilma Rousseff (SANTOS, 2016). Este enquadramento, que costuma associar os méritos das mulheres a seus padrinhos políticos, também apareceu com destaque no dia anterior à vitória eleitoral de Dilma em 2010 na capa do jornal Folha de São Paulo, que traz imagem grande de Lula na capa olhando para Dilma; e também na capa do jornal O Estado de São Paulo, que destaca na a manchete: “a vitória de Lula”. Apesar de ganhar força na imprensa naquele contexto, este enquadramento é recorrente na presença das mulheres nos espaços estritamente políticos e também foi materializado na própria estratégia eleitoral do PT em 2010, reforçando o apadrinhamento político do ex-presidente, como uma operação simbólica que buscava transferência do capital político de Lula para Dilma.

Figura 38 – Capas das vitórias eleitorais de Dilma



Fonte: Acervo Folha de S. Paulo



Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo

Nesse contexto, este mesmo enquadramento que fez parte da construção simbólica de Dilma na imprensa naqueles anos, na cobertura do Jornal Nacional é retomado quando constantemente a relação entre Dilma e Lula traz os dois sujeitos como um bloco único. Como citado em outras seções, a referência à “Dilma, Lula e o PT” como um conjunto monolítico foi recorrente nas edições. Na edição de 12 de maio de 2016 do JN, em matéria de 6 minutos e 57 segundos que reconta a trajetória de Dilma Rousseff até ali, a sua biografia política é narrada desde o início como ligada a figura de Lula, e a matéria entrecortada de imagens do ex-presidente.

A primeira frase da matéria já inicia falando em Lula para daí então começar a citar brevemente a experiência política anterior à relação oficial de Dilma com o ex-presidente. Com poucos segundos de iniciada a matéria, a imagem e voz de Lula aparecem na tela recuperando uma metáfora que remete a um estereótipo de gênero muito comumente articulado no caso das mulheres políticas: “Lula: Dilma é uma espécie de mãe do PAC”. O recurso à símbolos que se referem à maternidade também é um estereótipo de gênero recorrente em campanhas de mulheres candidatas à cargos públicos, trazendo também uma relação da mulher e o espaço da vida privada. Como explicita Campus (2013):

“A função da mulher na vida pública permanece na visão de sua imagem midiática/cultural inalterada. Como estratégia de marketing, ela desloca-se da mãe na vida privada para candidatar-se a mãe da nação. (...) “O modelo de mãe da nação tem a vantagem de ser culturalmente aprovado como modelo de liderança feminina, porque está conectado com valores tradicionais de assistencialismo e cuidado.” (CAMPUS, 2013, p. 63, tradução nossa).

Figura 39 – Dilma, “uma espécie de mãe do PAC” (12/05/16)



Fonte: Globoplay

Ao todo, em cerca de 6 minutos desta matéria sobre a biografia de Dilma Rousseff as referências explícitas textuais ao nome de Lula já eram 9. Nesta mesma edição, como contraponto ao enquadramento da trajetória de Dilma no campo político, a trajetória do vice-presidente Michel Temer é representada sem dar destaque algum a qualquer apadrinhamento (ver comparação de frames abaixo), ou mesmo a nomeação ou referência a outro sujeito político em nenhuma imagem. A representação da carreira de Michel Temer é feita como se devesse pura e simplesmente à “mágica” de seu próprio mérito, iniciada por ter “tomado gosto pela política partidária”, obtendo sucesso pois “a projeção do trabalho realizado alavancou o desempenho eleitoral”. Nos termos bourdieusianos, o discurso do mérito é a ideologia carismática que está na base da manutenção da ordem social desigual, na medida em que esconde os determinantes econômicos e sociais que estão na base da desigualdade, imputando aos dons naturais ou méritos a inteira responsabilidade pelo destino social (BOURDIEU, 2007, p.363).

Figura 40 – Trajetória de Dilma Rousseff (12/05/2016)



Fonte: Globoplay

Figura 41 – Trajetória de Michel Temer (12/05/2016)



Fonte: Globoplay

Nesse contexto, esta colagem da representação de Dilma à de Lula do Jornal Nacional vai ser fundamental na destituição da presidenta no JN, em especial com o avanço da Operação Lava Jato. A este respeito, a edição de 04 de março, data em que a Polícia Federal conduz o ex-presidente Lula coercitivamente para sua sede, é especialmente interessante quando tomamos como referência o golpe de 2016. Naquele contexto, em uma edição construída quase que

completamente em torno da criminalização do ex-presidente⁵⁹, Dilma Rousseff é trazida nos momentos finais, nos quais sua agenda do dia e seu pronunciamento oficial é resumido à sua relação com Lula, enquadrando a figura de Dilma a partir dos afetos particulares, se distanciando da figura de presidenta como encarnação do poder simbólico do Estado. Na abertura da matéria de 4 minutos, que cobre a agenda de Dilma Rousseff naquele dia, Renata Vasconcellos enquadra o que viria a seguir “a Presidente Dilma Rousseff manifestou solidariedade ao ex-Presidente Lula”.

A mesma matéria transmite um pronunciamento de Dilma Rousseff enquanto presidenta da república, com símbolos imagéticos que buscavam demarcar sua posição: o palanque oficial em Brasília, cercada de ministros, com símbolo do governo federal atrás de si. Se toda a construção sugeria que Dilma falava enquanto voz do Estado, inclusive se posicionando em seu discurso com referências à institucionalidade legítima na democracia burguesa em crítica ao modo como se conduziu a operação, o texto em off da matéria já enquadrava: “Ao lado de seus principais ministros, fez questão de fazer um pronunciamento para, entre outros temas, *defender Lula*.”⁶⁰. Os outros temas não apareceram, e a tentativa de Dilma de falar enquanto presidenta e representante do Estado é trazida abaixo quando o enquadramento opera de forma a buscar destituir Dilma desse poder, como se ali ela falasse como particular, como “criatura de Lula”.

⁵⁹ A edição de 04 de março de 2016 durou em torno de 1 hora e 3 minutos, cerca de 30 minutos a mais do que a média das edições das sextas feiras do JN. Durante todo esse tempo o foco de as matérias se deu quase que inteiramente em torno no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos pedidos de busca e apreensão em propriedades que a investigação sugeria estar ligadas a ele, nos desdobramentos na imprensa internacional e no Congresso. À exceção de poucos mais de 10 minutos totais voltados para: uma reportagem sobre a delação premiada de Delcídio do Amaral; a denúncia sobre o presidente de Câmara Eduardo Cunha; a previsão do tempo e a publicidade da própria Rede Globo.

⁶⁰ Como colocado em outros momentos, aqui Dilma deixa de ser enquadrada como representante simbólica do poder do Estado, mas como “defensora de Lula”. Por outro lado, os atores do campo jurídico não eram enquadrados como possíveis perseguidores de Lula (ou Dilma), mas a uma defesa universal desse mesmo Estado.

Figura 42 – A presidente “fez questão de defender Lula”



Fonte: Globoplay

Por conseguinte, a ordem de exibição das matérias na edição de 04 de março de 2016, outro dispositivo de enquadramento no discurso jornalístico, é articulada exatamente na direção de marcar o acontecimento como crítico e parte da base causal do impeachment de Dilma Rousseff. Após a matéria anteriormente citada (do pronunciamento de Dilma), a abertura anunciava a idéia organizadora geral da matéria: os acontecimentos do dia trariam ainda mais legitimidade ao pedido de impeachment e uma sensação de urgência em direção à saída de Dilma Rousseff.

William Bonner: No Congresso, foi uma sexta-feira diferente. Teve muito movimento.

Julio Mosquera em *off*: Deputados e senadores de oposição cancelaram as viagens para os Estados e usaram os acontecimentos de hoje para reforçar o pedido de impeachment da Presidente Dilma. (JORNAL NACIONAL, 04 de Março de 2016)

Ainda no fim da mesma matéria o jornalista Julio Mosquera iria repetir e dar destaque à fala do senador Aécio Neves, candidato derrotado na eleição anterior e um dos principais articuladores do impeachment de Dilma: “a presidente Dilma perdeu a capacidade de governar o país”. Naquela edição, construída como parte mesma do ritual de condenação de Luis Inácio, o enquadramento que aglutina Lula

e Dilma foi recuperado na direção de compor o ritual de condenação também da presidenta e de destituição de seu capital simbólico.

O destaque à capacidade de Dilma Rousseff de governar, que o repórter Julio Mosquera traz para primeiro plano repetindo a fala de Aécio Neves, compõe a destituição da presidenta no espaço do Jornal Nacional, resgatando um enquadramento que orbitou toda a cobertura da trajetória política de Dilma Rousseff como presidenta da república: o da incapacidade/inabilidade política. Segundo Araújo (2018), em diversos momentos em sua trajetória Dilma foi enquadrada a partir da noção de “inabilidade política”, que quando presidenta se atribuía a uma suposta dificuldade em lidar com o “varejo” das negociações nas relações Legislativo-Executivo. Naquele contexto, mesmo a ética como elemento tão acionado no discurso midiático, não serviu, e o que poderia ser enquadrado como ético e destacado de forma moralmente positiva, em Dilma é enquadrado como inabilidade, ou seja a própria noção de habilidade política assumiu outro sentido quando se tratando de uma mulher.

Os termos em que se colocam essa questão recuperam uma contribuição já clássica da crítica feminista, de como a mulher não se define em si mesma, mas como o outro absoluto do homem, em uma relação que não se dá na base da alteridade ou reciprocidade, mas em uma lógica na qual o feminino emerge como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1980, p.9). Nas palavras de Simone de Beauvoir: há um tipo absoluto de sujeito humano e este é o homem, a mulher é o outro (BEAUVOIR, 1980, p.10).

Dessa forma, Araújo (2018) aponta como no contexto do golpe o enquadramento da incapacidade política de Dilma foi uma das formas a partir das quais Dilma foi sendo caracterizada como um ser “fora do lugar”, imagem que parece ter sido uma das bases para construir a destituição política de alguém que precisaria ser derrubado da chefia do executivo federal.

Como um ser “fora do lugar”, Dilma parece surgir como aquela sem habilidades e apetite para governar (características estas marcadas por um estereótipo de feminino ou de masculino, a depender de quem as tenha). Ao mesmo tempo, Dilma é alguém de natureza

autoritária e perigosa. Alguém ora sem condição de exercer uma agência de poder, ora ambiciosa em excesso, a ponto de achar que poderia direcionar essa agência prescindindo das práticas institucionalizadas da política brasileira. Sobre Dilma, transitou-se e transita-se entre excessos e faltas, nunca o equilíbrio. (ARAUJO, 2018: 45)

Segundo Krook & Sanín, o uso de estereótipos de gênero nos espaços midiáticos têm se estabelecido como mais uma das formas de deslegitimar a presença das mulheres no campo político. As autoras recuperam a dimensão “sutil”, “invisível” da noção bourdieusiana de violência simbólica para tipificar a violência contra as mulheres nos espaços tidos como políticos. Segunda as autoras, uma das formas perceptíveis dessa violência simbólica seria a invisibilização a partir da linguagem, como no caso, por exemplo, da rejeição ao emprego do termo “presidenta” para se referir a Dilma Rousseff.

Como dito anteriormente, o que é silenciado, assim como o salientado, possui uma importância destacada na construção do enquadramento. No material analisado, o Jornal Nacional resistiu à substituição do termo *presidente* por *presidenta*, acompanhando a tendência de outros atores no campo jornalístico.⁶¹ Apenas em matéria de 10 de agosto, data que foi iniciado o julgamento de Dilma Rousseff no Senado Federal, o uso do termo presidenta é retomado não para se referir à Dilma Rousseff, mas para destacar o status dela como “fora do lugar”, usando a expressão em uma chave de deboche. A matéria dava destaque no Jornal Nacional a um diálogo entre os ministros do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski e Carmem Lúcia, onde ele pergunta para a ministra “é presidente ou presidenta?”, ao que logo a ministra responde: “Eu fui estudante e sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não?”. Na matéria, o Jornal Nacional empresta do Supremo Tribunal Federal todo o seu poder simbólico para reafirmar a gramática legítima (masculina) do poder, e na mesma medida representar Dilma como deslocada dele, e nesse sentido destituí-la de seu capital simbólico.

A tentativa de Dilma em romper com uma gramática masculina gerou alarde e ficou marcada, tanto que uma das primeiras ações de Michel Temer foi a

⁶¹ Ainda em 2010, Dilma Rousseff solicitou a substituição do termo “presidente” por “presidenta” para referenciá-la, tanto na mídia como nos documentos oficiais.

remoção do termo “presidenta” nas publicações da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC). Dito isto, podemos pensar a retirada de Dilma da chefia do executivo também como um marco simbólico de apagamento, o que vem a tona inclusive na ofensiva contra as políticas para as mulheres após o golpe. A ofensiva se iniciou logo após a entrada de Temer na chefia interina do executivo, com um corpo ministerial com ausência completa das mulheres e a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Em outras palavras, o impeachment de Dilma parece tomar a dimensão de um contragolpe (*backlash*) (KROOK & SANÍN, 2016, p.141), uma resposta intensa do campo diante da tentativa de inclusão das mulheres nos espaços tido como políticos e dos avanços recentes do movimento feminista, que mesmo com seus limites, deslocaram recursos de poder importantes, que vão estar presentes na reação conservadora que cresce a partir de 2015 (BIROLI, 2016).

Atos de violência contra as mulheres na política encarnam uma forma de “retrocesso” em direção a uma maior inclusão política das mulheres, resistindo aos ganhos alcançados pelas leis de cotas e outros mecanismos de empoderamento das mulheres na tomada de decisões (KROOK & SANÍN, 2016, p.141 *tradução nossa*)

Neste ponto, penso que o golpe além de representar o avanço do projeto estritamente liberal ao interior do aparato estatal, reitera uma hegemonia masculina nos espaços institucionais de representação política formal que também caracteriza este projeto. Se no nível das aparências poderíamos pensar na chegada da primeira mulher à presidência do Brasil como um sintoma de maior presença das mulheres na política institucionalizada, percebemos que não foi capaz de realizar uma transformação nos próprios princípios do campo, nos seus princípios de classificação e nas estruturas de desigualdade e opressão a partir das quais se baseia sua dinâmica.

Dessa forma, refleti neste tópico como o impeachment de Dilma Rousseff no espaço do Jornal Nacional é construída também a partir de estereótipos de gênero capazes de colocá-la como “fora do lugar”, que a acompanharam desde o momento de sua candidatura, em seu processo de impeachment e até hoje. Como dito anteriormente, a cobertura obedece a critérios de seleção, ênfase e silenciamento, que fazem parte da prática jornalística, que se entendida como

situada em um sistema de relações hierarquizadas, é estruturada ao mesmo tempo que estrutura esse sistema de hierarquias, tendo papel importante na definição do que é legítimo, dito de outra forma, o Jornal Nacional em sua prática confirmou as desigualdades que marcam esse espaço social, naturalizando-as.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho recupero o golpe de 2016, que entendo ter levado a uma ruptura democrática de consensos estabelecidos desde 1988 e que têm suas conseqüências até hoje. Aqui, tentamos ultrapassar uma compreensão da saída de Dilma Rousseff que a limita à análise da dinâmica restrita da institucionalidade formal e das personalidades que circulam nos espaços tidos como políticos, na direção de trazer a mídia para o centro do debate sobre o conflito político no país. Assim, entendo que em um país onde o controle da informação por grandes e poucos grupos privados ainda é uma realidade, pensar os processos sociologicamente não pode abrir mão de uma reflexão desta dimensão.

Dessa forma, vimos que a disputa que tomou corpo na arena jornalística em 2016 engloba o conflito político de classe, que no Brasil toma forma na oposição entre o projeto político-econômico neodesenvolvimentista e neoliberal, o que se esboça no primeiro e se aprofunda no segundo mandato de Dilma Rousseff. Assim, foi ao mesmo tempo como participante e arena desse cenário de disputas e transformações que se construiu a posição do Jornal Nacional na conjuntura do impeachment de Dilma.

Aqui, recuperamos a teoria bourdieusiana na direção de apontar a importância de entender o social de uma perspectiva relacional, que permite compreender a política para além das aparências da institucionalidade, e sim como um campo de relações e em constante disputa com diferentes campos pelo poder simbólico. Desta feita, consideramos neste trabalho que a produção do conteúdo jornalístico veiculado pelo Jornal Nacional sobre o impeachment não é fruto de um cálculo racional intencional de propaganda, mas envolvida em num sistema de posições e hierarquias do qual este ator faz parte. Assim, foi a partir de uma posição de legitimidade construída em uma trajetória no campo jornalístico, uma posição de poder simbólico, que o Jornal Nacional se estabeleceu como arena daquele ritual nacional de destituição.

Nesse sentido, a noção de enquadramento midiático foi fundamental para apontar como, a partir de dispositivos presentes na prática jornalística, a produção

rotineira da notícia possui importante lugar na definição do que existe, do que aconteceu e do que importa. Assim, foi a partir da análise de enquadramento que procuramos compreender como o impeachment foi construído no espaço do Jornal Nacional, entendendo esse enquadramento enquanto possuindo a potencialidade não só de produzir um sentido particular dos acontecimentos naquele contexto, mas inclusive de definir o campo do pensável politicamente, ou nos termos bourdieusianos a problemática política legítima. Assim, recupero aqui os principais pacotes interpretativos articulados na construção do acontecimento do impeachment pelo Jornal Nacional, os quais apontam para os problemas, causas, soluções, e conseqüências, remetendo às principais idéias organizadoras presentes no enquadramento dado pelo telejornal.

Vimos que o enquadramento dado pelo Jornal Nacional ao impeachment é construído lado a lado a um reforço da imagem da prática jornalística como objetiva e neutra, como tendo a função pedagógica de organizar, dar clareza ao caos dos acontecimentos, com seu papel de vigia do interesse público, fiscalizando o sistema político diuturnamente.

Outro aspecto importante do enquadramento dado ao impeachment foi construir uma linha de causalidade na qual a origem do processo teria se dado nas “ruas”, e sua conseqüência, a legítima retirada de Dilma Roussef da presidência. Este recurso a partir do qual o Jornal Nacional dramatiza o impeachment, silencia aspectos importantes como a atuação de atores do próprio campo jornalístico na mobilização pelo impeachment, bem como atores do campo econômico, partidos políticos e a rede de *think tanks* liberais que deu suporte organizacional e financeiro àqueles movimentos.

Naquele momento, a imagem do “povo nas ruas” compôs importante dispositivo de destituição do capital simbólico de Dilma Rousseff. A mobilização enquadrada como universal pelo Jornal Nacional, foi na verdade específica e situada, identificada a movimentos de uma direita liberal e conservadora que tomou força no contexto das manifestações de conteúdo mais reivindicatório em 2013 e retornou em 2015, em manifestações antipetistas e de questionamento do resultado eleitoral. Nesse sentido, destacou-se como a forma pela qual o JN enquadrou o impeachment legítima a saída de Dilma Rousseff aproximando-se de

ideias gerais presentes na mobilização desses grupos, como a negação da política em seu sentido restrito, bem como a utilização dos símbolos e cores da bandeira nacional.

Nesse sentido, a mobilização dos símbolos identificados à “nação” foi fundamental para construir a destituição Dilma Rousseff da sua legitimidade enquanto presidenta, do poder simbólico de falar como representante do universal. A articulação do impeachment a símbolos tido como nacionais acompanhou a cobertura do JN, seja como uma universalidade recuperada como princípio moral a partir do qual se sugeriu um olhar para os acontecimentos; ou como fundamento do caminho de solução daquele enquadramento: “um governo de salvação nacional”.

Como vimos, ao mesmo tempo em que enquadrrou o impeachment como uma celebração nacional, o Jornal Nacional o fez a partir da credibilização da sua própria posição de poder: o telejornal enquadrou-se como “os olhos da nação”, um narrador objetivo e possibilitador da comunhão nacional em torno do impeachment. Aqui, recupero em especial a edição da votação pelo prosseguimento do impeachment na Câmara dos Deputados, quando mesmo havendo um deputado homenageando o torturador de Dilma Rousseff no plenário da Câmara, no JN isso foi silenciado e o impeachment enquadrado como uma comunhão nacional a ser celebrada. Assim, a partir de uma compreensão particular a construção da narrativa foi girando em torno da ideia de que haveria um senso de nação vivendo a mesma coisa, e ao invés de enquadrar o impeachment como um “escândalo”, uma “ruptura”, o episódio aparece como celebrado, compartilhado e legítimo.

Neste ponto, por mais que o enquadramento dado no telejornal possa fazer parecer a nação como alguma essência verde-amarela que remonta a um mito original, ela é histórica e parte da disputa por recursos de poder. Assim como nos lembrou Chauí, na história do Brasil o uso espetacularizado da estética da bandeira diz respeito ao próprio conflito político de classes, no qual o nacionalismo têm se destacado pra tratar uma situação de profunda desigualdade em uma representação homogênea. Ou ainda, nos termos da reflexão bourdieusiana da gênese do Estado, a própria nação é uma forma de naturalização da dominação.

Como observamos, ao mesmo tempo em que a destituição do capital simbólico de Dilma Rousseff ia tomando forma no espaço do telejornal, pouco a pouco também se desenhava a instituição simbólica de Michel Temer, que saiu de uma posição de vice para emergir como representante legítimo. Diante da imagem de uma nação arrasada, Michel Temer foi trazido ao primeiro plano para representar um “governo de salvação nacional”. A essa expressão soma-se o enquadramento dos anos anteriores como um equívoco, era necessário unir e pacificar o Brasil que haveria se rompido com o comando do Partido dos Trabalhadores, e recuperar assim, a simbologia de uma identidade nacional cordial e unida. Este enquadramento também se aproxima de uma ideia comum àquela direita liberal que ganha força naquele contexto: a de que o PT haveria dividido e quebrado o país. Logo, à tarefa de unificá-lo se nomeava um novo porta-voz do discurso universal: Michel Temer, “um governo de salvação nacional contra a crise econômica”.

Dito isto, observamos também como o enquadramento de crise atravessou a cobertura do JN, nas aberturas das matérias, escaladas, sonoras, destacando que estaríamos estarmos diante de um cenário crítico. Na estrutura de um enquadramento problemas centrais são destacados, atores responsabilizados, e soluções apontadas. Na teia causal construída no enquadramento do impeachment o problema central a ser solucionado se apontava como uma crise política e econômica que havia tomado forma, e assim, a responsabilização por ela estava nas escolhas do governo de Dilma Rousseff, e a solução em sua retirada da presidência.

A partir do enquadramento da crise, o Jornal Nacional construiu uma justificação de uma compreensão neoliberal do social, e enquadrava a crise econômica de forma a responsabilizar a má administração de Dilma Rousseff e o “Estado gastador” pela crise. Nesse sentido, a narrativa do JN deu aparência universal ao projeto neoliberal derrotado nas urnas, que a partir da defesa de um estado mínimo transfere para as despesas sociais públicas o peso da crise, sem problematizar a dinâmica própria do capitalismo dependente. Nesse sentido, o enquadramento silencia que há uma relação íntima entre o modelo neoliberal e as próprias crises econômicas e políticas na democracia, não problematizando que o

próprio modelo de acumulação do neoliberal ele mesmo gera crises econômicas sucessivas. Pelo contrário, o enquadramento da crise aparece no Jornal Nacional como recurso para a radicalização da ofensiva neoliberal, com a defesa da pauta reformista que se acentuou com o governo Michel Temer, e nesse sentido parte da dinâmica de reprodução das desigualdades no espaço social mais amplo.

Desta forma, vimos que o Jornal Nacional enquadrrou a crise como relacionada aos efeitos do governo do Partido dos Trabalhadores e seu projeto macroeconômico, o que também contribuiu para que o próprio processo de impeachment pudesse ser legitimado e não, tido como um escândalo, ou gerador de ruptura, mas como um “retorno à normalidade”, revelador da “democracia plena do país”. Ademais, a confluência entre o campo jornalístico e o judiciário foi fundamental para esta ruptura que não quis parecer ruptura, apoiada em um enquadramento que salienta uma suposta “natureza técnica” do impeachment e uma desqualificação da política e dos políticos em seu sentido estrito, em especial o governo do PT e seus apoiadores - diante do destempero “da política dos políticos”, o Supremo Tribunal Federal apareceu como a razão serena e neutra.

Por conseguinte, foi também nessa direção que o contratema do golpe - que tem em seu cerne trazer à tona a dimensão de ruptura daquela disputa política por via não-eleitoral - foi tirado de cena e trazido quase como no campo do absurdo, irracional. O recurso à natureza técnica do impeachment, com o apoio do discurso jurídico de ares universais, serve a deslegitimação de Dilma e do contratema do golpe, tido como devaneio. Em diversos momentos a construção buscou particularizar a figura de Dilma Rousseff, limitando-a à esfera do desequilíbrio emocional a partir da divisão razão/emoção, onde de um lado Dilma Rousseff aparece enquadrada quase como uma conspiradora indignada; e do outro o ritual legítimo, a racionalidade legal do Estado. Aqui, novamente a figura de Michel Temer foi trazida como fundamental para essa ruptura que não quer parecer ruptura, o que só se tornou possível a partir do descolamento simbólico produzido no JN das figuras de Michel Temer e de Dilma Rousseff, o vice-presidente enquadrado como o oposto legítimo, racional e equilibrado da presidenta.

A partir do enquadramento da corrupção, em especial aliado à figura de Lula e do governo do Partido dos Trabalhadores, percebemos mais ativamente como se

deu a confluência da atuação da mídia e do judiciário, o que atravessa a cobertura do impeachment. O enquadramento dado ao tema da corrupção como intrínseca ao aparelho administrativo do Estado, também serve ao próprio campo jornalístico, na medida em que a forma que se dá a cobertura busca credibilizá-lo em sua posição no jogo político, e, nesse sentido, aumentar seu capital simbólico. Naquele contexto, era comum a ambos os campos o enquadramento da corrupção tida como endógena à estrutura do Estado e como um desvio moral representante do atraso, o que enquadra o tema de forma a descredibilizar a atividade política em seu sentido estrito ao passo que legitima a atuação dos demais atores no centro da disputa pelo poder do Estado.

Por conseguinte, enquadrar o tema da corrupção aliando-o sobretudo ao governo do PT também teve papel na busca de construir a coerência do governo Temer como uma solução e um efeito de normalização da ruptura do golpe. Pois, ao fim do ciclo petista no poder do Estado, se estabelece a “normalidade”, que ganha corpo em um governo com todos os contornos do projeto que havia perdido o pleito eleitoral.

Isto é, para que a saída de uma presidenta recentemente eleita por voto popular pudesse ganhar ares de normalidade, a corrupção se integra como causa e justificativa moral na direção de dar coerência à destituição de Dilma Rousseff. Como dito anteriormente, está na base da própria definição de poder simbólico que ele seja ignorado como arbitrário, reconhecido, e por isso toma mesmo a forma de violência.

Por fim, apontamos como o uso de enquadramentos que se relacionam a identificação de gênero de Dilma Rousseff como mulher também foram recurso para destituí-la de seu capital simbólico e desidentificá-la a sua posição. Dessa forma, recuperamos alguns dos enquadramentos de gênero articulados como parte do enquadramento dado ao impeachment e mais especificamente à figura de Dilma naquele contexto, aspecto marcante da presença dela no campo político, tanto por ser uma única mulher em um lugar de milhões de homens, como pela disparidade com a qual foi enquadrada em relação a esses homens, destacando as bases desiguais das condições de atuação das mulheres na política institucional.

À exclusão das mulheres que compõe a dinâmica própria do campo político se somou seu silenciamento no enquadramento jornalístico do Jornal Nacional acerca do impeachment, somada a ínfima presença de mulheres na cobertura, o Jornal Nacional contribui para reforçar estereótipos de gênero baseados em uma compreensão tradicional que relega às mulheres uma posição marginal na política. Naquele contexto estiveram presentes, especialmente, destaques aos aspectos emocionais da presidenta, a colagem da sua atuação política como derivativa de homens, no caso o presidente Lula; e o enquadramento de Dilma Rousseff como “fora do lugar”, ou aquela que “não sabe fazer política”.

Dessa forma, vimos como a partir dos acontecimentos do processo do impeachment de Dilma Rousseff, o Jornal Nacional possui uma posição ativa na disputa política, tendo papel central não só de dar legitimidade ao projeto político-econômico derrotado nas urnas (e à hierarquia de poder que ele é parte) ao mesmo tempo que descredibiliza o enquadramento adversário do golpe, mas especialmente em produzir ao lado do campo jurídico um efeito de coerência que buscou dar à saída de Dilma Rousseff uma aparência de normalidade democrática.

Nesse sentido, entendo que a própria estrutura na qual se funda a dinâmica de poder na democracia brasileira não é isenta das violações sofridas, a exemplo do golpe 2016. Logo, compreendo que a forma com que o próprio campo jornalístico atua não foge à estrutura hierarquizada na qual se estrutura essa ordem social democrática, e que nesse sentido o JN foi um ator que dentro desta dinâmica agiu na direção de enquadrar o impeachment de Dilma Rousseff como legítimo.

Assim, acredito que houveram aproximações de elementos presentes no enquadramento dado ao Jornal Nacional aos acontecimentos do impeachment a aspectos de uma cosmovisão da direita liberal verde-amarela que se fortalece naquele momento (MESSENBURG, 2017), como as ideias-força relacionadas ao antipetismo – impeachment, corrupção e crise -, aos princípios neoliberais – estado-mínimo, eficiência do mercado, meritocracia e corte de políticas sociais; e mesmo a parte das ideias presentes em um conservadorismo moral em ascensão - como o patriotismo e a oposição às cotas raciais.

Em suma, essas foram, em linhas gerais, as principais reflexões desenvolvidas neste trabalho, entendendo que ele apenas toca na dimensão da potência que esse construto tem de dar visibilidade e credibilidade para determinados enquadramentos. Dessa forma, acredito ser uma dimensão fundamental para trabalhos futuros a reflexão acerca das relações entre o campo jornalístico e campo político em sua relação com a prática dos sujeitos que interagem com as narrativas jornalísticas, onde esses valores tomam forma. Na conjuntura atual, em certa medida bastante diferente da de 2016, esta é uma reflexão que deve tomar cada vez mais espaço, dada a complexidade dos fluxos comunicacionais em torno da política.

Por fim, o contexto político que se seguiu ao golpe parece ter seu DNA inscrito nele, em especial a eleição do deputado Jair Bolsonaro à presidência, não à toa o mesmo homem que votou pelo impeachment de Dilma Rousseff homenageando o militar que a torturou na ditadura. Dois anos depois daquele dia da votação, o mesmo Jair Bolsonaro tomaria posse no Palácio do Alvorada discursando: “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso nosso sangue para mantê-la verde e amarela”. Desta feita, acredito serem fundamentais as reflexões que insiram a atuação do jornalismo naquele contexto e no que se segue depois dele.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo. p.49-58, jul/2017.

ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.

AMARAL, Marina. “Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment.” In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim & CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Flávio Lyra. **Movimentos sociais, crise do Lulismo e ciclo de protestos em junho de 2013**: repertórios e performances de confronto, crise de participação e a emergência de um quadro interpretativo autonomista. Tese de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos CEBRAP** nº 113, jan.–abr. 2019, pp. 109-135

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. O pendulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos CEBRAP**. 2018, Vol.37 nº02, p. 273-289.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT**. EdUFScar, 2017.

BARBARA, Leila & GOMES, Maria Carmen. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan./jun. 2010

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo – fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet, 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BECKER, Beatriz. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez. 2005

BENSON, Rodney. Field theory in comparative context: A new paradigm for media studies. **Theory and Society**. 1998, n°28, p.463-498.

BENSON, Rodney & NEVEU, Erik (ed.). **Bourdieu and the journalistic field**. Polity Press, 2005

BIANCHI, Alvaro. **O que é um golpe de estado?** Blog Junho. Mar/2016. Disponível em: <https://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 05 de março de 2018.

BIANCHI, Alvaro. **Golpe de Estado: o conceito e sua história**. In: Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Pinheiro-Machado, Rosana, FEIXO, Adriano de (orgs.). Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. **Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2013, Vol. 28 n° 81, p.77-95.

BIROLI, Flavia. **Political violence against women in Brazil: expressions and definitions**. Direito & Práxis. Vol. 07, N.15, 2016, p. 557--589.

BIROLI, Flávia. **Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Setembro, 2020, n°90, p.45-69.

BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, v. 42, p. 155-162, mai., 2016

BOITO JR., Armando. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. **Princípios**, v. 1, p. 29-34, 2016b

BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato (org.) (1983). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo, Ática.

_____; PASSERON, Jean-Claude. Sociologues dês Mythologies et Mythologies de Sociologues. **Les Temps Modernes**. 1963, 211, p. 998-1021.

_____. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Geneve, Lib. Droz. Tradução disponível na web, por Paula Montero, 1972.

_____. "Estrutura, habitus e prática" In **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, p.337-361, 1987a.

_____. "Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe" In **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1987b.

_____. **What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups**. Berkeley Journal of Sociology. Vol.32, p.1-17, 1987c.

Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo, Papirus Editora, p.183-202, 2001a.

Meditações Pascalianas. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2001b.

 “Algumas propriedades dos campos”. In BOURDIEU, Pierre.
Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de século, 2003.

 “Fieldwork in philosophy” In BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.**
 Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, Brasiliense, 2004a.

Os usos sociais da ciência. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo, Brasiliense, 2004b.

 The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: BENSON, Rodney & NEVEU, Erik (ed.). **Bourdieu and the journalistic field.** Polity Press, 2005.

O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

 “O campo político” **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, jan-jul 2011, pp. 193-216.

A Distinção - crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Zouk, 2013a.

 “Capital Simbólico e classes sociais” **Novos Estudos**, nº 96: 105-115, 2013b.

 Sobre **o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92).**
 Tradução Rosa Freire Aguiar. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Orgs.). **O Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (400 p.)

CHALOUB, Jorge & LIMA, Pedro Luiz. **Os juristas políticos e suas convicções.** Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.49, n. 1, p.202-252, mar./jun., 2018.

COMBY Jean-Baptiste, FERRON Benjamin. **La subordination au pouvoir économique. Dépolarisation et verticalisation du champ journalistique.** Savoir/Agir, 2018/4 (Nº 46), p. 11-15.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal.** 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2016.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. *A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Orgs.) **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

DIAS, Luiz Antonio; SOUZA, Rafael Lopes de. **Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016** In: DIAS, Luiz Antonio & segurado, Rosemary (orgs.). *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. Editora Intermeios, 2018.

ENTMAN, Robert M. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. Journal of Communication Vol. 43(4) p.51-58, 1993.

ENTMAN, Robert M. **.Framing Bias: Media in the Distribution of Power**. Journal of Communication, Vol.57, p.163–173, 2007.

FAERMANN, Patrícia. **Como seria um governo Michel Temer?** Disponível em: <https://jornalggn.com.br/crise/como-seria-um-governo-michel-temer/> Acesso em: 19 de Junho de 2021.

FAUSTO NETO, Antonio. **Contratos de Leituras entre regulações e deslocamentos**. In: Diálogos Possíveis, Ano 6, n.2. Salvador: FSBA, 2007.

FERES JÚNIOR, João; MIGUEL, Lorena; BARBARELLA, Eduardo. **A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho**. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. **O terceiro turno de Dilma Rousseff**. Saúde debate [online]. 2016, vol.40, p.176-185.

O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e as eleições presidenciais de 2014 e 1998. revista compolítica 2016, vol. 6(1)

FREIRE FILHO, João. **Notas históricas sobre o conceito de qualidade na crítica televisual brasileira**. Galáxia. Abril, 2004.nº 7, p. 85-110

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo**. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Paulista reúne maior ato político desde as Diretas-Já, diz Datafolha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml> .Acesso em: Maio de 2018

GAMSON, William & MODIGLIANI, Andre **Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach**. American Journal of Sociology. Vol. 95. No 1, p.1-37 jul/1989

GAMSON, William. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GAMSON, William & LASCH, Kathryn Eilene. **The political culture of social welfare policy**. Center for Ressearch on Social Organization Working Paper N° 242, 1980

GARNHAM, Nicholas & WILLIAMS, Raymond. **Pierre Bourdieu and the sociology of culture: an introduction**. MediaCultureSociety, 1980. nº 2, p. 209-223

GOMES, Itania Maria da Mota. **Análise de telejornalismo – desafios teórico-metodológicos**. GOMES, Itania Maria da Mota (Org.). Salvador: EFUDBA, 2012.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975

_____. **Quadros da Experiência social: uma perspectiva de análise**. Petropolis: Vozes; 2012

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2011.

GUIMARÃES, Juarez. **O PSDB virou um partido golpista?** Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-PSDB-virou-um-partido-golpista-/4/32392> Acesso em: 04 de maio de 2021.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left**. Berkeley: University of California Press, 1980.

HALL, Stuart. **The question of cultural identity**. In: HALL, S.; HELD, D.; HUBERT, D.; THOMPSON, K. *Modernity: an introduction to modern societies*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. p. 596-634.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Largo da Batata reuniu 65 mil, a maioria novatos na onda de protestos**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml> Acesso em: 20 de Maio/2018

INSTITUTO DATAFOLHA. **Cresce apoio a protestos contra a tarifa de ônibus entre paulistanos**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-cresce-apoio-a-protestos-contr-a-tarifa-de-onibus-entre-paulistanos.shtml>. Acesso em: 20 de Maio de 2018

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.
JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim & CLETO, Murilo (orgs.) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JORNAL NACIONAL. **Protesto contra aumento de passagem de ônibus provoca tumulto no RJ.** Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-de-passagem-de-onibus-provoca-tumulto-no-rj.html>. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Retrospectiva e Perspectiva 2017.** Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/retrospectiva-perspectivas-2017-download/>. Acesso em: Junho de 2018.

KROOK, Mona Lena & SANÍN, Juliana Restrepo. **Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones.** Política y Gobierno. Vol. 23, nº1, 2016, p.127-162

LEMERT, Charles “*Goffman*”. In: Charles Lemert e Ann Branaman (ed.), **The Goffman Reader.** Oxford: Blackwell, 1997.

LIMA, Venicio A. Mídia In AVRITZER, Leonardo... [et al.] (orgs.) **Corrupção: ensaios e críticas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT’ALVERNE, Camila; MITOZO; BATISTA, Isabele. “**Nem Dilma nem Temer**”: um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do impeachment de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos. In NAPOLITANO, Carlos José; VICENTE, Maximiliano Martín; SOARES, Murilo César (Orgs.) **Comunicação e cidadania política.** São Paulo : Cultura Acadêmica, 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã: (I – Feuerbach).** 5ª ed. São Paulo: Hucitec. 1986. 138p.

MICELI, Sérgio. “A força do sentido” In BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

MESSENBURG, Débora. **A direita que saiu do armário:** a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado* Vol. 32, Nº 3, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** Lua Nova, nº55-56, p.155-184, 2002.

_____. **Carole Pateman e a crítica feminista do contrato.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 32 nº 93, p.1-17, 2017.

_____. **A produção do golpe no Brasil** In: GONZALEZ, Maria Victória Espiñeira& DA CRUZ, Danilo UzêdaOrgs. **Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados.** Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

_____ & BIROLI, Flavia. Introdução: Teoria e política na crise da democracia In: Encruzilhadas da Democracia. MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flavia (orgs.) **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

MURRAY, Rainbow. Introduction: Gender Stereotypes and Media Coverage of Women Candidates In: MURRAY, Rainbow ed. *Cracking th Highest Glass Ceiling: a global comparison of womans campaigns for executive office*. Praeger, 2010

NEVEU, Erik. Bourdieu, the Frankfurt School, and Cultural Studies: on some misunderstandings. In: BENSON, Rodney & NEVEU, Erik (ed.). **Bourdieu and the journalistic field**. Polity Press, 2005.

NEVEU, Erik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de.. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**. In F. Oliveira, & M. C. Paoli (Orgs.), *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibebe. (Orgs.) **Hegemonia às avessas** – economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**. São Paulo, nº11, Ano 7, p.169-180, 2016.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro; Paz e terra, 1993.

PETERS, Gabriel “Habitus, reflexividade e no-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 28 nº83: 47-72, 2013.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Dilma, uma mulher política**. O Golpe na perspectiva de Gênero. RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). Salvador: Edufba, 2018.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In Sader, E. (Org.) **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PORTO, Mauro. **Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RAWLS, Anne. **The Interaction Order Sui Generis: Goffman’s contribution to social theory**. SociologicalTheory, vol 5, p. 136-149, 1987.

ROCHA, Camilla. **“Imposto é roubo”**: A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. DADOS, Vol.62(3), Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **O monopólio social da “nação”**: O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff. Caxambu. 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016.

ROLNIK, Raquel. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações” In **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013

RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda. Precisamos falar de Gênero In: RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais In: BIROLI, Flavia et.al. **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

SADER, Emir (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SANTOS, Sidnay Fernandes dos. **Uma leitura de imagens de Dilma Rousseff na mídia**. El Análisis del Discurso en Latinoamérica, p. 340-350, 2016.

SASSARA, Luna de Oliveira. **É a economia, estúpido, ou não? A cobertura do Estadão nos pleitos de 1998 e 2014**. Disponível em: <http://manchetometro.com.br/2014/10/08/e-a-economia-estupido-ou-nao-a-cobertura-do-estadao-nos-pleitos-de-1998-e-2014/> Acesso em: 10 de junho de 2022.

SASSARA, Luna de Oliveira; VIEIRA, Lidianie Vieira; BARBARELLA, Eduardo & FERES JUNIOR, João. **De Dilma a Temer: o cão de guarda e a Lua de Mel**. Disponível em: <http://manchetometro.com.br/2017/04/24/de-dilma-a-temer-o-cao-de-guarda-e-a-lua-de-mel/> Acesso em: 10 de junho de 2022.

SILVA, Marcelo Kunrath. **A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?** Lusotopie, 17(1) p.88-111, 2018 .

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista In SINGER, André & LOUREIRO, Isabel (org.) **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. “Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas”. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 97, p. 23-40, Nov./2013

_____. “Cutucando onças com varas curtas – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº102, p.39-67, jul/2015.

_____. & LOUREIRO, Isabel (org.) **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo & MORETTO, Marcio. **2016: o ano da polarização?** Friedrich-Ebert-Stiftung. São Paulo, Análise nº122/2017, mar/2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Mauro Wilton de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In SOUZA, Mauro Wilton de (org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SMITH, Greg. **Erving Goffman.** Abingdon e Nova York: Routledge, 2006.

TAGATIBA, Luciana & GALVÃO, Andreia. “Os protestos no Brasil em tempos de crise(2011-2016)”, **Opinião Pública**, vol. 25, nº 1, p. 63-96, 2019.

TAGATIBA, Luciana. “Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff”. **Lusotopie**, vol.17, Issue 1, p.112-135, 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis, Insular, vol. II, 2005.

VANDENBERGHE, Frédéric **Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico.** Belo Horizonte e Rio de Janeiro: UFMG e IUPERJ, 2010

VIANNA, Luiz Werneck. **A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

WACQUANT, Loïc. “O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal”, **Revista de Sociologia e Política**, nº19: 95-110, 2002.

_____. “Pierre Bourdieu” In STONES, Rob (org). **Key Sociological Thinkers.** Londres: Palgrave Macmillan, 2007a.

_____. “Esclarecer o habitus” **Educação & Linguagem**, Ano 10, nº 16: 63-71, 2007b.

_____. “Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão de classes” **Novos Estudos**, nº 96: 87-103, jul/2013.

APÊNDICE A – SÍNTESE CRONOLÓGICA DO IMPEACHMENT

21/10/15	Pedido de impeachment assinado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal é protocolado na Câmara dos Deputados;
29/10/15	Lançado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - sigla do vice-presidente Michel Temer - o documento “Uma ponte para o futuro”
02/12/15	O Dep. Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, autorizou a abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff (mesmo dia em que a bancada petista anunciou a decisão de votar pela continuidade do processo de cassação de Cunha no Conselho de Ética)
07/12/2015	Michel Temer publica carta pública a Dilma.
08/12/2015	Início do processo de impeachment na Câmara dos Deputados com a escolha, em votação secreta, dos membros da casa para compor a comissão especial para analisar o pedido de impeachment. No mesmo dia, o Ministro do STF Luiz Edson Fachin decide em liminar pela suspensão do processo até que o pleno do Supremo defina as regras para o processo.
11/12/2015	Dilma Rousseff entra com uma ação no STF para anular o processo de impeachment. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, entra com uma ação semelhante.
17/12/2015	Plenário do STF anula a primeira eleição dos membros da Comissão Especial do Congresso e determina quais as regras para o prosseguimento do processo de impeachment;
01/02/2016	A Câmara dos Deputados recorre ao STF contra o rito estabelecido pelo pleno;
04/03/2016	Ex presidente Luis Inácio Lula da Silva é conduzido

	coercitivamente pela Polícia Federal
14/03/2016	Manifestações pró-impeachment
16/03/2016	STF rejeita o recurso da Câmara e mantém as regras anteriormente definidas para o processamento do pedido de impeachment;
17/03/2016	Câmara elege os membros para compor a Comissão Especial que analisariam o pedido de impeachment; “No mesmo dia, Lula é anunciado como ministro-chefe da Casa Civil. O juiz Sergio Moro derruba sigilo do processo a que ele responde na Lava Jato e divulga áudio de grampo entre ele e Dilma” (G1, 2016)
18/03/2016	Manifestações contra o impeachment
29/03/2016	PMDB se retira oficialmente do governo
30/03/2016	Comissão Especial ouve os dois autores do pedido de impeachment (Janaina Paschoal e Miguel Reale Jr.)
04/04/2016	Ministro José Eduardo Cardozo, da Advocacia-Geral da União, entregou a defesa escrita da presidente e fez a sustentação oral.
11/04/2016	Comissão Especial aprovou o parecer do deputado relator, Jovair Arantes (PTB/GO), favorável à denúncia por crime de responsabilidade.
14/04/2016	AGU ajuíza mandado de segurança no STF para tentar barrar o processo de impeachment;
17/04/2016	O plenário da Câmara votou pela admissibilidade do processo, tendo como consequências o imediato afastamento da presidente de suas funções e o encaminhamento do processo ao Senado; (sessão em que parlamentares indiciados por corrupção e réus em processos diversos dedicaram seu voto a Deus, à família e a seus estados)
25/04/2016	Comissão especial no Senado Federal é formada para dar continuidade aos trabalhos iniciados na Câmara.
12/05/2016	Plenário do Senado Federal aprova por maioria simples

	instauração do processo de impeachment, decidindo pelo afastamento de Dilma Rousseff. Michel Temer assume como presidente interino.
12/05/2016	Temer edita MP 726 na qual ficam extintos uma série de ministérios associados a políticas por cidadania, como das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm
02/08/2016	O relator Antonio Anastasia apresenta relatório favorável ao impeachment de Dilma Rousseff
04/08/2016	O relatório de Anastasia é aprovado na comissão especial do Senado Federal.
10/08/2016	O relatório de Anastasia é aprovado no plenário do Senado Federal, iniciando julgamento de Dilma Rousseff.
25/08/2016	Início da etapa final do julgamento de Dilma Rousseff no Senado Federal;
29/08/2016	Dilma se defende no Senado
31/08/2016	O plenário do Senado decidiu afastar Dilma definitivamente, cassando seu mandato. Dilma mantém o direito de exercer funções públicas. Michel Temer assume definitivamente a presidência da república.

APENDICE B - EDIÇÕES E MATÉRIAS ANALISADAS

DATA	MATÉRIAS (abertura das matérias)
21/10/2015	O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi alvo de um protesto hoje dentro do Congresso. E recebeu da oposição mais um pedido de impeachment da presidente Dilma.
21/10/2015	No Congresso Nacional, a votação das contas do governo de 2014, que foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, só deve acontecer em 2016. O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, deu prazo de até 45 dias para o governo apresentar uma defesa. Renan alegou que, apesar de o governo já ter apresentado argumentos durante a votação no TCU, agora, o julgamento é outro, é político. E que, por isso, o governo merece uma nova defesa. Só depois, é que a documentação vai ser encaminhada à Comissão Mista de Orçamento, para primeira votação. E depois ainda vai ter que ser votada no Plenário.
29/10/2015	O PMDB divulgou hoje um documento batizado de uma ponte para o futuro, em que defende caminhos diferentes dos adotados pelo governo pra tirar o país da crise. Mas o partido diz que não é um rompimento.
02/12/2015	Uma decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mexeu com o cenário político do país. No início da noite, ele anunciou que aceitou o pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff
02/12/2015	A gente vai continuar à Brasília, mas vamos agora direto para o Palácio do Planalto, onde está o repórter Marcos Losekann, boa noite

	Marcos, qual foi a decisão, a reação da presidente Dilma Rousseff?
02/12/2015	Com o pedido de abertura do processo de impeachment acolhido, começa agora uma longa tramitação no Congresso Nacional
02/12/2015	Como os parlamentares reagiram à decisão de Eduardo Cunha
02/12/2015	O anúncio sobre o processo de impeachment foi feito logo depois de outras duas decisões: o Conselho de Ética adiou, mais uma vez, a votação sobre o processo contra Eduardo Cunha e deputados petistas disseram que vão votar pela continuidade da apuração
02/12/2015	Dilma acabou de falar aqui no Palácio do Planalto e reagiu com indignação a essa abertura do processo de impeachment
02/12/2015	Em pouco tempo, o Congresso estará em recesso, de que maneira isso pode interferir no processo
03/12/2015	O processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff começou a tramitar oficialmente na Câmara. O primeiro passo foi a leitura dos documentos. O pedido de abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma foi lido pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Beto Mansur, do PRB. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acompanhou toda a leitura, que demorou mais de três horas.
03/12/2015	A movimentação começou cedo no Palácio do Planalto. A estratégia do governo é tentar acelerar o processo e votar logo.
03/12/2015	O pedido de abertura de processo de impeachment da presidente Dilma abriu um debate entre juristas sobre as questões técnicas do

	caso.
03/12/2015	O mercado financeiro reagiu ao pedido pra abrir o processo de impeachment. Sindicalistas e empresários temem os efeitos sobre a economia.
03/12/2015	Já mudou muita coisa na Câmara sobre a convocação extraordinária. O Democratas e o PSDB não querem mais suspender o recesso. É uma reação à estratégia do governo de votar logo, o quanto antes, na comissão especial e também no plenário da Câmara o pedido de impeachment. Para a oposição, o melhor agora é suspender tudo na Câmara do fim de dezembro até o início de fevereiro, apostando no desgaste político e econômico do governo Dilma.
04/12/2015	A presidente Dilma Rousseff voltou hoje a criticar o pedido de abertura de processo de impeachment e afirmou que não cometeu nenhum ato ilícito. No Palácio do Planalto, o dia foi movimentado, com várias reuniões.
04/12/2015	A Câmara dos Deputados entregou na ontem a notificação sobre a abertura do processo de impeachment para a presidente Dilma Rousseff. Com isso, começou oficialmente a contar o prazo para que ela apresente a defesa. No Congresso, os partidos já começaram a indicar os deputados que farão parte da comissão especial que vai analisar o pedido.
04/12/2015	O Supremo Tribunal Federal começou a decidir sobre os recursos apresentados pelo PT e pelo PCdoB contra o pedido de impeachment.

05/12/2015	O fim de semana está sendo de muita conversa política. Os partidos precisam indicar os nomes dos deputados que farão parte da comissão encarregada de analisar o pedido de abertura de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O prazo vence na segunda-feira, às 14h.
07/12/2015	O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, adiou a eleição dos integrantes da comissão do impeachment. A votação seria nesta segunda-feira à noite, mas a oposição e uma ala de insatisfeitos do PMDB ameaçaram apresentar uma lista paralela.
08/12/2015	O plenário da Câmara começou a eleger nesta terça-feira a comissão que vai analisar o pedido de impeachment da presidente Dilma. Parte da oposição e uma ala dissidente do PMDB conseguiram aprovar uma chapa alternativa, com nomes favoráveis ao impeachment.
08/12/2015	O vice-presidente Michel Temer escreveu uma carta para a presidente Dilma Rousseff. Disse que tem demonstrado lealdade e que se sente um vice decorativo. A carta começa com uma citação em latim, que significa, as palavras voam, os escritos permanecem.
08/12/2015	O impacto da carta do vice-presidente Michel Temer à presidente Dilma Rousseff foi profundo em Brasília.
08/12/2015	Manifestantes protestaram, no Rio de Janeiro, contra a abertura do processo de impeachment. Na Avenida Rio Branco, no centro da cidade, pediram a saída do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e mudanças na política econômica, com mais emprego e renda. O protesto foi convocado pela CUT e outras centrais sindicais, além do PT e do PCdoB. A Polícia Militar não divulgou estimativa do

	número de manifestantes. Segundo os organizadores, eram dez mil pessoas.
09/12/2015	O andamento do pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff está suspenso. A decisão do ministro Edison Fachin do Supremo Tribunal Federal vale até que o plenário do STF tome a decisão final sobre a tramitação.
09/12/2015	No Congresso Nacional, tanto a oposição quanto os governistas gostaram da decisão do ministro Fachin. Mas por motivos opostos.
09/12/2015	A presidente Dilma Rousseff está reunida na noite de hoje com o vice, Michel Temer, em Brasília. O clima entre os dois piorou muito depois da divulgação da carta que ele mandou para ela, com queixas do tratamento que recebeu ao longo desses anos de mandato.
10/12/2015	O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, que suspendeu o processo de impeachment, disse que o STF deve decidir sobre o rito do processo na semana que vem. Enquanto isso, fica tudo paralisado na câmara dos deputados.
11/12/2015	Terminou nesta sexta-feira o prazo dado pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, para que cinco órgãos apresentassem informações sobre o processo de impeachment. Com base nesses dados, Fachin vai formular o voto dele que o plenário do Supremo deve analisar na próxima quarta (16)
12/12/2015	O Supremo Tribunal Federal vai decidir sobre como vão ser as regras da tramitação, no Congresso, do pedido de abertura do processo

	impeachment da presidente Dilma Rousseff. O Jornal Nacional ouviu a opinião de juristas sobre o assunto.
14/12/2015	Manifestantes foram para as ruas em todo o país neste domingo pedir o impeachment da presidente Dilma, mas com participação menor que nas outras manifestações deste ano.
14/12/2015	Prefeitos de 14 capitais entregaram uma carta de apoio à presidente Dilma Rousseff, durante uma reunião nesta segunda-feira no Palácio da Alvorada. Eles são contrários a abertura do processo de impeachment.
15/12/2015	Na quarta-feira (16), o Supremo Tribunal Federal vai discutir as regras da tramitação do processo de impeachment contra a presidente Dilma no Congresso Nacional.
17/12/2015	Os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram anular os procedimentos adotados pela Câmara até agora no pedido de abertura do processo de impeachment da presidente Dilma. Os deputados vão ter que fazer uma nova eleição da comissão especial responsável pela análise do pedido. Desta vez, com apenas uma chapa - indicada pelos líderes - e com voto aberto.
18/12/2015	As regras da tramitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff foram promulgadas nesta sexta-feira. Tudo que a Câmara fez até agora está anulado.
21/12/2015	Partidos de oposição vão tentar mudar regras da Câmara dos Deputados sobre o processo de impeachment. Mas a base do governo descarta qualquer mudança.

23/12/2015	O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, teve uma audiência, nesta quarta-feira, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, para discutir a decisão sobre as regras de tramitação do pedido de impeachment da presidente Dilma.
29/12/2015	O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, declarou nesta terça-feira que considera que o pagamento das pedaladas fiscais não deve interferir no andamento do pedido de abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.
22/01/2016	Dilma fala sobre relatório do FMI que prevê queda da economia brasileira Presidente comparou também o pedido de impeachment contra ela às pressões que Getúlio Vargas enfrentou na década de 1950.
13/02/2016	Dilma defende ex-presidente Lula de suspeitas levantadas pela Lava-Jato 'Lula está sendo objeto de uma grande injustiça', afirma a presidente. Os dois se reuniram nesta sexta-feira, em São Paulo.
17/02/2016	Manifestantes pró e contra Lula se enfrentam diante de fórum em SP. Lula e Marisa seriam ouvidos sobre o apartamento <i>triplex</i> no Guarujá. Conselho Nacional do Ministério Público suspendeu os depoimentos.
17/02/2016	Dilma impõe derrota a Cunha na eleição do líder do PMDB na Câmara Deputado Leonardo Picciani foi reeleito líder do PMDB, numa votação que media forças entre a presidente da República e o presidente da Câmara.

18/02/2016	Dilma apresenta defesa na ação que pede a cassação do mandato dela Ação movida pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral alega abuso de poder político e econômico e fraudes na captação de recursos para eleição de 2014.
23/02/2016	Propaganda partidária do PT provoca protestos nesta terça-feira Houve panelaços em vários bairros do Rio de Janeiro. Paulistanos também foram pras janelas protestar.
24/02/2016	Brasil é oficialmente retirado do grupo de países seguros para investir De uma vez só, a agência Moody's rebaixou o Brasil em dois níveis. E o país perdeu o último selo de bom pagador que ainda tinha.
24/02/2016	Queda da nota do Brasil leva oposição a criticar o governo Aliados do Palácio do Planalto cobraram mudanças e criticaram as agências. Oposição disse que falta credibilidade ao governo.
27/02/2016	PT comemora 36 anos e nega que haja crise entre Dilma e o partido A comemoração do aniversário do PT começou com seminários, no Rio. O partido divulgou documento com propostas para enfrentar a crise econômica.
27/02/2016	Dilma não vai à festa do PT e diz que não governa só para o partido Do Chile, Dilma mandou carta ao PT elogiando a militância do partido. A jornalista, disse que as divergências fazem parte do processo democrático.
04/03/2016	Policiais federais levaram o ex presidente Luís Inácio Lula da Silva pra depôr a investigadores da operação lava jato hoje de manhã, numa sala do aeroporto de Congonhas em São Paulo. Ele foi o alvo

	central da 24a fase da operação, que recebeu o nome de "Aleteia".
04/03/2016	Os investigadores disseram que as suspeitas contra o ex presidente Lula são baseadas em provas e depoimentos. O Ministério Público e a Polícia Federal investigam o papel dele no esquema criminoso da PETROBRAS.
04/03/2016	A 24a fase da Lava Jato teve operação de busca e apreensão no Sítio de Atibaia, que a família do ex-presidente Lula costuma frequentar, no interior de São Paulo. E surgiram novas informações sobre esse imóvel.
04/03/2016	O ex-presidente Lula passou grande parte do dia na sede do PT, em São Paulo, junto de políticos e de militantes. Muitos ficaram do lado de fora do prédio, onde houve confusão e agressões a jornalistas.
04/03/2016	A Presidente Dilma Rousseff manifestou solidariedade ao ex-presidente Lula.
04/03/2016	Deputados e senadores de oposição cancelaram as viagens para os Estados e usaram os acontecimentos de hoje para reforçar o pedido de impeachment da Presidente Dilma.
04/03/2016	Equipes que trabalhavam na cobertura do depoimento do ex-Presidente Lula foram hostilizadas hoje.
07/03/2016	Dilma diz que oposição está dividindo o país; oposição reage Presidente criticou a postura da oposição nesta segunda-feira. Líder do PSDB no Senado disse que o governo deve ser responsabilizado pela crise.

08/03/2016	STF publica regras de tramitação do processo de impeachment de Dilma Cunha reapresentou recurso que pede que a eleição da comissão que vai analisar processo seja com voto secreto e com direito a chapa avulsa.
10/03/2016	Carta é divulgada em protesto contra atos de violência contra jornalistas A carta cita a sucessão de atos de intimidação e de agressões que vem sendo praticada contra jornalistas e meios de comunicação.
11/03/2016	Dilma diz que não há base para impeachment e que não vai renunciar Presidente convocou a imprensa para defender o governo e o ex-presidente Lula. Ela diz que repudia o pedido de prisão preventiva dele.
12/03/2016	PMDB reconduz Michel Temer à presidência do partido Partido adia a decisão sobre a saída ou não do governo. Temer fez um discurso moderado e conteve o clima da convenção.
12/03/2016	JN reage a advogados de Lula, que solicitaram direito de resposta Advogados dizem que nem Lula nem sua assessoria foram procurados para responder às acusações do MP. A TV Globo mostrou que pediu e que exibiu notas comentando a denúncia oferecida pelos promotores.
14/03/2016	Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas, no domingo, no Brasil inteiro. Ao todo, houve atos em 337 cidades, em todos os estados. Imagem de brasileiros com a mão no coração cantando o hino nacional, hino do nacional ao fundo, em diversos locais do país.

14/03/2016	Os protestos tiveram repercussão hoje no Congresso. As manifestações de ontem criaram um consenso no congresso. Daqui para frente o processo de impeachment contra a presidente Dilma vai dominar os discursos e ações na Câmara e no Senado. A oposição não pensa em outra coisa.
14/03/2016	As manifestações repercutiram também no Palácio do Planalto. A presidente Dilma se reuniu pela manhã com oito ministros e os líderes do governo no Congresso depois da maior manifestação contra o governo da história. A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram amenizar o recado das ruas.
16/03/2016	Em Brasília, os manifestantes protestaram nesta quarta-feira em frente ao Palácio do Planalto. Eles começaram a chegar por volta das 17h, antes da divulgação da gravação entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula, que foi divulgada um pouco depois.
16/03/2016	STF mantém regras para abertura do processo de impeachment Ministro relator rejeitou os recursos da Câmara dos Deputados contra o rito do impeachment. Ele foi seguido por outros oito ministros.
16/03/2016	A nomeação do ex-presidente Lula para o ministério foi feita de uma maneira muito discreta, em uma nota de 13 linhas. Depois disso veio o silêncio. O silêncio do governo sobre a nomeação do ex-presidente Lula foi quebrado no meio da tarde. A presidente Dilma deu uma entrevista no Palácio do Planalto.
16/03/2016	A revelação do diálogo entre Lula e a presidente Dilma provocou reação imediata no Congresso Nacional.
16/03/2016	A crise política brasileira ganhou destaque na imprensa nacional

18/03/2016	Manifestantes fazem atos contra o impeachment e a favor de Lula Atos aconteceram em 55 cidades, com 1,2 milhão de pessoas, segundo organizadores, e 267 mil, de acordo com a PM. Em SP, Lula participou.
18/03/2016	Uma decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deu início à contagem de prazo nos trabalhos da comissão que vai analisar o pedido de impeachment da presidente Dilma.
18/03/2016	Manifestações pró-Lula e contra o impeachment foram até a noite Gilmar Mendes, do STF, concedeu uma liminar que suspende a nomeação de Lula para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil.
19/03/2016	O governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão Ministro Gilmar Mendes que suspendeu a nomeação do ex presidente Lula como Ministro da Casa Civil. Na decisão Gilmar Mendes afirma que a nomeação teve o objetivo de dar foro privilegiado a Lula e impedir o cumprimento das medidas judiciais.
19/03/2016	A Ordem dos Advogados decidiu que vai apoiar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.
19/03/2016	O novo Ministro da Justiça, Eugênio Aragão deu uma entrevista que causou polêmica e causou reação imediata da Política Federal. Ele afirmou que se sentir: “Cheiro de Vazamento” troca a equipe de investigação mesmo sem provas
19/03/2016	Os grampos feitos a partir de telefones feitos pelo ex presidente Lula e que tiveram a divulgação liberada pela justiça, indicam que Lula atuava de fato, para que o substituto de José Eduardo Cardozo do Ministério da Justiça acabasse com o que chamava de vazamentos

	da Operação Lava Jato.
19/03/2016	O ex-líder do governo e senador licenciado Delcídio do Amaral, que foi preso em flagrante por ordem do Supremo Tribunal Federal, e, posteriormente, saiu da cadeia depois de fazer acordo de delação premiada, concedeu entrevista ao Jornal Nacional e também à Revista Veja.
19/03/2016	O G1 o portal de notícias da Globo na internet fechou o balanço com os números das manifestações de ontem a favor do governo Dilma.
19/03/2016	Um grupo de manifestantes contra o governo Dilma voltou a acampar na Avenida Paulista. Os manifestantes estão acampados na calçada em frente a Fiesp, a Federação das Indústrias de São Paulo. Eles dizem que não pertencem a nenhum partido político e que vão ficar lá até que a presidente Dilma deixe o governo. Em Curitiba o protesto foi a favor do juiz Sérgio Moro e da Operação Lava Jato, em frente ao prédio da Justiça Federal. No Rio Grande do Sul manifestantes contra o governo Dilma bloquearam parcialmente o acesso em três rodovias do Estado.
21/03/2016	Na noite de hoje manifestantes se reuniram em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. Eles pedem o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo a Polícia Militar, são cinco mil pessoas. A Comissão da Câmara que vai avaliar o pedido de impeachment teve nesta segunda-feira a primeira reunião. E o impeachment também foi assunto no Palácio do Planalto.
22/03/2016	A presidente Dilma Rousseff recebeu, nesta terça-feira, o apoio de juízes, professores e advogados no Palácio do Planalto. O governo chamou a cerimônia de "encontro pela legalidade em defesa da democracia". A presidente voltou a dizer que não cometeu nenhum

	crime.
11/04/2016	A Comissão Especial do impeachment passou o dia (ênfase no tom de voz) debatendo o relatório que recomenda o seguimento do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Ele vai ser votado daqui a pouquinho.
11/04/2016	Uma gafe do vice-presidente Michel Temer movimentou Brasília hoje. Por descuido, ele enviou por WhatsApp a um grupo de Deputados o áudio, a gravação, do discurso que ele tava preparando para o caso de um impeachment da presidente Dilma ser autorizado pelo plenário da câmara.
11/04/2016	O governo do Distrito Federal e a direção da Câmara dos Deputados reforçaram a segurança na Esplanada dos Ministérios.
11/04/2016	Manifestantes contrários o impeachment estão reunidos neste momento no Centro do Rio de Janeiro.
11/04/2016	Influenciado pelo quadro político o real se valorizou hoje quase 3% em relação ao dólar americano, atingiu o menor preço em oito meses: R\$ 3,49 A bovespa fechou o dia em baixa.
12/04/2016	O Fundo Monetário Internacional anunciou hoje que a economia mundial vai crescer, em média, num ritmo menor em 2016: 3,2%. Mas a estimativa para o Brasil é de uma recessão ainda pior do que se previa.
12/04/2016	O número de brasileiros com pelo menos uma conta em atraso bateu recorde no mês passado.

12/04/2016	Um dia depois da derrota na comissão especial do impeachment, a presidente Dilma Rousseff fez um discurso em tom agressivo. Sem citar nomes, ela disse que o relatório do deputado Jovair Arantes é uma fraude histórica e acusou o vice-presidente Michel Temer e o deputado Eduardo Cunha de traição e conspiração. Os três rebateram e falaram em falta de serenidade e em desespero. No Congresso, governo e oposição trabalham para conquistar votos. Off: A oposição passou o dia comemorando o resultado de ontem da comissão especial. Teve até desfile pelo Salão Verde. Um olho na comemoração, outro olho no que vem pela frente. Deputados de oposição fizeram várias reuniões. Passaram um a um os votos dos 513 deputados. E mostraram otimismo para conseguir pelo menos os 342 votos - dois terços do total - para aprovar a abertura do processo de impeachment também no plenário da Câmara.
12/04/2016	Numa reunião com líderes dos partidos, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anunciou hoje que a votação do processo de impeachment da presidente Dilma vai ser no domingo. Os debates no plenário começam na sexta.
12/04/2016	A Polícia Militar do Distrito Federal deteve um homem com R\$ 16 mil numa mochila. Ele estava entre os manifestantes num ato do MST contra o impeachment e não soube explicar por que carregava tanto dinheiro.
18/04/2016	Pouco mais de doze horas depois da votação da Câmara, o Senado recebeu hoje a tarde o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff
18/04/2016	O Brasil passou o domingo acompanhando a sessão do plenário da Câmara, o Congresso estava lotado.

18/04/2016	O pedido do processo de abertura de impeachment aprovado pelos deputados ontem começou a tramitar no Congresso em dezembro do ano passado, quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia. De lá para cá, o país tem acompanhado uma séria de desdobramentos políticos e jurídicos, quem mostra é o repórter Marcos Losekann.
18/04/2016	O vice presidente Michel Temer se reuniu com assessores hoje em São Paulo. Aliados disseram que já pensa na formação de uma equipe econômica. Off: Foi só o resultado se definir no plenário da Câmara e começou uma romaria de políticos ao Palácio do Jaburu, residência oficial do vice presidente, Michel Temer, sucessor de Dilma Rousseff caso o senado aceite a denuncia contra a presidente, o vice já busca alternativas para um possível novo governo.
18/04/2016	Um dia depois de a Câmara votar o processo de impeachment para o senado, a presidente visivelmente abalada, Dilma Rousseff falou hoje com a imprensa, voltou a insistir que é inocente e se disse injustiçada.
18/04/2016	Na sessão de ontem que decidiu pelo encaminhamento do processo de impeachment da presidente Dilma, Cunha foi atacado por mais de 40 deputados, durante a votação. Ele é alvo de investigações no Supremo tribunal federal e também no conselho de ética da câmara
18/04/2016	Esse domingo foi muito parecido para milhões de brasileiros, muitos milhões. para quem estava em casa ou não, era preciso ter uma televisão por perto, era preciso acompanhar o que estava acontecendo em Brasília

12/05/2016	Foram mais de 20 horas de sessão até o resultado final. As 6h33 da manhã, o Senado aprovou a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff e com isso, ela fica afastada do cargo por até 180 dias. 55 senadores votaram a favor do afastamento e isso representa um voto a mais do que 2/3 do senado, o quórum que vai ser exigido para condená-la em definitivo ao fim do julgamento.
12/05/2016	A presidente afastada Dilma Rousseff recebeu apoio de manifestantes na saída do palácio do planalto. Logo que foi informada oficialmente do afastamento, ela disse em discurso que vai lutar até o fim.
12/05/2016	Desde que o processo de impeachment começou a tramitar na Câmara até a manhã de hoje quando Dilma Rousseff foi afastada temporariamente pelo senado foram cinco meses e dez dias de intensa batalha política.
12/05/2016	no pedido de impeachment os juristas Miguel Reale Junior, Janaina Pascoal e Hélio Bicudo denunciaram a presidente Dilma Rousseff pelas agora famosas pedaladas fiscais e por editar decretos que aumentaram gastos do governo sem a autorização do congresso, como exigiria a lei, segundo as denúncias seriam esses os crimes de responsabilidade de Dilma.
12/05/2016	Na saúde de qualquer empresa os erros e os acertos dos administradores aparecem em números e isso vale também para os países quando se olha índices de inflação, de emprego, de crescimento. O repórter Roberto Kovalinski e o comentarista de economia Carlos Alberto Sardenberg mostram agora o que dizem os números sobre a economia brasileira

12/05/2016	A presidente afastada terá todo o período de julgamento do senado para tentar provar a sua inocência e voltar ao poder e ela já disse que lutará até o fim. A trajetória política de Dilma até aqui foi marcada por êxitos eleitorais, pelo comando de ações estratégicas como o PAC, por altos e baixos na popularidade e também por desafios e problemas. Off: Dilma Rousseff veio para Brasília no primeiro ano do governo Lula, em 2003. Sua experiência política começou aos 16 anos quando entrou para a luta armada no regime militar. Dilma foi presa e torturada, ela nasceu em Belo Horizonte, mas fez carreira política no Rio Grande do Sul. No primeiro ano do governo lula foi ministra de minas e energia e em 2005 com a queda de José Dirceu do comando da casa civil, Dilma passou a chefiar a pasta.
12/05/2016	O presidente em exercício Michel Temer, do PMDB, defendeu hoje um governo de salvação nacional para combater a crise econômica, no primeiro pronunciamento dele ao país. Temer também pediu confiança nos valores do povo brasileiro, na democracia e nas instituições. Temer tomou posse no final da manhã.
12/05/2016	Michel Temer é conhecido pelo estilo conciliador e discreto. E se mantém fiel ao PMDB.
12/05/2016	O presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu hoje o comando do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.
12/05/2016	Esta foi uma semana intensa, no Brasil, por causa da política. Para os cidadãos, para os próprios políticos e também pra nós, jornalistas, encarregados de mostrar tudo que estava acontecendo.

12/05/2016	Quatro jornalistas da TV Globo e da GloboNews em Brasília, os repórteres Marcelo Cosme, Zileide Silva, Roniara Castilhos e Wesley Araruna, foram agredidos hoje quando acompanhavam a saída da presidente afastada Dilma Rousseff do Palácio do Planalto. Eles foram levados pela assessoria de imprensa do Palácio para um local próximo à rampa, onde Dilma Rousseff discursaria. No mesmo local, manifestantes começaram a gritar contra a presença da imprensa. Os jornalistas foram xingados e três deles, empurrados e chutados. Os quatro estão bem.
10/08/2016	A presidente afastada Dilma Rousseff vai ser julgada no plenário do Senado por crime de responsabilidade. A continuidade do processo de impeachment foi aprovada em votação na madrugada de hoje
10/08/2016	E hoje começou a última fase do processo de impeachment de Dilma Rousseff.
10/08/2016	O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do Democratas, marcou pra 12 de setembro a votação em plenário do processo de cassação do mandato do deputado afastado Eduardo Cunha, do PMDB.
25/08/2016	O Senado começou nesta quinta-feira o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff. É a última fase do processo que começou há nove meses. Mas antes de mostrar essa sessão comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowsky, o Jornal Nacional vai relembrar os fatos que deram origem ao processo. É um resumo que ajuda a entender os argumentos da acusação e da defesa da presidente afastada
25/08/2016	Hoje, no Senado, foi aberto o julgamento que vai decidir se Dilma será definitivamente afastada ou se voltará a governar o país.

25/08/2016	Link ao vivo no fim do programa: Giuliana Marrone: Bom, e antes de terminar essa edição do Jornal Nacional a gente volta a Brasília com a sessão de julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff e a Zileide atualiza as informações pra gente,
29/08/2016	Já dura mais de dez horas no plenário do Senado a sessão em que Dilma Rousseff se defende pessoalmente no processo de impeachment.
29/08/2016	Pouco depois dessa apresentação da defesa, começou o interrogatório da presidente afastada Repórter Júlio Mosquera: Cada senador teve cinco minutos para fazer perguntas. A presidente afastada, tempo livre para responder e não poderia ser contestada depois da resposta.
29/08/2016	No início da noite, a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto divulgou uma nota com desmentidos a afirmações da presidente afastada Dilma Rousseff. O texto é o seguinte:
29/08/2016	Manifestantes contrários ao impeachment foram às ruas em 11 estados e no Distrito Federal. A mobilização foi bem menor do que em atos anteriores. Em Brasília, os manifestantes foram para a Esplanada dos Ministérios. No centro do Rio de Janeiro, além de apoio à presidente afastada, havia faixas contra o governo Temer. Em São Paulo, houve momentos de tensão. Um grupo tentou passar por um bloqueio da PM. Os soldados usaram bombas de gás lacrimogêneo. Logo depois, manifestantes colocaram fogo em sacos de lixo, fechando a rua.
31/08/2016	O senado Federal aprovou hoje o impeachment de Dilma Rousseff e Michel Temer já tomou posse como presidente do Brasil. A sessão de

	juízo durou seis dias e a última etapa começou com uma discussão, aliados de Dilma queriam e conseguiram que a decisão fosse tomada em duas votações.
31/08/2016	A primeira votação foi sobre o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência. Sessenta e um senadores julgaram que ela cometeu crime de responsabilidade.
31/08/2016	Depois de decidido o impeachment, os senadores começaram a segunda votação. E o resultado foi favorável a Dilma Rousseff. Ficou decidido que ela não está inabilitada para o exercício de função pública pelos próximos oito anos.
31/08/2016	O presidente Michel Temer assistiu ao julgamento do impeachment de Dilma Rousseff pela televisão no Palácio do Jaburu.
31/08/2016	Assim que acabou a sessão do impeachment, senadores começaram a discutir a decisão de dividir a votação em duas. E a que permitiu Dilma Rousseff continuar habilitada a exercer função pública.
31/08/2016	Logo depois da aprovação do impeachment, Dilma Rousseff fez um pronunciamento. Repetiu que é vítima de um golpe, e disse que vai fazer uma oposição enérgica e incansável.
31/08/2016	Agora a noite manifestantes protestaram em algumas capitais, em São Paulo a polícia fez um cordão de isolamento para afastar manifestantes a favor e contra o impeachment na avenida paulista. Há poucos minutos um grupo tentou mudar o trajeto e a PM jogou bomba. No Rio de Janeiro integrantes do movimentos sindicais e sociais se reuniram no centro com faixas de apoio a Dilma e contra a posse de Michel Temer. No Recife um grupo contra o impeachment bloqueou o trânsito em uma das avenidas mais movimentadas. Em

	Porto Alegre em uma caminhada no centro manifestantes manifestaram com a saída de Dilma Rousseff.
--	---

APENDICE C – LISTA DE PERSONAGENS CITADOS NA COBERTURA

Aécio Neves (Senador do PSDB)
Agnaldo Ribeiro (PP-PB)
Alfonso Florence (PT)
Aloysio Nunes Ferreira (Sen PSDB-SP)
Ana Amelia (PP-RS)
ANFAVEA
Antonio Imbassahy (PSDB-BA)
Associação de Juizes Federais
Carlos Alberto Sardemberg
Carlos Fernando de Lima (procurador MPF)
Carlos Sobral (Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Política Federal)
Carmen Lucia (Ministra STF)
Cassio Cunha Lima (PSDB/PB)
Celso de Mello (Ministro STF)
Celso Pansera (ministro CT - PMDB)
Chico Buarque
Cláudio Lamachia (Presidente da OAB)
CUT
Daniel Sarmento (prof. Dir. Constitucional UERJ)
Delcídio do Amaral
Democratas
Deputada Erica Kokay (PT-DF)
Deputada Jandira Feghali
Deputada Luciana Santos (PCdoB)
Deputado Alessandro Molon (REDE)
Deputado Arlindo Chinaglia (PT)
Deputado Beto Mansur
Deputado Bruno Araujo (PSDB)
Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP)
Deputado Darcidio Perondi (PMDB)

Deputado Eduardo Cunha (PMDB)
Deputado Fausto Pinato (PRB)
Deputado Hugo Motta (PMDB-PB)
Deputado José Carlos Araújo (PSD-BA)
Deputado Jose Guimarães (PT/CE)
Deputado José Guimarães (PT-CE)
Deputado Jovair Arantes (PTB)
Deputado Júlio Lopes (PP)
Deputado Marcos Montes (PSD/MG)
Deputado Marcos Rogerio (DEM-GO)
Deputado Maurício Quintella (PR-AL)
Deputado Mendonça Filho (DEM)
Deputado Miro Teixeira (REDE)
Deputado Osmar Serraglio (PMDB)
Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM) (lider dem)
Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM)
Deputado Rubens Bueno (PPS- PR)
Deputado Rubens Bueno (PPS)
Deputado Sibá Machado (PT)
Deputado Valdir Maranhão (PP)
Deputado Valmir Pascidelli (PT-SP)
Deputado Wadih Damous (PT-RJ)
Deputado Zé Geraldo (PT-PA)
Deputador Rogerio Dosso (PSD)
Dias Toffoli (STF)
Dilma Rousseff (PT)
Edinho Silva (Secretaria de Comunicação Social)
Edson Fachin (Ministro do STF)
Edson Fachin (Ministro do STF)
Eduardo Mendonça (Jurista)
Eliseu Padilha (ministro-chefe da Casa Civil)
Erenice Guerra
Eugênio Aragão (Ministro da justiça)

Fernando B. Coelho (PSB/PE)
Fernando Collor (PTC-AL)
Fernando Henrique Cardoso
FMI
Frente Brasil Popular
Gilmar Mendes (STF)
Gleisi Hoffman (PT-PR)
Guido Mantega
Helio Bicudo
Henrique Fontana (PT-RS)
Instituto Lula
Janaina Paschoal
Jaques Wagner (Ministro da Casa Civil)
Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE):
Jorge Viana (PT-AC)
Jornalistas / Jornal Nacional
José Dirceu (PT)
Jose Eduardo Cardozo (AGU)
Juiz Sérgio Moro
Juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira
Julio Marcelo de Oliveira (Procurador do TCU)
Justiça Federal do Paraná
Leonardo Picciani (PMDB-RJ)
Lindberg Farias (PT-RJ)
Luis Inácio Lula da Silva (PT)
Luis Roberto Barroso (Ministro do STF)
Luiz Fux (Ministro do STF)
Marco Aurélio (Ministro do STF)
Marina Silva (REDE)
Marlon Reis (Advogado eleitoralista)
Michel Temer (PMDB)
Miguel Reale Jr
Miguel Rosseto (Ministro do Governo)

Ministério Público de São Paulo
Ministro Jacques Vagner (Casa Civil)
Moreira Franco
MPF
MST
Nelson Barbosa (Ministro da Fazenda)
OAB
Operação Lava Jato
Paulo Paim (PT-RS)
Paulo Rocha (PT-PA)
Paulo Teixeira (PT-SP)
PCdoB
PDT
Pezão (Governador do Rio)
PMDB
POLICIA FEDERAL
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PSL
PSOL
PT
PTC
PTN
PV
REDE
Ricardo Berzoini (Ministro da Secretaria Geral de Governo)
Ricardo Lewandovski (Ministro do STF)

Roberto Freire (PPS/SP)
Rodrigo Janot (Procurador)
Rosa Weber (STF)
Ruy Falcão (Presidente do PT)
SENADO FEDERAL
Senador Álvaro Dias (PV-PR)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Senador Romero Jucá (PMDB-PR)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
Senador Humberto Costa (PT)
Senador Jose Agripino Maia (DEM-RN)
Senador Lindenberg Farias (PT-RJ)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Randolfe Rodrigues (Rede)
Senador Roberto Rocha (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Vicentino Alves (PR-TO)
Senadora Katia Abreu (PMDB-TO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Simão Silber (Professor de Economia da FEA USP)
SOLIDARIEDADE
Supremo Tribunal Federal
Sylvia Urquiza (advogada criminalista)
Teori Zavascki (Ministro do STF)
Thomaz Pereira (Professor Direito FGV)
TSE